

MARIA JOSÉ MAIA DE MIRANDA

**CONCORDÂNCIA VERBAL: EM BUSCA DO ELO ESTRUTURAL DO
VASTO NÚMERO DE REGRAS PROPOSTAS PELAS GRAMÁTICAS
NORMATIVAS DO PORTUGUÊS**

Niterói

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Maria José Maia de Miranda

CONCORDÂNCIA VERBAL: EM BUSCA DO ELO ESTRUTURAL DO VASTO
NÚMERO DE REGRAS PROPOSTAS PELA GRAMÁTICA NORMATIVA DO
PORTUGUÊS

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal
Fluminense como requisito para obtenção do
título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Maurício da Silva

Niterói

2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M672 Miranda, Maria José Maia de.

Concordância verbal: em busca do elo estrutural do vasto número de regras propostas pela gramática normativa do português / Maria José Maia de Miranda. – 2012.

166 f. ; il.

Orientador: Maurício da Silva.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2012.

MARIA JOSÉ MAIA DE MIRANDA

CONCORDÂNCIA VERBAL: EM BUSCA DO ELO ESTRUTURAL DO VASTO
NÚMERO DE REGRAS PROPOSTAS PELA GRAMÁTICA NORMATIVA DO
PORTUGUÊS

Aprovado em 08 de dezembro 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Maurício da Silva (orientador)
Faculdade de Letras - UFF

Profª Drª Helena Feres Hawad
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - UERJ
Departamento de Letras da PUC-RJ

Profª Drª. Shirlei Campos Victorino
Faculdade de Letras - UniverCidade

Profª Drª Rosane Santos Mauro Monnerat
Faculdade de Letras - UFF

Profª Drª Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt
Faculdade de Letras - UFF

Niterói
2011

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Catarina, que, de jeito peculiar, ensinou-me a ser pertinaz e a valorizar o estudo.

A minha avó, Abigail, *in memoriam*, amparo na minha vida.

Ao meu pai, Jair, *in memoriam*, cujos ensinamentos só na maturidade pude entender.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Maurício da Silva, orientador inigualável, pela jornada de trocas significativas - momentos de encontros prazerosos - que, ao longo de muitos anos, norteia minha vida profissional.

Às professoras e amigas, Auxiliadora, Ceres e Themis pelo afeto, acolhimento e incentivo de tantos anos.

A Ivone Martins, minha primeira parceira de estudos, amiga desde os idos da faculdade e companheira de trabalho em Óbidos, pelas trocas afetivas e intelectuais inesquecíveis desde últimos trinta anos.

A Nara Nassar, amiga querida de longa data, que muito me estimulou a terminar o mestrado.

À Prof^a Dr^a Shirley Victorino pela leitura atenta e crítica que resultou em contribuições relevantes para a realização desse trabalho.

Ao Dr. Marco Antonio Villena, que com seu amor ao trabalho, propiciou-me um contexto de tranquilidade, fundamental para que eu pudesse atingir meus objetivos.

À companheira Ana Santiago que, mesmo na atribulação do dia a dia, deu-me o suporte necessário para realizar meu trabalho.

Aula de português

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.

A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.

O português são dois; o outro, mistério.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A tradição de ensino vem tratando os textos presentes nas Gramáticas Normativas como uma espécie de atividade mecânica em que se apresenta uma sequência de regras para serem memorizadas. Uma abordagem linear e atomizada que produz muito pouco resultado em termo de retenção dos conteúdos. Essa constatação nos levou a eleger o tema concordância verbal - considerado um dos saberes que mais balizam o falar de maior prestígio social - como fonte de nossa pesquisa. O nosso objetivo é inseri-lo na perspectiva textual, possibilitando que o aluno-leitor seja solicitado a investir em estratégias de leitura, que lhe permitam estabelecer relações significativas entre as partes do conteúdo, de modo a reorganizá-lo sinteticamente e, assim, poder retê-lo. Desse modo, essa reorganização pretende conferir ao capítulo de concordância verbal não só um viés quantitativo, mas, fundamentalmente, um viés qualitativo. Em outros termos, além chegar a uma diminuição considerável do número de regras, criar um sistema de relações, de modo a se poder estabelecer um elo estrutural responsável por conferir níveis de sanidade ao estudo da concordância verbal. Tal mudança de tratamento em relação ao tema visa instaurar outro olhar sobre o texto gramatical, já que toda a produção do conhecimento possui um elemento fundador que o articula. No caso da Gramática Normativa, em que o tema concordância verbal se insere, fomos à tradição grega para investigar como a perspectiva ontológica dos estudos da linguagem interferiu com a organização de conteúdos gramaticais. Isso porque defendemos que, no tema em questão, o foco de estudo não é o verbo, mas o substantivo/sujeito. A recuperação dessa fundação é necessária para o resgate do sentido que robustece a memória. A metodologia que utilizamos se baseia em dois artigos de Silva, respectivamente, *A atitude molar a atitude molecular: duas formas de organizar conteúdos em geral* (2009a). e *Estratégias mnemônicas: um método para lembrar (lendo textos gramaticais)*(2010). As obras que serviram para a nossa pesquisa foram a Gramática Normativa, de Rocha Lima (2008), a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2001) e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2001). Apesar de apresentarem algumas diferenças conceituais, defendemos que as três gramáticas são produto do mesmo modelo teórico-metodológico, com grande interferência no

ensino atual; elas são o ponto de partida para outras gramáticas pedagógicas brasileiras do séc. XX e ainda do XXI.

**PALAVRAS-CHAVE: CONCORDÂNCIA VERBAL – ONTOLOGIA – ESTRATÉGIAS
MNEMÔNICAS**

ABSTRACT

The tradition of teaching is dealing with these texts in Normative Grammars as a kind of mechanical activity that presents a sequence of rules to be memorized. A linear and atomized approach that produces very little result in terms of retention of content. This finding led us to choose the verbal agreement subject - considered one of the knowledge that framing the talk of higher social status - as a source of our research. Our goal is to insert it into the textual perspective, enabling the student-reader to be asked to invest in reading strategies, enabling him to establish meaningful relationships between pieces of content in order to reorganize it synthetically and thus can retain it. Thereby, this reorganization intends to give the verbal agreement chapter not only a quantitative bias, but, fundamentally, a qualitative bias. In other words, besides to reach a considerable reduction in the number of rules, to create a system of relations in order to be able to establish a structural link responsible for checking levels of sanity to the study of verbal agreement. Such a change of treatment in relation to the subject aims to establish another look at the grammatical text, since all the knowledge production has a founder element that articulates it. In the case of normative grammar, in which the verbal agreement subject is inserted, we went to the Greek tradition to investigate how the prospect of ontological studies of language interfered with the grammatical content organization. This is because we hold that the subject in question, the focus of study is not the verb but the noun / subject. The recovery of this foundation is necessary to rescue the sense that it strengthens the memory. The methodology we use is based on two articles of Silva, respectively: *A atitude molar e a atitude molecular: duas formas de organizar conteúdos em geral* (2009a) and *Estratégias mnemônicas: um método para lembrar (lendo textos gramaticais)* (2010). The works that served for our research were the Gramática Normativa, of Rocha Lima (2008), Moderna Gramática Portuguesa, of Bechara (2001) and Nova Gramática do Português Contemporâneo, of Cunha and Cintra (2001). Although presenting some conceptual differences, we argue that the three grammars are the product of the same theoretical-methodological model, with great interference in current teaching; they are the starting for other Brazilian pedagogical grammars of the XX and XXI centuries.

KEYWORDS: VERBAL AGREEMENT – ONTOLOGY – MNEMONICS
STRATEGIES

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|---------|
| Quadro 01 - Concordância verbal, segundo Bechara | 25 |
| Figura 01 – Placar das Gramáticas | 32 |
| Quadro 02 - Estruturas do sujeito na gramática de Rocha Lima | 64 |
| Quadro 03 - Estruturas do sujeito na gramática de Bechara | 66 |
| Quadro 04 - Proporção de casos particulares de terceira pessoa e demais pessoas na gramática de Cunha e Cintra | 70 |
| Quadro 05 - Regra geral: estado de permanência | 123 |
| Quadro 06a: Inclusão na dubiedade de conduta | 129/130 |
| Quadro 06b: Exclusão da dubiedade de conduta | 130 |
| Quadro 06c - Inclusão na dubiedade de conduta: verbo ser (I) | 138 |
| Quadro 06d -: Exclusão da dubiedade de conduta: verbo ser | 141 |
| Quadro 06e - Inclusão na dubiedade de conduta: verbo ser (II) | 144 |
| Quadro 06f – Exclusão da dubiedade da conduta: pronome relativo | 146 |
| Quadro I - Regra geral: estado de permanência | 149 |
| Quadro II - Caso particular I: dubiedade de conduta | 150 |
| Quadro IIA - Caso particular I: dubiedade de conduta (verbo ser) | 151 |
| Quadro III - Caso particular II: permanência do estado | 152 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | 8 |
| ABSTRACT..... | 10 |
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1. REFLEXÕES GERAIS SOBRE O CAPÍTULO DE CONCORDÂNCIA VERBAL NAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS DO PORTUGUÊS..... | 22 |
| 1.1. O PLACAR QUANTITATIVO..... | 23 |
| 1.1.1. O placar em Rocha Lima..... | 24 |
| 1.1.2. O placar em Evanildo Bechara..... | 26 |
| 1.1.3. O placar em Celso Cunha e Lindley Cintra..... | 31 |
| 2. CONCORDÂNCIA VERBAL: UMA CONVERSA SOBRE VERBOS OU SOBRE SUBSTANTIVOS/SUJEITOS?..... | 35 |
| 2.1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: UM BREVE HISTÓRICO..... | 37 |
| 2.2. A HERANÇA ONTOLÓGICA NA GRAMÁTICA NORMATIVA..... | 39 |
| 2.2.1. O lugar do lógos no mundo de visão Cosmológica..... | 40 |
| 2.2.2. A busca do SER racional: implicações nos estudos da linguagem..... | 41 |
| 2.2.2.1. A primeira concepção acerca do padrão ideal da linguagem..... | 41 |
| 2.2.2.2. As primeiras percepções sígnicas da palavra: função mimética do SER..... | 44 |
| 2.2.2.3. Natureza, convenção e uso: solidificação do discurso autoritário..... | 44 |
| 2.2.2.4. Os primeiros fundamentos morfolexicais e sintático-frasais..... | 45 |
| 2.3. A SISTEMATIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS..... | 47 |
| 2.3.1. Concepção ontológica e formalização lógica..... | 48 |
| 2.3.2. A proposição: instância de privilégio para a revelação do SER..... | 49 |
| 2.4. O HELENISMO: VALORES EXTERNOS CONFIGURANDO A LÍNGUA..... | 50 |
| 2.5. SIM: UMA CONVERSA SOBRE SUBSTANTIVOS\SUJEITOS..... | 53 |
| 2.5.1. O lugar do nome na gramática de Dionísio o Trácio..... | 54 |
| 2.5.2. O lugar do nome na gramática de Apolônio Díscolo..... | 55 |
| 3. UMA PAUSA PARA O ESTUDO DO SUJEITO..... | 57 |
| 3.1. A PROPOSIÇÃO/ORACÃO: O SUJEITO E O PREDICADO..... | 57 |
| 3.2. OS DIVERSOS MODOS DE ESTRUTURAÇÃO DO SUJEITO..... | 62 |
| 3.3. AINDA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES..... | 75 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 4. | UMA INTERFACE ENTRE O PARADIGMA MORINIANO E OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE SILVA: UM OUTRO OLHAR PARA O ESTUDO DA CONCORDÂNCIA VERBAL | 76 |
| 4.1. | FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO | 78 |
| 4.2. | MOLARIDADE: UM PARADIGMA PARA PENSAR O ENSINO DA LÍNGUA | 81 |
| 4.3. | UM CAMINHO PARA SER MOLAR: AS ESTRATÉGIAS MNEMÔNICAS ... | 84 |
| 5. | O PRINCÍPIO ONTOLÓGICO DA CONCORDÂNCIA VERBAL | 87 |
| 5.1. | PRIVATIZAÇÃO E DESPRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO | 87 |
| 5.2. | CASOS PARTICULARES: A CONVIVÊNCIA DA PRIVATIZAÇÃO E DA DESPRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO..... | 92 |
| 5.3. | UMA RESPOSTA ÀS INCONGRUÊNCIAS METODOLÓGICAS DA GN..... | 93 |
| 6. | AS ESTRATÉGIAS MNEMÔNICAS E A MOLARIZAÇÃO DA REGRA GERAL | 97 |
| 6.1. | A DEFINIÇÃO..... | 98 |
| 6.2. | A MOTIVAÇÃO..... | 100 |
| 6.3. | A fundação | 102 |
| 6.4. | O regrão | 104 |
| 6.5. | A inclusão e a exclusão | 107 |
| 6.5.1. | Primeiro nível de inclusão na regra geral: concordância privativa do verbo com núcleos que envolvem diferentes pessoas do discurso | 112 |
| 6.5.2. | Segundo nível de inclusão: concordância privativa do verbo com núcleo pronome indefinido de função coesiva | 114 |
| 6.5.3. | Terceiro nível de inclusão: concordância privativa do verbo com núcleo pronome interrogativo, indefinido ou demonstrativo no singular..... | 120 |
| 6.5.4. | Quarto nível de inclusão: concordância privativa do verbo com núcleo substantivo numeral ou núcleo substantivo restrito por numeral de sujeito encabeçado por locução prepositiva. | 122 |
| 6.5.5. | Quinto nível de inclusão: concordância privativa do verbo com o núcleo do sujeito de passiva pronominal..... | 123 |
| 7. | AS ESTRATÉGIAS MNEMÔNICAS E A MOLARIZAÇÃO DOS CASOS PARTICULARES..... | 127 |
| 7.1. | A Discriminação..... | 127 |
| 7.2. | A molarização dos casos particulares | 129 |

| | | |
|------|---|------------|
| 7.3. | Algumas considerações relevantes sobre a concordância do verbo ser | 137 |
| 7.4. | A sucata mnemônica | 146 |
| 7.5. | O lugar do pronome relativo no quadro da concordância verbal | 147 |
| 7.6. | RESUMO MNEMÔNICO | 150 |
| 7.7. | Considerações necessárias sobre o resumo mnemônico. | 155 |
| | CONCLUSÃO | 157 |
| | REFERÊNCIAS..... | 165 |

INTRODUÇÃO

As nossas palavras iniciais expõem os motivos que nos fizeram escolher a concordância verbal como tema de pesquisa para o ensino. A problematização que nos levou a tal escolha abrange um razoável período de tempo, que vai desde o momento em que estávamos na condição de aluno, até a atual situação de magistério.

O trabalho com texto gramatical na escola põe no foco de seus objetivos muito mais a **retenção** do que a **compreensão** do funcionamento das regras que compõe tal texto. Mesmo sendo a retenção o foco privilegiado, constatamos que as providências didático-pedagógicas não têm logrado êxito. Por isso mesmo, esse é um saber que se inscreve numa situação a que se refere Silva (2010, p. 1) como “o *recidivo ciclo do estuda-esquece*”.

De fato, enquanto alunos, sentíamos um desconforto ao estudar os assuntos como o da concordância verbal: sabíamos, por experiências já vividas na escola, que não conseguiríamos guardar parte significativa dos assuntos. Byington (1996 apud SILVA, 2010, p. 1) chama atenção para o fenômeno do esquecimento de grande parte do que se estuda.

Os estudantes passam boa parte de sua infância e adolescência na escola, mas esquecem noventa por cento do que aprendem. No Brasil, milhões de reais são gastos para sustentar um sistema escolar que desperdiça quase todos os conhecimentos que deveria transmitir.

Silva ressalta a validade dessa denúncia, praticamente, em relação a quase todo o conhecimento construído na escola.

A constatação desse fato nos faz pensar inclusive sobre a causa do esquecimento dos conteúdos pelos próprios professores. Não foram poucas as vezes que, no lugar social de professores, no contexto da escola, em contato com colegas de outras disciplinas, ouvimos o depoimento de que português é uma língua difícil. Em outros momentos, na condição de especialistas da disciplina, não foram também poucas as vezes em que fomos interpelados para resolver problemas de exceção que, segundo um imaginário coletivo, só os professores de Português sabem. Algumas vezes suávamos frio, por achar que a memória traiçoeira nos aplicaria o derradeiro golpe da resposta equivocada. Afinal, de acordo com o

imaginário coletivo, quem melhor do que o professor de Língua Portuguesa para responder ao “ex-cêntrico”, aqui entendido como o que está fora do centro, fora do uso comum? Como nos assinala Bagno (2002, p. 182) a seguir:

Transformada num saber esotérico, reservado a uns poucos “iluminados”, a “gramática” passou a ser reverenciada como algo misterioso e inacessível – daí surgiu a necessidade de “mestres” e “guias”, capazes de levar o “ignorante” atravessar o abismo que separa os que sabem dos que não sabem portugueses.

Neste universo educacional, não existe nada que mais fragilize o professor do que a insegurança diante, mesmo que circunstancial, do conhecimento de sua área. A memória também falha para ele.

Ocorre que, ao lado desse imaginário, existe um outro que recorta os limites do saber a língua. A concordância verbal, descrita pela GN, é, com certeza, um dos saberes mais valorizados desse território. É um aspecto que, por ser material, acredita-se poder medir, com objetividade, a qualidade da fala do outro. Em outras palavras, a *concordância* é um fato de prova que salvaguarda aquele que (des)valoriza a fala, isto é, o sujeito que a produz. Por ser um tema visado, não é à toa que cronistas, jornalistas e letristas fizeram da *concordância* tema de suas atenções. Bagno (2003, p.14), em relação às campanhas presidenciais disputadas por Luiz Inácio Lula da Silva, faz referência às críticas que relacionaram a fala do então candidato à competência para governar:

todos sabemos que esse foi um dos instrumentos de difamação lançados por seus oponentes nas disputas eleitorais de 1989, 1994 e 1998. O que me chamou a atenção foi a sobrevivência desses argumentos, com a mesma intensidade, mais de uma década depois.

Nos argumentos a que se refere o linguista, sempre está incluída como carro-chefe a concordância verbal. Os comentários a seguir - respectivamente, da coluna “*Coisas de política*”, do *Jornal do Brasil*, do dia 10/ 11/2002, assinada por Dora Kramer, e do caderno 2 do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 24/11/2002, assinado por Daniel Pizza – ilustram a importância que se reserva ao tema:

Castiço

Queira Deus que, em breve, o assunto já possa ser abordado sem provocar grandes traumas, porque, daqui a pouco, será preciso rever os currículos das escolas do ensino básico, a fim de adaptar as lições sobre plural e concordância ao idioma que as crianças ouvem o presidente falar na televisão.

Por que não me ufano: Lula, seus companheiros de PT e grande parte da população maltratam o idioma, cortando o “s” final das palavras e todas as concordâncias que a lógica sintática pede. Que não seja a morte do plural em nenhum dos sentidos. (Apud BAGNO, 2003,p.13-14)

Poderíamos aqui apresentar uma série de exemplos de leitores que reclamam da linguagem dos textos jornalísticos e das crônicas que põem em pauta o tema concordância verbal. Contudo, não fuçamos do nosso intuito: assinalar a relevância de se estudar o tema na GN, mas numa perspectiva em que com ela se estabeleça um diálogo.

Queremos, contudo, fazer uma ressalva: não desconhecemos o fato de que o tratamento da concordância requer também uma abordagem que contemple a relativização desse saber. Estamos nos referindo ao fato de que o professor deverá pôr em discussão com o aluno a situação de uso em que a concordância prescrita pela GN deve ser empregada.

As considerações que até aqui fizemos contextualizam os motivos que nos fizeram eleger o tema. Mas nosso objetivo, em relação a ele, é criar alternativa de orientação metodológica para o ensino da concordância verbal no nível médio de escolaridade: apresentar o assunto de maneira mais orgânica, trabalhando estratégias mnemônicas e de significação para que o texto possa ser compreendido e, por isso mesmo, ressignificado, retido e reelaborado. Para esse fim, utilizaremos as orientações teórico-pedagógicas preconizadas por Silva (2009a) a respeito da atitude molar de organizar conteúdos.

A esse modo de organização se opõe um outro: o molecular. Nessa perspectiva, os conteúdos são desmembrados exaustivamente em itens e subitens, linearizando a informação e conduzindo o aluno-leitor ao enfrentamento com o assunto como se não houvesse relação entre as suas partes. Ao contrário, o texto de arquitetura molar impele aquele que o lê a buscar relações existentes entre os itens do conteúdo, de modo a não só entender, mas a poder retê-lo na memória, por processo de economia.

Como caminho para uma prática que contemple essa atitude molar, utilizaremos as estratégias mnemônicas propostas por Silva (2010). Tais estratégias, além de inscreverem o capítulo de concordância verbal na condição de texto que deve ser lido, com as devidas competências que esse ato requer, propõe um método para reter a quantidade de regras e casos particulares, própria dos textos normativos.

Com a finalidade de desenvolver o projeto a que nos propomos, escolhemos trabalhar com a *Gramática Normativa*, de Rocha Lima (2008), com a *Moderna*

Gramática Portuguesa, de Bechara (2001) e com a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2001). O motivo da escolha se deve ao fato de - embora apresentem algumas diferenças conceituais, incorporadas pelos avanços dos estudos linguísticos ao longo do tempo – querermos, por comparação, confirmar as três gramáticas como produto do mesmo modelo teórico-metodológico. Além disso, essas obras são o ponto de partida para outras gramáticas pedagógicas brasileiras do séc. XX e ainda do XXI.

A fim de atender a essa expectativa, este trabalho se constituirá de sete capítulos.

No primeiro, intitulado *Reflexões gerais sobre o capítulo de concordância verbal nas gramáticas normativas do Português*, trataremos de fazer um mapeamento quantitativo das regras e dos casos de concordância verbal nas gramáticas escolhidas. O objetivo é, dentre outros, evidenciar que a compleição distribucional das informações é caracteristicamente elemental e pode ser um dos entraves para o entendimento e a consecução dos propósitos retentivos desejados por professores e alunos.

O segundo capítulo tem o seguinte título: Concordância verbal: uma conversa sobre verbos ou sobre substantivos/sujeitos?

Nesse capítulo, a finalidade é investigar a gênese da GN. Isto porque temos ciência de que nenhum texto é transparente; pertence a uma matriz discursiva em constante processo de produção de sentido, sofrendo apagamentos e ressignificações. Por esse motivo, entendemos que o mero estudo do assunto nas gramáticas que dele tratam não pode dar conta de uma visão molar da concordância. Essa investigação, portanto, tem como objetivo recuperar determinados aspectos genéticos, de modo a aclarar pontos obscuros da concordância verbal.

Por meio de um breve histórico das condições de produção da GN, tentaremos comprovar uma de nossas hipóteses: o que governa a organização dos conteúdos na GN seria a sua herança ontológica. Tal herança seria responsável pelo SER-substância/substantivo ocupar o ponto central na obra gramatical e, portando, o nó que poderia se desfazer, dando uma organicidade, inclusive, ao nosso estudo.

Partindo desse pressuposto, a concordância verbal teria também como eixo estruturador o substantivo-sujeito. Nessa perspectiva, o terceiro capítulo pretende verificar se abordagem conferida ao estudo do sujeito, na GN, é satisfatória, já que ele é pré-requisito para a aquisição das regras de concordância verbal.

O quarto capítulo procura estabelecer uma interface entre a teoria da complexidade de Morin e as contribuições metodológicas de Silva. Essa interface é possível, porque percebemos que a proposta de Silva apresenta-se como uma alternativa consistente, no sentido de por em prática, no âmbito do que a disciplina de Língua Portuguesa pode contribuir, muito da pedagogia da complexidade proposta por Morin.

No quinto capítulo, com o intuito de dar uma outra organicidade ao estudo da concordância verbal, procuraremos fechar uma lacuna deixada pelos gramáticos quanto ao estudo da concordância verbal. Trata-se de delimitar, com clareza, os limites teóricos do que se entende como regra geral e casos particulares.

No sexto e sétimo capítulos, pretendemos esboçar uma organização molar dos casos de concordância verbal. Um dos objetivos é disponibilizar uma orientação metodológica que viabilize o acesso a saberes linguísticos normativos, alargando e promovendo uma melhor qualidade de vida idiomática dos falantes do português.

É relevante ressaltar que o emprego dessa expressão não tem por intuito desqualificar o saber idiomático do falante. Quando empregamos a expressão, cunhada pelo Professor Doutor Maurício da Silva, estamos considerando as situações de fala em que o indivíduo se sente constrangido, inseguro, desprestigiado e, não raras as vezes, silenciado de seu direito de fala, porque não domina saberes de norma culta.

Como assinala Gnerre (1987, p.16 e 17), *“A começar do nível mais elementar de relações de poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”*.

No mundo atual, segundo os princípios democráticos majoritariamente defendidos, não se aceitam mais como válidos ou, pelo menos, como politicamente corretos os argumentos que discriminam seres humanos, fundamentados em critérios raciais, políticos, religiosos; da mesma forma, não se aceitam argumentos que se fundam nas diferenças de gênero, de sexualidade, de idade, entre outros

tantos que por aí circulam travestidos. Bagno (2003, p.16), sobre o poder discriminatório da linguagem, revela:

É que a linguagem, de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil (...). E tudo isso é ainda mais pernicioso porque a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano – em boa medida, *nos somos a língua que falamos* (...).

Fazendo coro com as ideias acima expostas, defendemos que essa melhor qualidade de vida idiomática do falante pode ser atingida. No que se refere à concordância verbal, tentaremos evidenciar que, subjacente ao vastíssimo número de casos, há um denominador comum que, se explicitado, fará emergir uma espécie de minissistema binário de opções que poderá apaziguar a relação do usuário com a concordância verbal.

1. REFLEXÕES GERAIS SOBRE O CAPÍTULO DE CONCORDÂNCIA VERBAL NAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS DO PORTUGUÊS

A essência do Ser mantém um caráter de mistério, oculta um segredo – e o mais perigoso é considerar que o Ser guarda inteligibilidade total. Por isso a linguagem é “o mais perigoso dos bens” e, no uso de pensadores e poetas, mesmo quando cumprem um destino do ser, dá-nos, sem culpa da parte deles, verdade em que há também erro e aparência. (FRAGA, G In: ENES, J, 1983. p. 12)

As pesquisas, no campo do ensino da leitura, vêm buscando delinear as estratégias que o leitor maduro utiliza a fim de desenvolver níveis de compreensão dos textos que lê. Doze são as estratégias enumeradas por Hosenfeld (Apud SILVA, 2002, p.16):

- a) retenção do significado do texto enquanto lê;
- b) leitura em grandes blocos;
- c) uso de fontes de informação variada;
- d) inferência a partir de títulos e subtítulos;
- e) adivinhação do significado das palavras a partir do contexto;
- f) avaliação de suas próprias adivinhações;
- g) utilização do dicionário como último recurso;
- h) utilização de seu conhecimento de mundo na decodificação de seu significado;
- i) conceito positivo de si enquanto leitor;
- j) domínio da estrutura frasal e dos mecanismos sintáticos;
- k) utilização de itens coesivos como elemento de textura;
- l) extrapolação a partir de texto original.

Iniciamos o capítulo I falando dessas estratégias, porque nos servimos de algumas delas, em um primeiro momento, para responder, de modo mais imediato, às primeiras questões que, ao iniciarmos uma leitura, colocamos para nós mesmos. Das doze estratégias enumeradas acima, destacamos as seguintes: leitura em grandes blocos, inferências a partir de títulos e subtítulos e uso de fontes de informações variadas.

No caso do capítulo da concordância verbal, é significativo, para uma leitura orientada e estudo proveitoso verificar com o estudante-leitor, por exemplo, os blocos de distribuição das informações - regra geral e casos particulares; concordância do verbo com os sujeitos simples e com os sujeitos compostos.

A estratégia de rastreamento de títulos e subtítulos, a partir de nossas expectativas, propicia algumas indagações prévias para serem respondidas: o que é

concordância verbal; como é tratado o assunto; o que se entende como regra geral e casos particulares e quantos são ao todo os fatos a serem estudados?

O levantamento de outras fontes de informação é também um procedimento muito importante que pode contribuir para elucidar pontos obscuros do texto, inaugurando um primeiro nível de compreensão. Como salienta Silva (2002, p. 45), nem *“tudo que se pode entender num texto está nele contido. Há aspectos exteriores ao texto que podem determinar sua compreensão”*

Essa primeira apreensão do conteúdo, minimamente, situa-nos diante da tarefa a ser executada.

Para que possamos atingir esse fim, ainda num nível elementar de compreensão, passemos agora a uma primeira leitura exploratória dos textos gramaticais sobre a concordância verbal. Nesse momento, pretendemos verificar o critério de distribuição das informações em cada um desses textos. Esperamos que essa atitude exploratória nos ajude a encontrar as primeiras respostas que nos permitirão prosseguir investigando um método mais orgânico de estudo da concordância verbal da modalidade escrita.

1.1.O PLACAR QUANTITATIVO

O título dessa seção pode parecer, à primeira vista, redundante, uma vez que a palavra *placar* pressupõe um referente de ordem quantitativa. Contudo, esta pesquisa tem como objetivo investigar um caminho de organização mais didática para o estudo da concordância verbal, em outras palavras, um placar mais qualitativo para o aprendizado.

Nosso objetivo advém do fato de que, ao procedermos a uma primeira leitura exploratória no terreno textual do capítulo da concordância verbal nas GNs (ROCHA LIMA, 2008; CUNHA E CINTRA, 2001; BECHARA, 2001), o primeiro efeito interpretativo que se pode ter é de que um árduo esforço cognitivo é necessário para tomar posse desse território do saber. Nas mencionadas gramáticas, ao contrário de qualquer expectativa de sistematização de um número razoável de regras que orientem o uso culto escrito, o foco é a inescapável preocupação em descrever e autorizar usos de casos particulares.

Em função do que acabamos de afirmar, vejamos como está organizado o assunto em Rocha Lima (2008).

1.1.1. O placar em Rocha Lima

O estudo comporta, na ordem em que estão enumerados os fatos gramaticais relativos à concordância verbal, quarenta e dois casos:

- 2 (dois) “*Casos gerais*” (ROCHA LIMA, 2008, p. 388);
- 3 (três) de “*Concordância facultativa com o sujeito mais próximo*” (ROCHA LIMA, 2008, p. 389);
- 1 (um) de “*Voz passiva com a partícula se*”(ROCHA LIMA, 2008, p. 390);
- 22 (vinte dois) “*Casos particulares*” (ROCHA LIMA, 2008, p. 391);
- 5 (cinco) de “*Irregularidades de concordância*” (ROCHA LIMA, 2008, p. 407);
- 9 (nove) de “*Emprego do infinitivo*” (ROCHA LIMA, 2008, p. 411).

É importante lembrar que não estão sendo computadas as subdivisões relativas à compartimentação do verbo ser (seis casos), uma vez que este se insere no vigésimo caso particular, intitulado “*Concordância especial do verbo ser*” (ROCHA LIMA, 2008, p. 404).

Por esse rápido passar de olhos pelo capítulo da concordância verbal da gramática de Rocha Lima (2008), identificamos que o sujeito-leitor tem uma enorme tarefa cognitiva a ser realizada para reter o conteúdo, o que demanda, no mínimo, um pesado esforço de memória.

Diante do explanado, cabe, neste momento, destacar um dos objetivos da *Gramática normativa da língua portuguesa*: a sua finalidade didática. Tal finalidade está claramente expressa nas palavras de Rocha Lima (2008, p. xxiii): “*norteado por obsessiva busca de exatidão no sistematizar as normas da modalidade culta do idioma nacional -, dever primeiro do ofício de professor de português*”.

Em outras palavras, o objetivo é organizar didaticamente o assunto, de modo a tornar o ensino mais eficiente. Reforçando esse propósito, no prefácio, intitulado “*Limiar da 15ª edição, refundida*”, o autor assim se coloca: “*Mantivemo-lhes, decerto, a fisionomia original com que fora planejada e redigida, a fim de que se lhe não deformasse a inteiriça estrutura intelectual e didática (...)*”

A subdivisão do assunto em subtítulos é um dos recursos didáticos que deixa entrever, em qualquer obra de natureza teórica, o encaminhamento que os autores pretendem conferir ao assunto. A maneira de encadear os conteúdos é uma pista para perceber o juízo de valor, a partir das relações hierárquicas (aspectos gerais e particulares) entre os componentes de um dado conhecimento.

Considerando o que foi exposto, pergunta-se: por que o autor, cuja obra apresenta finalidade didática, coloca a concordância do verbo com o sujeito mais próximo (caso 2) e a concordância do verbo com o sujeito da voz passiva sintética (caso 3) entre a regra geral e os casos particulares? Afinal, esses são casos especiais ou gerais?

Para tentar responder a essas perguntas, examinamos com mais detalhes o subitem “*Irregularidades de concordância*”, de onde transcrevemos as seguintes palavras:

A concordância é campo vastíssimo, em que constantemente entram em conflito a rigidez formal da lógica gramatical e os direitos superiores da imaginação e da sensibilidade. Razões de ordem psicológica, ou estética, acutilam fundo, por vezes, as normas que a disciplina gramatical estabeleceu por boas e invioláveis (ROCHA LIMA, 2008, p.407).

Encontramos ainda nessa seção o conceito de concordância verbal que atende ao critério gramatical, ou seja, ao critério formal:

De ordinário, quando se diz que certo termo deve concordar com outro, tem-se em vista a forma gramatical deste termo de referência. Dúzia, povo, embora exprimam pluralidade e multidão de seres, considera-se, por causa da forma, como nomes no singular (ROCHA LIMA, 2008, p.408).

Em outras palavras, quando se fala em padrão gramatical para a concordância verbal, considera-se que haja uma correlação entre o sujeito e o verbo, mais precisamente, uma correlação com o núcleo do sujeito, conforme está expresso nos itens do estudo dos casos gerais:

1) Havendo um só núcleo (sujeito simples), com ele concorda o verbo em pessoa e número (...). 2) Havendo mais de um núcleo (sujeito composto), o verbo vai para o plural e para pessoa que tiver primazia (...) (ROCHA LIMA, 2008, p.388).

Contudo, no tópico “*Irregularidades de concordância*”, em que insere exemplos como os abaixo transcritos,

1) A formosura de Páris e Helena foram causa da destruição de Tróia. 2) Os povos dessa ilha é de cor baça e cabelos corredio. (ROCHA LIMA, 2008, p. 408)

Rocha Lima (2008, p. 408) afirma

que esses desvios aparentes de concordância se explicam sobretudo por três motivos: um que consiste em concordar as palavras não segundo a letra, mas

segundo a idéia; outro, segundo o qual a concordância varia conforme a posição dos termos do discurso; e um terceiro que traduz o propósito de fazer a concordância com o termo que mais interessa acentuar ou valorizar.

Nesse ponto de nossa exposição, retomamos a pergunta que fizemos no início dessa seção: por que, então, apesar da finalidade didática claramente assumida, o autor não define em que categorias se enquadram a concordância do verbo com o sujeito mais próximo e a concordância do verbo com o sujeito da voz passiva sintética, nos casos como, por exemplo, os que abaixo ilustramos?

a) Estava presente à solenidade o professor e os alunos. (caso2)

b) Consertam-se computadores. (caso 3)

Para dar uma primeira resposta, arriscaríamos dizer que,

- não ficam muito claros os conceitos de regra geral e de caso particular; é por isso que se abre na obra a compartimentação “*Irregularidades de concordância*” (ROCHA LIMA, 2008, p. 407) para inserir casos que poderiam se enquadrar em categorias mais genéricas (regra geral e casos particulares), por exemplo, o caso da passiva sintética na regra geral, já que o verbo se conforma ao número e pessoa do núcleo do sujeito;
- os vinte e dois casos e o verbo com o sujeito mais próximo deveriam ser entendidos como casos particulares, já que, na GN, os casos particulares apresentam quase sempre uma versão em conformidade com o padrão canônico e uma possibilidade de realização “desviante” desse padrão.

Talvez, se o capítulo começasse pela definição do que seja a concordância verbal e qual o critério priorizado pela gramática – o que se entende por regra geral e caso particular -, a sua organização didática fosse diferente do **placar** de quarenta casos particulares e duas regras gerais - **40 X 2**. Essa constatação nos levou a examinar com maior cuidado as mesmas questões na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2001).

1.1.2. O placar em Evanildo Bechara

O autor inclui, no mesmo capítulo, o estudo da concordância nominal e da concordância verbal. Para as duas, ao contrário de Rocha Lima (2008), Bechara estabelece um conceito: “*Em português a concordância consiste em se adaptar a*

palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (2001, p. 543).

Nesse novo modo de dizer o conceito, é importante perceber a regra geral que, no caso da concordância verbal, significa dizer: o sujeito determina (termo determinado) a configuração formal do verbo (termo determinante).

Prosseguindo a exposição do assunto, Bechara estabelece, ao mesmo tempo, os critérios de classificação para os casos de concordância nominal e verbal. Aqui nos restringiremos ao placar da segunda. Ao transcrevermos os critérios de divisão empregados por Bechara, encontramos **trinta e dois casos** de concordância verbal, abaixo discriminados.

No item “Concordância de palavra para palavra” (2001, p. 544), o gramático apresenta dois casos de concordância, exemplo de regra geral: com um só núcleo e a com mais de um núcleo. Quanto à concordância com dois núcleos, o autor inclui, no estudo da regra geral, uma série de particularidades, conforme organizado no Quadro 01.

| <i>Critério base</i> | <i>Detalhamento</i> |
|---|--|
| A) Palavra para palavra com mais de um núcleo | Concordância com o núcleo mais próximo, quando o sujeito vem depois do verbo |
| | Concordância em que o verbo vai para o plural quando o núcleo singular for seguido de dois adjuntos (p. ex. autoridade paterna e materna são complementares); |
| | Concordância facultativa quando nomes de autores de obra vierem separados por hífen |
| | Concordância em que o verbo vai para o singular quando: <ul style="list-style-type: none"> ✓ os núcleos substantivos indicam gradação de um mesmo fato, ✓ os núcleos são considerados como sinônimos, ✓ o segundo núcleo exprimir a consequência do primeiro, ✓ os dois núcleos formarem uma só noção. |
| | Concordância facultativa do verbo quando este se põe entre os núcleos do sujeito. ¹ |
| B) Concordância de palavra para sentido | |
| C) Outros casos de concordância ² | |

Quadro 01 - Concordância verbal, segundo Bechara

¹ O próprio autor não o exemplifica.

² O gramático apresenta 22 (vinte e dois) casos.

Antes de comentarmos o placar da concordância verbal na mencionada obra, gostaríamos de fazer alguns comentários. Ao dirigir seus agradecimentos a Said Ali, a Eugenio Coseriu, a Herculano de Carvalho e a Mattoso Câmara, pelas contribuições que permitiram “*uma consciente atualização (...) no plano teórico na descrição do idioma*”, Bechara declara, na orientação teórica, “o novo olhar” que pretende adotar na sua gramática (2001, p.17). A presença do novo, na obra, aproxima a perspectiva tradicional da perspectiva estruturalista. Vejamos em que medida.

Saussure reconhece a dualidade da linguagem – a fala (instância subjetiva, o lugar da heterogeneidade, do disperso) e a língua (instância objetiva, abstrata e estática) –, por esse motivo opera um corte metodológico, priorizando a segunda. A respeito dessa compreensão, destacamos aqui as palavras de Cardoso (1999, p. 15):

A língua, para Saussure, é um fato social porque pertence a todos os membros de uma comunidade, é exterior ao indivíduo, e esse não pode nem criá-la ou modificá-la. A língua é passível de fixação e sistematização em dicionários e gramáticas.

Esse olhar considerado novo por Bechara caminha, até certo ponto, ao lado do recorte que já, há muito, fazem os gramáticos normativos. Também estes operam uma abstração na língua (“modelar”), assentando em um *corpus*, cujos fatores determinantes são extralinguísticos. No caso em questão, Bechara apropria-se dos conceitos de

- diversidade na unidade e de unidade na diversidade,
- de língua comum - língua histórica, aquela que vai espelhar a unidade idealizada do conjunto,
- e de língua exemplar para, no caso, justificar os cortes já processados na GN, como fica evidente na citação a seguir:

Por motivações de ordem cultural e para conter, na medida do possível e do razoável, a força diferenciadora, centrífuga, que caracteriza o perpétuo devenir das línguas, pode-se desenvolver dentro da língua comum um tipo de outra língua comum, mais disciplinada, normatizada idealmente, mediante a eleição de usos fonético-fonológicos, gramaticais e léxicos como padrões exemplares a toda comunidade e a toda nação, a serem praticados em determinadas situações sociais, culturais e administrativas do intercâmbio superior. É a modalidade a que Coseriu chama língua exemplar, mais relativamente uniforme do que a língua comum, porque está normatizada intencionalmente. (BECHARA, 2001, p.51)

Nesse contexto, a gramática se apropria de uma metalinguagem estruturalista para se referir ao sujeito (determinado) e ao predicado (determinante). Mudam-se os rótulos, mantêm-se as funções.

Esse é o entendimento a que podemos chegar quando, ao entrar na especificidade da concordância - nominal e verbal -, o gramático retoma o conceito clássico. Destacamos aqui aquela que é objeto de nossa investigação: “*Diz-se concordância verbal a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicado) e o verbo da oração*” (BECHARA, 2001, p. 543).

Como a obra é dedicada a um público amplo, conforme está afirmado no prefácio da 37ª edição, o conceito que põe em evidência a estreita relação **sujeito/termo determinado** e **verbo/termo determinante** não está devidamente esclarecida. Parte-se do pressuposto de que o leitor fará essa conexão. Talvez, por que, em essência nada, mudou. O estudo, daí em diante, transcorre ressentido do “novo olhar” anunciado.

Queremos também chamar a atenção para o caráter pouco generalizador, dispersivo do conceito. Referimo-nos à passagem “*e às vezes o predicado*” (BECHARA, 2001, p. 543). A linguagem “*normativa*” é permeada contraditoriamente de recursos modalizadores como *às vezes, pode ser, pode ocorrer*, entre outros.

A concordância pode ser estabelecida de palavra para palavra ou de palavra para sentido. A concordância de palavra para palavra será total ou parcial (também chamada atrativa), conforme se leve em conta a totalidade ou o mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenação (BECHARA, 2001, p. 543).

A propósito do que está destacado, só a concordância total estaria dentro do critério formal, uma vez que obedece à relação estreita entre o termo determinado e o termo determinante. E é por isso que quando comenta, em certa altura do capítulo, o seguinte exemplo “*ainda quando a autoridade paterna e materna fossem delegadas*”, Bechara afirma ser o emprego do verbo no singular “*o mais corrente na língua padrão*” (2001, p.554).

No item referente à “*Concordância de palavra para sentido*” (BECHARA, 2001, p. 555), o gramático nos dá dois exemplos, antecedidos do seguinte comentário:

Quando o sujeito simples é constituído de nome ou pronome que se aplica a uma coleção ou grupo, **pode** (grifo nosso) o verbo ir para o plural. A língua moderna impõe apenas a condição estética, uma vez que soa geralmente desagradável ao ouvido construção do tipo:

O povo trabalharam ou A gente fomos.

Se houver, entretanto, distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a idéia de plural do coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor exemplos como os seguintes:

'Começou então o povo a alborotar-se, e pegando do desgraçado cético o arrastaram até o meio do rossio e ali o assassinaram, e queimaram com a incrível presteza' [AH.2, 83].

'Faça como eu: lamente as misérias dos homens, viva com eles, sem participar-lhes dos defeitos; porque, meu nobre amigo, se a gente vai a rejeitar as relações das famílias, justa ou injustamente abocanhadas pela maledicência, a poucos não temos quem nos receber' [CBr.1, 64] (Bechara, 2001, p. 555).

Nesse ponto, voltamos a uma questão: em que situação de escrita esse uso é abonado? Sabemos que é um típico caso da linguagem oral espontânea, mesmo das pessoas com elevado grau de escolaridade. Mas, na escrita, em que as relações sintáticas são mais solidárias, o que justifica fazê-lo é uma questão *de quem, com quem e onde fazer estilo*. Em nenhum texto escrito de natureza referencial, essa situação de concordância é bem-vista. Como a GN não se pretende um tratado de estilo, tampouco objetiva discutir a contextualização do uso, a introdução de um estudo com tais considerações tem como resultado uma visão subjetiva, pouco saneadora e, portanto, pouco sistemática do assunto.

Na terceira subdivisão, "*Outros casos de concordância*" (BECHARA, 2001, p. 555-565), a presença do pronome indefinido (*outros*) denuncia a ausência de critério para a ordenação que se vai fazer. Em outras palavras, a estratégia de encadear o assunto, didaticamente falando, orienta o leitor para uma atitude que não favorece o estabelecimento de rede de relações entre as partes do assunto, de modo que o conteúdo não passa à condição de conhecimento.

Nessa seção, estão incluídas a concordância dos pronomes pessoais – padrão formal que obedece ao princípio da primazia -, e as situações de concordância facultativa, em que uma das possibilidades "fere" o princípio do padrão geral. São ao todo vinte e duas situações. Os vários casos de concordância do verbo ser não foram computados por estarem na condição de subitem, procedimento idêntico, tomado também por Rocha Lima.

Assim, ao fixar o **placar 32 X 2** - sendo os trinta e dois constituídos de casos particulares e dois de regras gerais -, reconhecemos a necessidade de investigar um caminho mais orgânico para o estudo do assunto.

Muito embora a finalidade de uma gramática normativa não seja científica, existe nesta obra, como o autor afirma, um desejo de atualização teórica para, por meio da contribuição dessas teorias, poder se atingir um saldo didático pedagógico

como é preconizado por essas mesmas gramáticas. Assim, a obra deveria minimamente estar afinada com as práticas que essa teoria preconiza.

1.1.3. O placar em Celso Cunha e Lindley Cintra

A Nova Gramática do Português Contemporâneo não destina um capítulo em separado para a concordância verbal. Ela vai ser estudada dentro do capítulo de verbos, portanto, numa perspectiva assumidamente morfossintática. Os autores, de início, definem a concordância verbal como: “*A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e pessoa do sujeito*” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 496).

Apresentam duas regras gerais de concordância:

- com um só sujeito;
- com mais de um sujeito em que chamam a atenção para a primazia, respectivamente, da primeira sobre a segunda e desta sobre a terceira.

A partir de então, passam a tratar dos casos particulares. O contexto de distribuição do assunto é o mesmo empregado para definir os casos de regra geral:

- com um só sujeito - 8 (oito) casos;
- com mais de um sujeito – 8 (oito) casos.

No total, o **placar** apresentado é de 18 (dezoito) casos: 2 (duas) regras gerais e 16 (dezesesseis) casos particulares.

Apresentado o placar, gostaríamos também aqui de destacar alguns princípios teóricos assumidos na obra. Isto porque eles podem nos permitir entender a perspectiva dos autores diante dos fatos gramaticais – no caso desta tese, a concordância verbal.

Cunha e Cintra (2001, p. XXIV) desejam descrever a Língua Portuguesa a partir de algumas premissas, conforme se pode verificar nas suas próprias palavras:

Parecia-nos faltar uma descrição do Português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil) e servisse, assim, fosse fonte de informação, tanto quanto possível completa e atualizada, sobre elas, fosse de guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo, escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar “correta”, de acordo com o conceito de “correção” que adotamos no capítulo I.

Destacamos assim as finalidades da obra:

- proceder a uma descrição em torno da língua padrão contemporânea – principalmente aquela concernente a Portugal e ao Brasil - **que abrace o vasto domínio territorial da língua portuguesa;**

- servir de fonte de informação **o mais completa** e atualizada possível;
- ser guia orientador de **expressão oral** e, principalmente, escrita.

O projeto parece bastante ambicioso; analisado atentamente, percebemos os seguintes senões:

- secundarização dos registros que não se insiram nos padrões luso-brasileiros;
- busca da completude, num domínio territorial e social absolutamente impossível de alcançar;
- desconsideração das condições de contextualização da oralidade, o que prevê um tratamento prescritivo a partir da escrita.

Além dos aspectos acima que consideramos conflitantes, há outro que também vai se conflitar com o objetivo da completude: é o conceito de **correção**: *“Uma gramática que pretenda registrar e analisar os fatos da língua culta deve fundar-se num claro conceito de norma e de correção idiomática.”* (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 5)

Por esse motivo, eles afirmam, no capítulo I, que é preciso definir o perfil da norma. Tomando as palavras de Eugenio Coseriu, os autores afirmam: *“a norma não corresponde, como pensam certos gramáticos, ao que se pode ou se deve dizer, mas ‘ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada”* (Apud CUNHA e CINTRA, 2001, p 8). Ou ainda, nas palavras dos gramáticos, sobre ela *“paira o [critério] da aceitabilidade social (...), o único válido em qualquer circunstância.”* (2001, p.8)

Ao *“fazer uma ligeira digressão a respeito desse controvertido tema”* (CUNHA e CINTRA, 2001, p.5), a fim de definir o conceito de correção que orienta a *“Nova gramática do português contemporâneo”*, muito pouco esclarecimento nos trazem os gramáticos efetivamente.

Apesar de considerarem que todo comportamento social, incluindo o linguístico, é regulado por normas que devem ser obedecidas, caso se deseje ser correto, no final do capítulo, os gramáticos, que vinham procurando fixar bem os contornos da norma com que pretendem trabalhar, admitem a difícil tarefa e

declaram que os linguistas vêm tentando fixar as fronteiras da norma culta, seja na forma falada, seja na escrita.

Assim, pretendem trabalhar com um conceito de norma em que esteja envolvido um maior liberalismo gramatical, levando em consideração, pelo menos aparentemente, os critérios de variações diatópica, diastrática e diafásica. Falando de outra forma, organizam a gramática tomando como referência especial o Português europeu e o brasileiro, das camadas escolarizadas e da modalidade da língua literária.

O liberalismo a que aspiram, contudo, não tem suporte para imprimir uma metodologia consistente. Além do mais, sabemos que as escolhas, mesmo que inconscientes, nunca são neutras. É o que nos suscitam as palavras destacadas abaixo:

A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal lingüístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com que se torna uma ponderável força contrária à variação. (CUNHA e CINTRA, 2001, p.4)

A justificativa dos gramáticos, sacralizada pela sociedade em geral – tônica lacunar e, portanto ideológica – desconsidera que o movimento é exatamente o contrário: a norma é mais prestigiosa, não porque atua como modelo, mas atua como modelo por ter mais prestígio. A eleição de uma variante à condição de norma padrão, enquanto modelo ideal, é uma questão de prestígio dos valores de uma classe que se impõe sobre as outras. Dessa forma, a norma refletirá o prestígio da camada social de onde deriva e se imporá sobre as demais.

Como se pode observar do exposto, os gramáticos se propuseram a produzir uma obra que servisse de guia de orientação do idioma. Pode-se prever, no entanto, por intermédio de sua finalidade padronizadora, que tal objetivo dificilmente seria atingido. Apesar de inserirem **exemplos de várias modalidades, inclusive a africana, essas modalidades só serão agasalhadas como exemplos** se estiverem em sintonia com a sintaxe lusitana. Portanto, em essência, a gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra não é muito diferente das duas gramáticas anteriormente mencionadas, embora o placar da obra seja o menor deles: **16 X 2** (dezesseis casos particulares e dois casos gerais).

Finalmente, ao encerrar esta seção, queremos retomar todos os placares para enfatizar que a variação numérica aqui levantada se deve à forma como os

autores das três gramáticas compreendem o modo de dispor o conteúdo em termos de maior ou menor abrangência. Mesmo a “*Nova gramática do português contemporâneo*”, com dezoito casos, apresenta uma proposta ainda muito subcompatimentada, árdua tarefa, em termos mnemônicos, para quem objetiva o ensino-aprendizagem

Ao examinarmos com mais detalhes o capítulo de concordância verbal, verificamos que o tratamento distributivo “econômico” do assunto é mais aparente do que à primeira vista se pode pensar. É o que se percebe, por exemplo, com o caso sujeito pronome relativo: subdividido, apresenta outros quatro casos. Dessa subdivisão, o terceiro e o quarto casos incluem respectivamente as seguintes situações de concordância: *um dos (+substantivo) que e (um) dos que (= um daqueles que)*. Analisadas essas duas situações, do ponto de vista morfossintático, podemos perceber que o substantivo e o pronome demonstrativo fazem dos dois exemplos uma só estrutura.

Até aqui, portanto, podemos concluir que o confronto dessas gramáticas nos revela o perfil casuístico das compartimentações, o que nos mostra ser necessário pensar um modo mais produtivo de organização desse conteúdo.

Resumindo os placares quantitativos, teríamos:

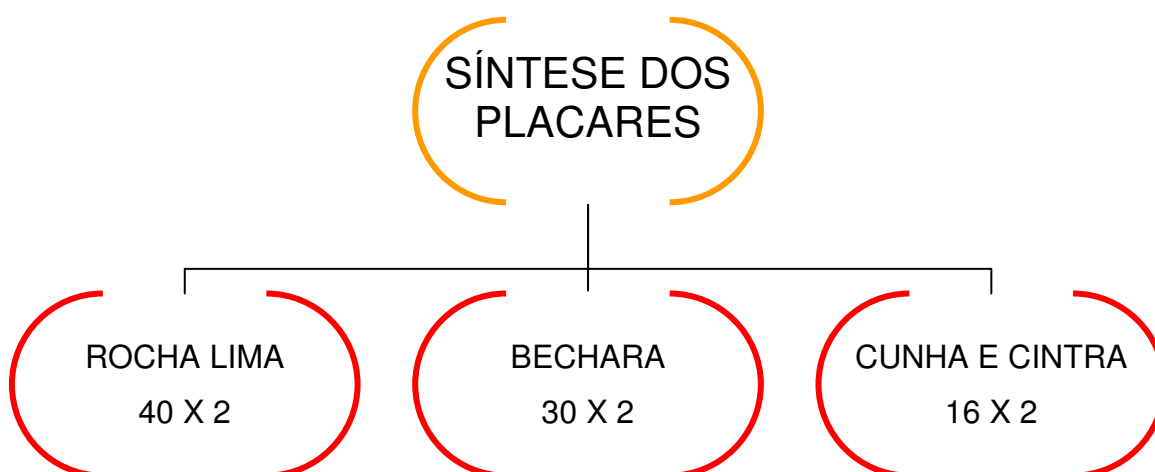


Figura 01 – Placar das Gramáticas

2. CONCORDÂNCIA VERBAL: UMA CONVERSA SOBRE VERBOS OU SOBRE SUBSTANTIVOS/SUJEITOS?

Pode-se considerar que o SER, enquanto valor filosófico (e no sentido idealista que lhe dá Platão) é um **álibi** permanente para Platão de fazer passar como uma necessidade objetiva o que é ordem estabelecida por uma classe (a aristocracia) e em proveito dela. (FORNIER; LEEMAN, 1979 Apud SILVA, 1989, p. 13).

A partir das reflexões que até aqui fizemos nas três gramáticas destacadas, pudemos observar um aspecto teórico importante para a condução didática que pretendemos conferir ao capítulo de concordância verbal: qualquer conhecimento, especialmente o institucionalizado, se organiza em categorias e subcategorias.

Como parte desse saber, nas gramáticas, o tema concordância verbal está normalmente situado na sintaxe. Os que assim a colocam, como no caso dos gramáticos Bechara e Rocha Lima, consideram “*as relações de dependência que se estabelecem entre as palavras*” e como “*essas relações se manifestam numa língua através da acomodação, do ajustamento das flexões de determinadas palavras às flexões de outras*” (MELO, 1978, p. 248).

Já Cunha e Cintra inserem o referido assunto no capítulo dedicado ao verbo, numa perspectiva morfossintática. Tal escolha talvez se deva ao fato de a morfologia situar o valor linguístico das palavras fora do contexto linear da frase. Sabemos que, nos estudos da linguagem, existe uma clássica tradição, ainda forte no nosso ensino, que considera a frase o lugar de realização da língua. Para aqueles que a elegem como a unidade comunicativa por excelência, o valor de uma forma verbal estaria “*exclusivamente nas frases em que ela aparece*” (MELO, 1978, p.10). Assim há os que defendem o estudo das palavras simultaneamente com o seu emprego na frase, atenuando a fronteira entre morfologia e sintaxe.

Foi, justamente, a inserção do assunto por Cunha e Cintra, no capítulo de verbos (perspectiva morfossintática), que nos despertou para a seguinte problematização: o título *Concordância verbal* informa um estudo a respeito do verbo, mas o que de mais determinante existe neste capítulo (e precisa inclusive ganhar relevo para fins didáticos) é o estudo do substantivo/sujeito.

O olhar que interpreta a concordância verbal como um assunto do verbo pode se justificar, entre outros motivos, pelo sintagma que nomeia o capítulo. Os leitores

menos atentos, por conta do termo determinante, que constitui o sintagma-título, tendem a achar que o verbo é o cerne da questão. No entanto, o sema de passividade contido no termo determinado, isto é, na palavra *concordância*, faz-nos pensar no substantivo/sujeito como centro das atenções do estudo. Sobre o que afirmamos, encontramos nas palavras de Melo (1978, p.248) o seguinte argumento: “A concordância verbal é, assim, em português, o mecanismo sintático fundamental para a indicação de um substantivo sujeito”.

É, pela necessidade de o verbo adequar-se à pessoa e ao número do substantivo, que identificamos neste a função do sujeito. Em outras palavras, o verbo, na perspectiva da sintaxe de relações, submete-se, hierarquicamente falando, ao substantivo que é o seu sujeito.

Para sustentar a nossa posição, ressaltamos ainda outro argumento. As reflexões primeiras que fizemos nos permitiram levantar um extenso placar de casos em que a concordância verbal está determinada pelos mais variados tipos de sujeito. Se a concordância é um mecanismo que implica alterações do verbo para este se *conformar* ao número e à pessoa do sujeito, o variado placar de casos se deve não às inúmeras possibilidades de ajuste morfológico do verbo, mas às variedades de estruturação do sujeito, fato que atesta a necessidade do deslocamento desse olhar. Todavia, tem-se apagado a necessária observância aos tipos de sujeito para a compreensão bem-sucedida face à aquisição desse saber normativo.

No âmbito da questão que levantamos, é preciso considerar que nenhuma produção de conhecimento nasce na orfandade. Como salienta Silva (2005, p. 162),

existem não-ditos que determinam a construção do objeto-texto (...). Um desses não-ditos é a relação do texto que se está lendo com outros textos que podem, metaforicamente falando, ser seus PAIS. É como se estivéssemos realizando um teste de DNA nos textos para descobrir sua parentalidade (...) uma operação de resgate que contextualiza e explica a produção do saber.

Esse entendimento tem como consequência a desmitificação da ideia de que as mensagens estão delimitadas pela primeira e última palavra do texto; de que tudo que se pode compreender sobre o texto, nele está dito. Na verdade, trata-se de um processo contínuo, já que todo texto é um intertexto. Por isso, acreditamos que o fundamento para compreender a primazia do foco no sujeito, no estudo daquilo que se convencionou chamar de concordância verbal, esteja num momento anterior à constituição da GN.

Tomada pela mesma defesa de que os saberes precisam resgatar sua historicidade para que se possam recuperar os sentidos, Neves (1987, p. 15) vai investigar a origem da disciplina gramatical no contexto da antiga Grécia.

Examinando o quadro da gramática, encontramos uma codificação aparentemente simples que representa, porém, um processo complexo de organização.

A gramática tradicional constitui uma exposição de fatos que tem sido examinada sempre como obra acabada, sem consideração para o que tenha representado de esforço de pensamento. Citá-la apenas como dogmática, normativa, especulativa, não-científica significa não compreender o processo de sua instituição.

O exame da gramática ocidental tradicional necessariamente remonta à gramática grega. E é analisando a marcha da instituição da gramática grega que vamos encontrar a razão para aquelas características, que então se legitimam e explicam.

2.1.CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: UM BREVE HISTÓRICO

Antes de discutirmos a influência da filosofia, no nascimento da GN, cumpre de imediato fazer uma distinção de dois momentos históricos relacionados ao contexto processual de gestação de tal disciplina. Trata-se da diferença entre cultura helênica e cultura helenística ou Greco-romana. Tal distinção é importante para entender o porquê do rumo que os estudos da linguagem foram tomando no mundo grego.

O primeiro momento compreende um longo período de florescimento e de amadurecimento dos valores tipicamente gregos e vai dos primórdios dessa civilização até o século IV a.C. Essa fase é marcada pelas seguintes etapas de evolução: a Grécia homérica; a arcaica, quando ocorre a criação de cidades como Atena, Esparta, Tebas, Megara, Samos etc; a clássica, quando a democracia se desenvolve e a vida intelectual e artística entra no apogeu.

O segundo momento, o helenístico (séc. IV-IIa.C.) é resultante do processo de fragilização das guerras fratricidas e do domínio de Alexandre, da Macedônia, que posteriormente à conquista do mundo grego se tornou adepto e difusor da cultura helênica. O período helenístico também compreende a dominação dos romanos. A conjunção dessas culturas marca uma fase, em que existe uma preocupação do mundo grego em preservar e até impor a sua tradição cultural como cultura absoluta aos demais povos com os quais passa a conviver.

Os diversos pontos de vista, determinados por diferentes condições históricas, determinam também o projeto civilizatório que se deseja. Desse modo, enquanto a cultura helênica se marcava pela criação, a helenística se ocupava em resguardar a identidade: toda a memória da produção do passado.

A disciplina gramatical, necessidade de um momento histórico, é uma criação da época helenística. Esse momento representa, em relação à helênica, uma diferença de organização política e social e, principalmente, o estabelecimento de um novo ideal de cultura. Esse é um momento de reflexão e crítica em relação a toda produção cultural do passado. Existe a necessidade de zelar por tudo o que a época helênica criou. À luz destas ponderações pode-se afirmar que foi no contexto helenístico que surgiu a necessidade de constituição de uma gramática, mas foi a cultura helênica que a possibilitou, em virtude das múltiplas vivências teóricas sobre linguagem.

Nesse contexto, a educação assumiu papel primordial na transmissão de valores de uma cultura que se opôs à introdução de outros valores de povos estrangeiros identificados como bárbaros.

Tal educação se baseava, enquanto atividade cultural por excelência, na transmissão de um patrimônio literário de grandes obras do passado. Em decorrência da contaminação daquilo que se considerou barbarismo na linguagem corrente, o mundo helenístico recortou uma realidade linguística como “autenticamente” grega, julgada capaz de oferecer os padrões ideais a serem preservados. Essa necessidade de preservação e divulgação da cultura helênica determinou o desenvolvimento dos conhecimentos literários e linguísticos a serem observados. Por isso, os textos genuinamente gregos, como os de Homero, serviram como fonte de pesquisa para os fatos caracterizadores da língua modelo. A esse respeito, vejamos o que dizem Casevitz e Charpin (2001, p.28)

Homero educou a Grécia, diz Platão. Se os poemas homéricos são primeiramente obras de aedos profissionais transmitidos pelos rapsodos no interesse de aristocratas letrados, todo grego confiado aos cuidados do mestre-escola aprende as suas letras em Homero e também nos velhos poetas didáticos e políticos, como Sólon. Mais precisamente, o ensino clássico visa formar um cidadão (...) capaz de participar da vida da cidade...

Assim, o que vai se flagrar na história do pensamento grego são as condições que determinaram a necessidade de inaugurar uma atitude prescritiva a respeito de um ideal linguístico. Por meio dessa atitude, ao longo do tempo, vai-se poder estabelecer a distinção de um modelo cidadão de linguagem. Esse ideal foi

estruturando um projeto pedagógico de Gramática que perpassou os séculos até os dias atuais. Um projeto pedagógico de sujeito-cidadão, cujo intuito foi excluir e incluir sujeitos, nos dois casos, interferindo com a identidade de ambos. Um projeto fundamentado no princípio da *ontologia*, que refletiu a ordem do mundo na ordem dos elementos da Gramática. Esse a ordem externa excluiu, naquele contexto histórico, estrangeiros, escravos, mulheres e alguns homens pobres e livres. Conforme ressalta Chauí (1995, p.376-377)

Em primeiro lugar, a economia era agrária e escravagista, de sorte que uma parte da sociedade – os escravos - estava excluída dos direitos políticos e da vida política. Em segundo lugar, a sociedade era patriarcal e, conseqüentemente, as mulheres também estavam excluídas da cidadania e da vida pública. A exclusão atingia também os estrangeiros e os miseráveis.

A cidadania era exclusiva dos homens adultos livres nascidos no território da cidade. Além disso, a diferença de classe nunca era apagada, mesmo que os pobres tivessem direitos políticos (...)

O que procuramos apontar não foi a criação de uma sociedade sem classe, justa e feliz, mas a invenção da política como solução e resposta que uma sociedade oferece para as suas diferenças, seus conflitos e suas contradições (...).

No universo das questões políticas que destacamos, podemos entender que o ato pedagógico se funda numa determinada concepção de mundo e, a partir deles, busca os meios mais eficientes para efetivar os valores produzidos por esses ideais. Assim o projeto pedagógico - inserido aí o projeto de uma gramática - que se buscou construir na Grécia antiga foi aquele que representava o ideal do SER que passasse como natural em um universo restrito de condição cidadã.

2.2. A HERANÇA ONTOLÓGICA NA GRAMÁTICA NORMATIVA

Embora os gramáticos, ao longo do tempo, tenham tentado elaborar um trabalho para descolar-se da filosofia e construir um objeto próprio, a origem dos estudos gramaticais encontra seus alicerces nas mais remotas indagações filosóficas acerca da origem do SER no mundo, de sua transformação e de seu desaparecimento. Essa é a compreensão a que se chega quando se investiga a origem dos estudos sobre a linguagem:

Parte-se de uma constatação simples: a de que a filosofia, enquanto discurso sobre a realidade do mundo e do homem, se desenvolve integralmente adentro da linguagem, cujas redes, segundo o aforismo de Nietzsche, o filósofo se encontra preso. (BELO, s/d, p.16)

No esforço de entender o discurso dos filósofos gregos, enquanto matriz ideológica presente na gramática tradicional, necessário se faz vê-los dentro de uma concepção de mundo no qual se inserem.

2.2.1. O lugar do lógos no mundo de visão Cosmológica

Os nomes que aqui faremos referência pertencem ao período da filosofia, denominado *pré-socrático ou cosmológico*. É comum a esses filósofos buscarem uma explicação racional e sistemática sobre a origem, ordem e transformação da natureza, na qual os seres estão inseridos.

Segundo Chauí (1995, p. 180), “*duas grandes tendências adotaram posições opostas a esse respeito, na época do surgimento da Filosofia: a do filósofo Heráclito de Éfeso e a do filósofo Parmênides de Eléia*”.

Para o primeiro, o mundo se organizava a partir de seus contrários, num fluxo perpétuo. Essa era a ordem racional do universo. Apesar de se perceber o mundo pela experiência sensorial como algo estável, só pelo exercício da razão podia-se perceber que tudo se transforma no seu contrário. O *lógos* era, segundo essa perspectiva, mudança e contradição, o elemento articulador das coisas.

Neves (1987, p. 27) nos chama a atenção para o fato de que o *lógos*, em Heráclito, assumiu diferentes valores: ontológico (“Razão”, “inteligência universal”, “norma universal do Espírito”); cosmológico (“lei cósmica”, “formula do devir”); lógico (“lei do pensamento”, “lei lógica”); linguístico (“discurso”, “palavra”). Pode-se, contudo, verificar, entre essas várias acepções, um elo comum: o discurso era o princípio inteligente que se manifestava no SER (humano) para desvendar a natureza.

Ao contrário de Heráclito, Parmênides afirmava que o movimento de transformação era ilusório. Para ele, tratava-se de opinião equivocada, fruto da confusão entre as nossas sensações e a realidade. O devir dos contrários era uma linguagem ilusória. Só podemos pensar e dizer aquilo que é sempre idêntico a si mesmo.

Em conformidade com essa segunda concepção, o que articula as coisas é o SER, que significa o mesmo que o pensar e o dizer. **O logos é o SER como**

pensamento e linguagem verdadeiros. Desloca-se, então, o foco de interesse da linguagem para o SER. E é a ele que pertence a capacidade de dizer o próprio SER de diferentes maneiras: o que ele é e o que ele não é.

Na continuidade dessa linha de raciocínio, Demócrito percebe a linguagem como instituição humana, ou seja, o seu caráter convencional, já que as qualidades não pertencem à essência original do SER, mas adquirem valor segundo opinião subjetiva.

Em Parmênides está a origem da dissociação entre o SER e a linguagem, dissociação essa que vai cada vez mais se delineando, como se pode perceber pelo que defendeu Demócrito. Pelo breve histórico que até aqui fizemos do pensamento filosófico sobre a linguagem, não é impróprio ressaltar que *“para os filósofos, a língua só é objeto de estudo para evitar que ela entrave o conhecimento da verdade das coisas, que lhe é exterior”* (CASEVITZ e CHARPIN, 2001, p. 30).

De acordo com essa perspectiva, afirmamos que as questões de linguagem de que trataremos, na próxima seção, estão inseridas no período antropológico ou socrático. Tanto esse como o período anterior tomam o filósofo Sócrates como referência, pela relevância de seus ensinamentos.

2.2.2. A busca do SER racional: implicações nos estudos da linguagem

A característica básica desses ensinamentos é a confiança no homem como SER racional. Sua capacidade de utilizar o pensamento como meio de conhecer a si próprio: o modo como se pensa e como se conhece. Daí o consequente interesse em relação à ação, às ideias, ao comportamento, às crenças e aos valores. Trata-se, enfim, da preocupação com as questões morais e políticas.

Destacam-se também nesse período Platão e um grupo de filósofos, conhecidos como sofistas – Protágoras, Górgias, Isócrates, entre outros.

2.2.2.1. A primeira concepção acerca do padrão ideal da linguagem

O surgimento da democracia propicia que os ensinamentos dos sofistas ganhem força. Estes defendem que os conhecimentos dos filósofos cosmologistas

não têm utilidade para a nova realidade que se impõe. A preocupação agora é com a educação voltada para o bom orador, melhor dizendo, com a formação de um cidadão capaz de defender posições, de modo a desenvolver nas assembleias fortes argumentos e ganhar a discussão.

Portanto, a defesa clara da função política da linguagem é mérito dos sofistas. Pelo jogo de interesse que a *pólis* impõe, a preocupação não é com a verdade, mas com a formulação de regras de conduta prática: estabelecer regras de falar, persuadir, de modo a garantir a adesão dos ouvintes. Por isso, a valorização da arte retórica. Pela discussão, estabelecem-se costumes e leis, considerados convencionais.

Os sofistas retomaram de Demócrito a defesa de que o falar é uma atividade humana convencional, além de reconhecerem nela uma ação poderosa. Aqui chamamos a atenção para como as questões sobre ontologia e linguagem nos sofistas se configuram.

Segundo eles, verdade e discurso se equivalem. Por isso, a realidade que se investiga está circunscrita à investigação da própria linguagem. O pensamento a ela se reduz, não havendo, portanto, distância entre a linguagem e o SER. Os sofistas centram sua atenção na linguagem, não porque estejam interessados no seu funcionamento, mas porque ela é o instrumento para o exercício político do SER cidadão. Ou nas palavras de Casevitz e Charpin (2001, p. 30),

os sofistas, e depois os gramáticos, fazendo da língua seu único objeto de estudo, preocupados antes de tudo com a eloquência, vão fundar uma gramática normativa antes de tudo utilitária. Falar bem (...) é falar corretamente, justamente, (...); o esforço dos gramáticos preocupados com a correção da forma será complementar do esforço dos filósofos.

A ênfase dada à palavra coloca, portanto, para a sociedade da época e para a posteridade, três contribuições:

- a) a primeira, como parte fundamental das intenções educacionais e herança de uma tradição aristocrática, refere-se ao fato de que cada cidadão deveria conhecer os poetas para distinguir, a partir da linguagem poética, os bons dos maus exemplos - pelo confronto dos versos, avaliar a precisão e a clareza no emprego das expressões e das ideias (nessa perspectiva, a linguagem estilosa da literatura, rica de sentidos, constitui-se tradicionalmente como modelo de recursos retóricos a serem seguidos);

- b) a segunda, determinada pela finalidade prática, orienta os sofistas para a normatização do uso correto - embora suas preocupações não fossem a organização interna da linguagem, as observações que fizeram representam uma importante contribuição para a evolução do pensamento sobre a linguagem e para o nascimento da Gramática;
- c) a última contribuição, bastante significativa, foi responsável por dar visibilidade à palavra como força social.

É importante dizer que Sócrates faz restrições ao papel dos sofistas. Para ele, o exercício filosófico caracteriza-se pelo amor ao saber e à verdade. A restrição aos sofistas se justifica, então, pelo fato de eles centrarem suas discussões na linguagem, com o objetivo exclusivo de estabelecer os mecanismos de persuasão. Há, no entanto, um ponto comum: a necessidade de se criar um novo perfil de educação cidadã.

Diferindo, contudo, na concepção de projeto cidadão, conforme já assinalamos, Sócrates defendia que o homem devia conhecer a si mesmo. Condição para todos os outros conhecimentos verdadeiros. Embora os gregos não tenham feito uma discussão filosófica do SER centrada no eu, podemos ver nas investigações ontológicas o gérmen de posteriores reflexos em muitas das explicações gramaticais, como, por exemplo, as pessoas do discurso no que se refere à primazia do eu. Na GN, o eu é chamado de primeira pessoa do discurso. O olhar que se lança sobre o mundo e sobre a linguagem parte sempre da perspectiva do eu – **da emissão**; o SER que fala não está no mesmo plano daquele com quem se dialoga.

Visto que a linguagem não é, nos sofistas, elemento de investigação para conhecimento da realidade, a polêmica instaurada por Heráclito e Parmênides será retomada nas investigações platônicas. A questão da contradição (mudança e permanência) dos seres requeria solução. O mundo natural, em que os sentidos geram percepções ilusórias, é por ele entendido como o mundo das *aparências*; o mundo verdadeiro é o das *essências imutáveis* (mundo inteligível).

2.2.2.2. As primeiras percepções sgnicas da palavra: função mimética do SER

Para conhecer a essência, sem correr o risco de se prender à aparência, Platão vai utilizar um método de organização do pensamento e da linguagem. Trata-se do método dialético, considerado intelectual e linguístico, que parte de um diálogo entre interlocutores de posições diversas a respeito de certa questão. A discussão entre eles deve ter como resultado a passagem de opiniões contrárias (o que corresponderia às imagens contraditórias) ao mesmo pensamento a respeito do qual divergiam (mesmo conceito).

Podemos ver, então, que, em Platão, a linguagem, assim como nos sofistas, também conduz a algo para fora de si. A diferença é que deixa de ser entendida como objeto de persuasão, para ser vista, na função dialética, como um caminho para a verdade, por isso é objeto de investigação. Em outras palavras, seu interesse está para além do campo da linguagem. Como nos informa Neves (1987, p. 46), ao investigar, no *Crátilo*, a justeza dos nomes, centrada na dupla distinção - a origem natural e a convencional -, **a questão central para Platão é a essência do homem.**

O nome é instrumento para saber a ideia de cada coisa e atuar segundo esse saber; está a serviço da essência e tem dupla função: distinguir e instruir.

Enquanto instrumento, é imagem, não podendo se assemelhar integralmente à coisa: as palavras não podem ser réplicas perfeitas dos seres, porque então se confundiriam com eles. Tomada nessa perspectiva, a linguagem é mimese. Há uma distância entre o nome e a coisa, fato que determina dois modos de dizer: o falar com verdade (o que o SER é) – desde que haja justeza entre a denominação e o que é denominado – e o falar falso (o que o SER não é).

2.2.2.3. Natureza, convenção e uso: solidificação do discurso autoritário

Posto que a atribuição dos nomes deve primar pela justeza, nem todo homem é possuidor dessa arte. O nomear envolve, segundo Platão, o criador de nomes – o

mais raro de todos os artistas. Por isso, ele deve operar segundo o imperativo da natureza, não segundo a sua fantasia.

Ocorre que, algumas vezes, a representação da imagem implica certas imperfeições. Platão salienta, nessa perspectiva, que a **convenção** e o **uso** contribuem para complementar a carência de traços do Ser na expressão do pensamento.

Ao considerar que o legislador dos nomes opera em conformidade com a natureza, imitando-a, vai-se naturalizando e, portanto, legitimando o poder de legislar sobre a linguagem. Nesse ponto, completa-se o ciclo prescritivo da visão platônica - outra herança da tradição grega para a Gramática: a) o legislador está autorizado, na lógica platônica, a estabelecer os nomes segundo os ditames da natureza; b) o uso e a convenção completam as lacunas que, porventura, a impossibilidade de nomeação não possa suprir.

É importante chamar a atenção que, dentro do contexto de afirmação da identidade grega, Platão, filósofo de destaque, em um contexto de cidadania restrita, contribui para reforçar, ao defender a função da natureza como imperativo de denominação do SER, a articulação do poder que emana de poucos e gerencia os valores de muitos, sobrepondo-se, inclusive a tais valores.

O que importa ponderar aqui então são as questões subjacentes aos mecanismos que fizeram validar para a tradição tais critérios. Não se pode perder de vista, numa sociedade restritiva à pluralidade social, que a perspectiva de escolha do uso e dos critérios da convenção está absolutizada pela voz que ocupa um lugar de privilégio naquela sociedade.

2.2.2.4. Os primeiros fundamentos morfolexicais e sintático-frasais

Depois de definida a função representativa e normativa, Platão se “*desliga do exame da origem da linguagem e passa buscar definir as relações entre linguagem e pensamento.*” (NEVES, 1987, p. 54)

Como também nos informa Marcondes (2009, p. 17) no *Sofista*, a investigação se orienta para um nível de maior complexidade: a verdade não mais vai ser buscada no nome, mas na atribuição de um verbo (*rhema, ou seja, o predicado*) a um nome (*onoma que funciona como sujeito*), melhor dizendo, na

proposição. Nesse nível de relação, o *lógos* compreende um agente, que, como nos esclarece Neves (1987, p. 55), em nota de pé de página, encontra sua referência concreta. “*Observar que Platão, em seus exemplos, coloca como agente (sujeito da proposição) um nome próprio, Teeteto, porque, nesse caso, é indiscutível que o indivíduo nomeado existe*”.

E continua Neves, desenvolvendo o argumento em conformidade com as ideias de Platão:

O discurso não enuncia simplesmente uma coisa, mas enuncia de uma coisa, algo existente em relação a ela. Unindo o nome a um verbo, o falante liga um agente a uma ação, registrando nos sinais (o discurso) a comunhão existente nas coisas representadas por esses sinais (262e). Há, pois, uma estrutura básica de proposição, que é a “primeira combinação” (**próte simploklé** 262c), o primeiro e mais breve de todos os discursos.

A linguagem é considerada na base da conexão entre os gêneros do ser. São esses um conjunto infinito de objetos do discurso. São cinco os gêneros do ser: o ser, o repouso, o movimento, o mesmo e o outro, pois toda atribuição envolve o mesmo e o outro em relação ao ser(...). (NEVES, 1987, p. 56)

O *lógos* organiza a diversidade dos seres no discurso. Esse é um processo de combinação que determina o próprio nascimento do discurso, por isso, é entendido também como um dos gêneros de SER. É a “*imagem do pensamento na palavra (208c) com o emprego de verbos e nomes*” (NEVES, 1987, p. 58).

Poderíamos dizer que a origem dos fundamentos morfolexicais estaria no Crátilo, porque é lá que se instaura a discussão sobre o processo de nomeação, tendo como premissa básica a naturalização sígnica – isto é, o nome traria em si característica da coisa nomeada.

Mas, como assinala Marcondes (2010, p. 17), Platão

observa que uma lista de palavras não é ainda uma linguagem, não constitui um *logos*: “*Nomes proferidos apenas de princípio ao fim não vêm a formar uma proposição, assim como verbos proferidos sem serem acompanhados de algum nome.*” (262a)

Em *O Sofista* (MARCONDES, 2009, P. 17) a busca da verdade não está mais no nome, mas na atribuição do verbo a um nome. Dessa forma, poderíamos dizer que, nessa obra, encontram-se os fundamentos da sintaxe frasal.

A questão da verdade acerca das coisas do mundo, investigada por Platão, vai estar, portanto, na proposição, entendida como discurso: “*é ele que expressa a relação existente entre as coisas e as palavras que as representam*” (NEVES, 1987, p.58). Nas palavras de Neves (1987, p. 59)

A linguagem tem um sentido, na medida em que é articulação que manifesta a articulação das essências (...). As palavras não são forças e potências de realização, não têm como função dizer uma verdade que é anterior e superior à sua expressão. O discurso se desenvolve segundo as relações dialéticas que

unem os gêneros. As entidades da linguagem entram em associação, segundo princípios gramaticais, manifestando a comunhão que há entre os seres segundo os princípios dialéticos (...). É o marco da dissociação, de um lado entre o real e a linguagem que o nomeia, de outro lado entre a linguagem e o pensamento. Situado no plano da idéia, o significado se distingue do referente material. Também distinto do significante, preexiste a ele e o domina. É nesse caminho que Aristóteles se debruçará sobre o logos, pondo em equação as relações entre a linguagem e a não-linguagem e examinando mais explicitamente a articulação dos termos no discurso.

2.3. A SISTEMATIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Personalidade de destaque do período sistemático da Grécia Clássica, Aristóteles foi considerado o principal sistematizador dos conhecimentos anteriormente produzidos pelos gregos. Tal período se caracterizou pelo esforço de a Filosofia buscar reunir tudo o que foi pensado sobre o mundo e o homem. Nesse momento, interessa evidenciar que qualquer fato pode ser objeto de investigação filosófica, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam solidamente determinadas, condição para estabelecer a verdade.

A Aristóteles se deve o mérito de criar a lógica³ como instrumento de sistematização do conhecimento em qualquer campo do saber. Para ele, o conhecimento de um objeto exige o conhecimento das leis gerais que governam o pensamento

Ao descrever os corpos vivos, ele identifica o homem como animal distinto de todos os outros por suas funções intelectivas. Dentre elas, o exercício da linguagem, função identificada como um dote da natureza e requisito necessariamente político de o homem Ser.

Em um texto célebre do tratado *Política* (I, 1253^a), Aristóteles caracteriza a linguagem como definidora da natureza humana, na medida em que o homem é um ser social e é precisamente o uso da linguagem na comunicação e na negociação política que torna possível a vida social. (MARCONDES, 2010, p. 27)

Os sons emitidos pelo ser humano tem fins distintos dos sons produzidos por todos os outros animais, na medida em que estabelece intercâmbio comunicativo entre iguais e manifesta juízo de valores. Pelas trocas de linguagem, realizam-se a gestação e a posse de valores relativos à noção de bem, de mal, de justo, de injusto, de família e de Estado, enfim, a base da sociedade política.

³ A palavra empregada por ele para se referir à investigação das regras que o pensamento deve seguir, de modo a exprimir a verdade, é analítica; o termo lógica aparece posteriormente, com os estóicos

Quanto ao problema posto inicialmente pelos filósofos cosmológicos, Aristóteles confere um tratamento diferente do de Platão. O devir não é mera aparência ilusória, por isso não separa realidade e aparência: elas pertencem a um só mundo. Há seres cuja essência é mudar, há seres cuja essência é imutável.

A mudança é potencialidade, a maneira de as coisas realizarem a sua essência. Portanto, não há contradição, mas uma identidade que o pensamento pode conhecer, por meio da linguagem.

A dialética, tal como Platão a concebeu, é outro ponto de discordância de Aristóteles, que considera um caminho inadequado para se chegar ao conhecimento. Tal prática possui ação restrita, só cabendo ao exercício da oratória, por sua função persuasiva. Assim, pode-se afirmar: a dialética platônica é **um modo de conhecer que opera com os conteúdos do pensamento e do discurso**; a lógica aristotélica é **um instrumento para o conhecer que antecede o pensamento e a linguagem**, é o meio para realizar o pensamento e o discurso.

2.3.1. Concepção ontológica e formalização lógica

A relação estreita entre linguagem e pensamento terá correspondência na relação entre categorias de pensamento e de linguagem. Isso significa dizer que os nomes, na sua pluralidade, na medida em que servem para designar o Ser ou as coisas relacionadas a eles, podem ser identificados por categorias. Por isso, Aristóteles traça um paralelo entre o universo dos nomes e o da phýsis.

Em decorrência das relações estabelecidas entre as categorias do pensamento e da linguagem, Aristóteles ainda identifica, nessa última, o caráter convencional. Uma palavra é símbolo de um conteúdo mental: depende de um espírito que lhe confira essa atribuição. A teoria aristotélica da significação prevê o signo, o referente e o conceito. Este último é uma representação abstrata e abrangente do Ser. A palavra assim constituída se refere a tudo o que existe.

Na base da classificação dos modos de predicação e de ser está a ideia de que o mundo físico é composto de coisas (substância) que têm certas propriedades (acidentes), que desencadeiam ou sofrem certos processos, que mantêm entre si certas relações ou que têm certas extensões ou localização no espaço ou no tempo. Assim, diz Aristóteles, que as categorias, isto é, as coisas que se dizem sem entrar em uma combinação, são: a substância; ou o quanto; ou o qual; ou em relação a que; ou onde; ou quando; ou está em posição; ou está em

estado; ou fazer; ou sofrer (categoria 4, 1b 25) (...). As categorias são as declarações mais gerais sobre o ser ou sobre os modos diferentes em que o ser é declarado. (NEVES, 1987, p. 69-70)

Sobre o que acabou de ser transcrito, comenta Neves (1987, p. 72) que, ao discutir os sistemas de noções, Aristóteles acaba por fazer uma análise da linguagem, ou seja, da “*função do lógos em vista de uma concepção ontológica e de uma formalização lógica*”.

2.3.2. A proposição: instância de privilégio para a revelação do SER

A instância de privilégio da lógica aristotélica não é o nome, mas a **proposição** – atribuição de um predicado a um sujeito. É instância privilegiada já que, por meio dela, o pensamento se coloca na linguagem, permitindo a formulação e a expressão de juízos.

Nesse sentido, para melhor elucidar a questão, é importante registrar, da mesma fonte, informações de pé de página:

J. M. Le Blonde (*Logic et méthode ...*, p. 316-319) mostra como esse paralelismo se evidencia na apresentação das três categorias principais da substância (...) – ser primeiro (essência), sujeito e indivíduo – só são plenamente explicadas quando ligadas ao julgamento e à proposição.

A primeira é a nota fundamental da substância, a que vem significada através do termo *ousía* (...). Só a substância é simplesmente. Então, todo o resto – quantidade, qualidade, relação – é afirmado em relação a esse absoluto.(...) O tipo natural e fundamental de proposição é aquele em que a afirmação se faz em referência a uma substância, todos os outros são derivados desse e tiram dele o seu valor.

A segunda característica tem relação mais evidente com a linguagem: substância é o que não é senão sujeito da proposição. O termo *HypoKeimenon* significa “substrato”; é o que é “suscetível de receber predicação”. Essa significação vem sugerida na própria definição aristotélica de substância: “o que não é atribuído a nenhum sujeito e não é inerente a nenhum sujeito”.

A terceira característica decorre do estudo da substância como sujeito: aquilo que nunca é predicado. Só o indivíduo é sujeito último; as coisas individuais não podem ser predicado. (NEVES, 1987, p. 72)

Apesar de as palavras possuírem uma significação convencional, o valor daquilo que se diz (verdade ou falsidade) está na proposição. Para Aristóteles essa é, como acima afirmamos, a instância de privilégio porque ele acredita poder chegar, por meio dela, à revelação do SER.

Compreendida a relação entre o SER e a linguagem, ele passa a examinar o modo como as coisas são ditas.

O exame da proposição é o exame do modo de dizer os seres segundo uma ligação (Categorias, 1ª 16-17), e nelas se põem, como vimos, seres gramaticais.

Entretanto os seres se declaram também ontologicamente. Há uma pluralidade de seres e cada um deles é também dito fora da proposição. As coisas que se dizem “sem nenhuma ligação” (Categorias, 1b 25) são as categorias (...). Enquanto o nome é apenas o sinal sonoro da coisa, a categoria é a voz, não apenas como sinal, mas como expressão da natureza da coisa, como definição e como conceito. (NEVES, 1987, p. 69)

Como ressalta Neves (1987, p. 63),

Essa associação entre linguagem como característica biologicamente natural do homem e a linguagem como característica do animal político organiza-se coerentemente e converge para uma teoria da significação.

Associando concepção biológica e aquela orientada para um determinado fim, Aristóteles vai investigar o **lógos** que, por natureza, tem uma um caráter político. É importante registrar aqui que, assim como Platão, também nele a linguagem, vista como associação das duas funções, sofre um recorte de investigação, determinado e legitimado pelo sujeito social e pelo contexto histórico vigente: em outras palavras, a linguagem em questão é aquela própria da cidade – da retórica e da ciência.

2.4. O HELENISMO: VALORES EXTERNOS CONFIGURANDO A LÍNGUA

Ao longo dos séculos, as reflexões filosóficas sobre a linguagem trazem à discussão, como vimos, a sua origem natural e convencional. Agora os estóicos, no contexto de desestruturação da *pólis* - época helenística – tecem, seguindo ainda essa mesma direção, suas considerações sobre a linguagem. Herança de Platão e Aristóteles, a crença de que saber é ter idéias em conformidade com as coisas da natureza enraíza-se definitivamente. A situação histórica determina, muito providencialmente, que tais considerações ganhem especial relevância.

O falar, enquanto atividade físico-motora, é comum a todos, mas as representações mentais são criadas por homens de capacidade privilegiada. **A linguagem articulada é produto do intelecto.**

É por esse motivo que os estóicos, considerando importante a busca da expressão, colocam a linguagem no centro da lógica. Segundo eles, só se pode conhecer o pensamento se expresso pela linguagem. Por seu intermédio, pode-se conhecer tudo. A linguagem certa é aquela que está afinada com a natureza das coisas.

Embora anteriormente já se tivesse dado destaque à proposição⁴, foram esses pensadores que, elegendo-a como **unidade de significação**, dão especial relevo ao campo da expressão e do conteúdo. São deles, portanto, os primeiros esforços no sentido de delimitar o campo de estudos da linguagem. O conhecimento tem origem na apreensão do Ser, e, por consequência, nos eventos, nos fatos e nas relações entre eles. Trata-se, portanto, de uma lógica de enunciados que discutirá

- a) aqueles que são fronteiros à proposição, mas que não podem ser assim considerados por faltar um termo;
- b) a formação de proposições simples – formadas de um sujeito (substantivo ou pronome) e de um predicado expresso por um verbo. (para eles o predicado não pode ser considerado uma proposição, pois requer um sujeito);
- c) a formação de proposições complexas, em que se busca determinar um fato desconhecido por intermédio das relações com um fato conhecido (são seis essas proposições: 1. de implicação – prop. hipotética; 2. de inferência – prop. consecutiva; 3. de conjunção – prop. coordenada com conj. **e**; 4. de disjunção – conj. **ou** em que uma das proposições é falsa; 5. de causa - 6. de comparação).

A dialética estóica vai estudar a representação mental que uma forma linguística evoca, em outras palavras, os significados, (as proposições, os predicados, os verbos ativos e passivos, os gêneros e as espécies) e o corpo fonológico que dá a significação, em outras palavras, os significantes (os sons, as elocuições, as partes do discurso, os solecismos, os barbarismos, a poesia). No entanto, essa relação entre representação mental e corpo fonológico não pode ocorrer de forma aleatória. Ela vai ter que estar ancorada no uso da classe dominante.

Aqui retomamos a ideia do parágrafo primeiro desta seção, quando afirmamos que existia, por parte dos gregos, um desejo de manter erguida a identidade cultural, produzida ao longo do período helênico. Nada mais oportuno, no confronto entre culturas, do que a crença na existência de uma linguagem capaz de, em conformidade com a natureza, expressar com justeza, adequação e correção a verdade das coisas. Esse é enfim o argumento que vai fazer valer consistentemente a distinção entre as formas ordinariamente usadas e aquelas consideradas padrões.

4 Formulação linguística de um juízo, podendo ser verdadeira ou falsa. Tradicionalmente considera-se o juízo como um ato mental e a proposição como sua expressão linguística (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996).

O reconhecimento da estreita relação entre linguagem e pensamento, nesse contexto, permitiu aos estóicos investigar, com origem nas sensações, o modo de conceber os conceitos, a partir de princípios, por exemplo, da oposição, da analogia, da transposição, da alteração. Os nomes, os conceitos se originariam não da reflexão subjetiva, mas a partir de experiência sensorial e que, por isso, seriam verdadeiros.

Em outras palavras, numa relação íntima com o objeto, os nomes, criados naturalmente, revelariam a verdade. Acreditando nesse pressuposto, os estóicos dedicam-se aos estudos etimológicos. Como nos esclarece Neves (1987, p. 95),

A etimologia, buscando uma correspondência entre a linguagem e a coisa pensada, procurava mostrar formações lingüísticas diretas por impressão clara, pela evidência dos sentidos (onomatopéia), ou pela inferência analógica. Pesquisando a etimologia, porém, os estóicos deparam com a anomalia dos fatos lingüísticos.

Se a linguagem é um desdobramento consequente da verdade, a regularidade universal observada na natureza deveria corresponder à regularidade lingüística. Contudo, a investigação dos estóicos provou nem sempre ser essa uma relação simétrica.

No mundo helenístico, de confronto de culturas e de trocas lingüísticas, processos evolutivos como alterações de som e de sentido, quando atestavam falta de correspondência “natural” entre os conceitos e os nomes, eram interpretados como perversão. Nasceram assim as considerações em torno dos conceitos de analogia e anomalia. Em outras palavras, ao se procurar a regra, depara-se também com a exceção. Isto significa dizer que vem à tona, com maior nitidez, o funcionamento da língua.

Esses dois conceitos, nascidos no seio da lógica estoica, quando são transportados para o campo dos estudos da linguagem, vão, por abstração, fornecer, respectivamente, as noções de regularidade e irregularidade, a partir do qual todos os usos serão avaliados.

No campo da linguagem, nesse momento da História, mais do que antes, tornam-se exemplares as produções literárias, como as de Homero. A partir dos manuscritos, cotejam-se variações com vistas à padronização de muitas formas e segregação de outras tantas, consideradas incorretas. O que, na verdade, nesse momento, começa a se procurar é uma simetria entre os elementos da língua, não considerados em si mesmos, mas na relação destes com fatos que lhe são externos,

ou seja, aqueles aspectos ligados à perspectiva histórico-cultural. Pode-se afirmar que, em virtude dos imperativos ideológicos, procura-se estabelecer a simetria com a língua dos homens “exemplares”. Aquilo que poderia ser considerado uma anomalia, se encontrasse parêntese em “uso modelar”, era então abonado.

É desse modo que o helenismo se vincula estritamente com o princípio da analogia. Na linguagem como um todo se abstrai o que é constante, que, então, é considerado autenticamente grego e passa a constituir a regra sob cujo critério são examinados todos os modos de expressão (...). O helenismo não é, pois, o uso assimétrico, variado e ocasional, o qual, na verdade, é o oposto da analogia; ele é, sim, o denominador constante, regular e regrado, que, por isso mesmo, exclui também o dialeto. (NEVES, 1987, p. 98)

O modo de compreender o que seria a língua grega vai interferir no processo de constituição da GN, com determinações significativas até os dias atuais.

2.5. SIM: UMA CONVERSA SOBRE SUBSTANTIVOS\SUJEITOS

Toda a discussão encaminhada até aqui pretendeu evidenciar a importância de se perceber o papel do SER substantivo/sujeito na organização dos estudos da GN.

As reflexões que a filosofia empreendeu em torno da linguagem são consequência da crença de que esta é expressão do pensamento. Por isso, todas as investigações sobre o funcionamento da primeira estavam intimamente relacionadas ao exercício do pensar a natureza, e, nesse quadro, mais especificamente, a essência do SER (do homem). Nesse sentido, o nome, como expressão da imagem que se tem do SER - ainda, da coisa, do objeto - ocupou o lugar de destaque nas discussões a respeito da dicotomia natureza/discurso.

Apesar de Platão advertir que é na proposição (conjunção do nome e do verbo) que reside a capacidade de registrar as especificidades do SER, podemos ver, nessa própria observação, o fato de o SER constituir o ponto de partida fundamental para que o processo discursivo se dê, pois os verbos estão na proposição para registrar os fatos que acontecem com o SER e não o contrário, isto é, o SER não está na proposição por causa dos fatos. Assim, fora do SER não há salvação.

Para efeito de complementação de nossas reflexões destacamos as palavras de Belo (s/d, p. 59):

Ónoma e *rema*, antes de Platão e ainda nele, são termos que se aplicam à linguagem na sua totalidade (respectivamente a apelação e a enunciação, o primeiro, e o dizer para o segundo). Mas no Sofista eles tornam-se (encolhem-se) em rubricas para as duas grandes classes de palavras, os nomes e os verbos, em conexão, respectivamente, com as coisas do fazer (as *pragmas*) e com o fazer (a *práxis*), mais propriamente com a sua manifestação. Ora, *pragma* e *práxis* revelam do campo do “ente”; a interrogação que seguirá sobre a passagem do verbo “ser” ao substantivo verbal “ser” corre já no espaço do acolhimento da filosofia com metafísica à presença.

Tal interrogação passará pelas categorias gramaticais (...) Tais sentidos implicam a consideração gramatical da língua como “ente”.

O objetivo dos três primeiros parágrafos desta seção foi o de retomar, de modo muito breve, o cerne da abordagem filosófica que vai amparar a formalização da gramática grega.

2.5.1. O lugar do nome na gramática de Dionísio o Trácio

Quando se fala dos primeiros investimentos dos gregos na formalização da GN, toma-se como referência o nome de Dionísio o Trácio. Tal fato se deve à sua prática de sistematização que privilegia o aspecto material dos fatos da língua grega, “*representativa do procedimento que surgiu na época alexandrina (...) modelo sobre o qual se apoia em geral as gramáticas ocidentais*” (NEVES, 2002, p.39).

Dionísio pretende fornecer um quadro, o mais completo, das categorias gramaticais aplicáveis ao grego. Sua análise prevê a sistematização dessas partes, tomadas nas perspectivas

- a) da **flexão** (por exemplo, no que tange ao nome, o caso, o gênero, o número; no que tange ao verbo, o caso, o número, a pessoa e o tempo),
- b) da **distribuição** (o lugar das palavras em relação ao nome e ao verbo),
- c) da **morfologia** (em que se considera a composição das palavras) e
- d) da **sintaxe** (a construção do discurso).⁵

É importante chamar a atenção para a ordem em que as partes do discurso aparecem no quadro,: o nome vem em primeiro plano; o verbo, em segundo, porque

⁵ Quanto a esse nível de investigação, Neves (2002, p. 44-45) nos diz que a perspectiva ontológica e lógica é a grande contribuição da filosofia aos estudos gramaticais, que vão, num feito estratégico, tratar as partes do discurso como classes de palavras, concluindo a autora: “*É assim que a sintaxe é a grande ausente do quadro gramatical inicial.*” Na página 63 do mesmo livro, completa sua exposição sobre a precariedade da sintaxe na gramática de Dionísio: “*o que constitui objeto de investigação não é o relacionamento dos termos do discurso, mas, sim, o seu isolamento, com vistas a uma classificação e ao estabelecimento de paradigmas.*” Nesse momento em que se quer descolar a perspectiva filosófica da perspectiva formal, ignoram-se praticamente as discussões sintáticas, porque, neste nível, haveria inescapavelmente uma relação mais explícita com a lógica.

- nessa ordem - são os elementos fundamentais do discurso. Assim as classes do artigo, do pronome serão consideradas a propósito do nome⁶; o advérbio, a propósito do verbo.

2.5.2. O lugar do nome na gramática de Apolônio Díscolo

Apolônio Díscolo viveu na primeira metade do século II d.C. e foi considerado, da Idade Média até o pleno Renascimento, autoridade nos assuntos de gramática.

Sua importância se deve ao fato de determinar com clareza o campo de atuação da sintaxe. Ele considera a língua uma série de elementos relacionados, sendo a sintaxe o conjunto de regras, síntese desses elementos. Dessa forma, apesar de considerar uma escala de unidades formais que vai desde os fonemas - passando pelas sílabas e palavras - até o âmbito da oração, é esta última o domínio restrito da sintaxe.

Assim como Dionísio, Apolônio atribui ao nome o termo de maior relevância entre as classes de palavras, colocando-o em primeiro lugar na apresentação dos termos na gramática. Seus argumentos desdobram-se da seguinte maneira:

- a) o nome expressa os seres - é por esse motivo, inclusive, que essa denominação pode ser empregada, também genericamente, para todas as outras palavras;
- b) é dele que nasce a propriedade dos verbos – a ação e a paixão;
- c) o nome não se relaciona com as outras palavras, mas o inverso.

Pelo que acima está exposto, pode-se perceber que o verbo é o segundo termo de relevância na ordem de apresentação das classes de palavras. Juntamente com o nome, formam a proposição, ou numa linguagem mais técnica, do ponto de vista gramatical, a oração. As demais classes estão assim subordinadas a essas duas categorias gramaticais.

É o nome que representa a ousia. Por isso, não se estuda a sintaxe do nome por si, mas a sintaxe do artigo em relação ao nome, assim como em relação ao pronome e ao verbo (...). (NEVES, 2002, p. 73).

A recuperação das condições – históricas e ontológicas -, que impulsionaram os procedimentos didático-pedagógicos na configuração da GN, permite alinhar uma abordagem mais orgânica para os estudos dos tópicos gramaticais.

⁶ O adjetivo faz parte do paradigma do nome.

A recuperação da perspectiva de que o nome rege todo o mecanismo de descrição da GN permite-nos afirmar que o estudo da concordância verbal é, acima de tudo, um estudo do substantivo/sujeito. Assim, esclarecida a questão, pretendemos pôr em pauta a complexidade de estruturação do sujeito, que só aparece no capítulo intitulado concordância verbal.

O que de imediato podemos antecipar é que uma das questões de dificuldade em reter esses saberes não está no ajuste flexional do verbo ao substantivo/sujeito, mas em reconhecer o tipo de sujeito para proceder ao ajuste preconizado pela GN. Em síntese, o que buscamos são alternativas para empreender uma leitura mais orgânica do texto Concordância verbal. Dizemos leitura, porque **defendemos** que o assunto deva sair da esfera mecanicista de abordagem do conteúdo, como tradicionalmente se tem entendido. O nosso objetivo, em última instância, é inseri-lo nas condições de produção de sentido, e desenvolver um saber relacional em torno do assunto. Assunto que será mais detalhado em um próximo capítulo.

3. UMA PAUSA PARA O ESTUDO DO SUJEITO

Por que fazer do estudo de língua portuguesa uma série de alçapões e advinhas, como essas histórias que uma pessoa conta para “pegar” as outras? (BRAGA, 1960)

Como já discutimos anteriormente, quando a GN apresenta o estudo da concordância verbal, está pressuposto, pela ordem em que vêm encaminhados os conteúdos,⁷ que o estudante já domina as estruturas do sujeito. Se defendemos que a concordância verbal requer muito mais o reconhecimento do substantivo/sujeito - que governa a estrutura sintática da oração - do que o conhecimento do ajuste verbal a ser feito, é preciso que esse saber esteja garantido.

Tal fato nos chamou a atenção, porque, ao começarmos uma análise mais acurada dos tipos de sujeitos envolvidos na concordância verbal, vieram à nossa frente estruturas que estão em desacordo com os conceitos de sujeito e de oração, descritos teoricamente pela GN. A partir dessas ponderações, resolvemos rever os conceitos de oração, de sujeito e de predicado, a fim de verificar o quê de problematizador esse assunto apresenta e precisa ser compreendido, como pré-requisito para a leitura dos textos sobre concordância verbal da GN.

3.1. A PROPOSIÇÃO/ORÇÃO: O SUJEITO E O PREDICADO.

Foi, como vimos, a tradição clássica que nos ofereceu as bases para os posteriores estudos da sintaxe: da associação de dois conceitos resulta a proposição que serviria de pilar ao objeto da sintaxe – a oração. Também como vimos, foi Platão quem fixou as noções de substantivo e verbo. O primeiro corresponderia ao sujeito de um predicado e o segundo, a expressão da ação ou de uma qualidade. Dentro da fundamentação lógica, o sujeito seria aquele sobre o qual se afirmaria algo, o atributo, o responsável por tal afirmação, e o verbo, o que ligaria os dois. Essas noções, em função do que averiguamos, ainda hoje vigoram na GN.

⁷ Observamos que as três gramáticas aqui em questão apresentam o estudo do sujeito para bem mais adiante apresentarem o estudo da concordância.

Em Rocha Lima (2008, p.234-235), sujeito “*é o ser de quem se diz algo*”. Do ponto de vista de sua forma, o sujeito “*é expresso por um substantivo, ou equivalente*”. Outras vezes, “*não se compõe apenas de um substantivo,*” ao contrário, é acompanhado “*de outros elementos que lhe precisam ou limitam o sentido fundamental*”, constituindo-se o substantivo no seu núcleo. O predicado é “*aquilo que se diz do sujeito*”.

Transcrevemos aqui um dos exemplos de que se utiliza o gramático: “*Branças pombas castíssimas voavam*” (2008, p. 235).

Mas, nas condições em que a gramática diz não existir o sujeito, ou ainda, no caso em que “*referimo-nos ao processo verbal em si mesmo, sem o atribuímos a nenhum ser*”, como definir o predicado? Com o quê, afinal, concorda o verbo? Pela filiação aos padrões clássico-filosóficos dos estudos da linguagem, essas indagações atestam uma lacuna de natureza linguística na descrição dos elementos centrais que constituem a oração.

No mesmo veio, Cunha e Cintra (2001, p. 126) ratificam, em termos conceituais, a fala de Rocha Lima face à compreensão do sujeito e do predicado: “*O sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o predicado é tudo aquilo que se diz do sujeito*”.

Bechara (2001, p. 409), entende o sujeito como a

unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir a oração. É na realidade uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal.

Por desejar o autor conferir aos estudos gramaticais uma abordagem mais formal do que lógica, o sujeito é, nos seus dizeres “*uma explicitação léxica do sujeito gramatical*” e não o contrário. Considera que a oração “*representa o objeto mais propício à análise gramatical, por revelar as relações que seus componentes mantêm entre si, sem apelar fundamentalmente para o entorno (...)*”. O gramático, assim como os demais, coloca basicamente como suficiente, para fins de análise, a oração absoluta. Compreende, por tudo isso, o verbo como elemento necessário, enquanto “*nem mesmo o sujeito é um constituinte imprescindível da oração*”.⁸

⁸ Por trazermos à tona o conceito de sujeito na compreensão de Bechara, retomaremos também a polêmica sobre a necessária existência/inexistência do SER substantivo na função de sujeito como elemento fundamental à constituição da oração. Porém, para não nos desviarmos de nosso objetivo nesse exato momento - qual seja, verificar o tratamento estrutural conferido ao sujeito, como significativo pré-requisito para o estudo da

Sobre a relação predicativa, ele ainda aponta um senão (BECHARA, 2001, p. 408):

Em chove, o verbo flexionado na 3ª pessoa – marca o sujeito gramatical, isto é, assinalado apenas gramaticalmente, mas temos uma predicação não-referida, pois não admite sujeito explícito. A chamada 3ª pessoa é a não-pessoa, é a não-eu, nem meu interlocutor, e assim é a forma utilizada para indicar a relação predicativa não-referida, isto é, as orações sem sujeito explícito.⁹

O que é interessante perceber na fala do referido gramático é o fato de ele afirmar que, nas ditas orações impessoais, a forma do verbo, flexionado na terceira pessoa, marca um sujeito gramatical. Parece-nos uma tentativa de desvincular a forma de seu conteúdo, como se fosse possível uma forma, exatamente por ser linguística, não agregar um fator de referência. Sabemos que, na linguística funcional, as formas de uma língua tiram seu valor da oposição linguística - forma marcada e forma não marcada - e é nesse instrumental teórico que Bechara se ancora para tentar fechar a lacuna a que nos referimos, dando ao predicado o lugar de termo “imprescindível” na construção da oração. Em outras palavras, o verbo se flexiona para se adequar a uma pessoa gramatical em ausência.

Vamos aqui nos reportar ao capítulo II desta tese, exatamente no que se refere às incursões que fizeram Heráclito, Parmênides, Platão e Aristóteles, no campo da linguagem, para ver como estão apagadas pelo tempo e pelos objetivos diversos as origens dessa lógica de pensamento. Como vimos, as indagações filosóficas acerca do mundo e do SER nele inserido travou um embate entre considerações heraclitianas e parmenidianas⁹, a que Platão conciliou e Aristóteles pôs termo¹⁰, na medida em que identificou a constitutividade do SER no Não SER.

concordância verbal –, trataremos, logo a seguir, da importância do SER/substantivo/sujeito para a formulação da oração e dos estudos que, nesse plano, estão envolvidos – tese que defendemos.

⁹ Para efeito de contextualizar a informação, retomamos brevemente algumas referências acerca do pensamento desses dois filósofos. Para Heráclito, o mundo era um fluxo constante, em que nada permanecia idêntico a si mesmo e o pensamento seria capaz de perceber a mudança das coisas em seus contrários. O *lógos*, princípio inteligente manifesto na linguagem, seria também mudança e contradição, o que não permitiria alcançar a conhecimento do SER. Em resposta, Parmênides argumentou que o SER simplesmente seria imutável, sempre idêntico a si mesmo; a mudança era aparência. Uma linguagem que não fosse capaz de captar essa constância seria ilusória, não teria existência, era o Não SER, o nada. A contradição seria impensável e inexprimível. Uma coisa que se tornasse contrária a si mesma destruiria-se. Só seria possível pensar e dizer o sempre igual a si mesmo. Só o SER poderia ser pensado e dito. O *lógos*, então, seria o SER como pensamento e linguagem verdadeiros.

¹⁰ Para Platão, o mundo das sensações, das percepções e das opiniões – mundo natural ou material – seria a mudança constante, o mundo da aparência, e corresponderia ao Não SER. O mundo sem contradições seria o das essências – o do SER - ou mundo inteligível. Por meio do pensamento e de linguagem, poder-se-ia chegar a ele. Aristóteles não separou os dois. Afirma que eles fazem parte de um só mundo. Reconhece, em conformidade com as ideias de Parmênides, que o pensamento e a linguagem exigem identidade, mas em consonância com Heráclito admite que as coisas mudam. Isto não significa dizer, segundo ele, que identidade e mudança sejam incompatíveis.

Ele entendia que o Não SER é diferente do SER, mas necessário à sua identidade, ou seja, o Outro do SER.

Ao retomarmos as referências filosóficas do pensamento grego, estamos, portanto, buscando as raízes que fundamentam um certo modo de explicar a língua, em oposição àquele que nela focaliza o aspecto material como especificidade de estudo de uma ciência da linguagem. É, por isso, que Bechara salienta: “*A chamada 3ª pessoa é a não-pessoa, é a não-eu, nem meu interlocutor*”. Mas como a língua é inescapavelmente semântica, podemos ver, por trás da forma não marcada, o não SER, que é um SER também, é um Não Eu, que é um Eu/Outro também.

A expressão *sujeito explícito*, mencionada por Bechara, para “*uma predicação não-referida,*” permite-nos deduzir que o verbo está na terceira pessoa por concordância com um sujeito implícito, que gramaticalmente não está marcado. Trata-se de um sujeito lógico, que está no pensamento, mas não é gramatical, ou ainda, que não está na língua, ou, pelo menos em um determinado padrão de língua.

Retomamos então a argumentação que fizemos em torno do nome, mais especificamente na sua manifestação substantivo/sujeito – aquela que registra a substância. O SER e o Não SER constituem o ponto de partida fundamental para que o processo discursivo se dê. O SER e o Não SER/substantivo/sujeito é o elemento desencadeador do ponto zero, da inércia. Os verbos registram os fatos que acontecem com os seres e não o contrário.

Assim numa frase como *Chove!*, do ponto de vista (onto)lógico, o acontecimento se desenrolaria a partir do SER chuva. Os verbos que implicam fenômeno da natureza suscitariam, no bojo da expressão de seu acontecimento, o SER desencadeador. Acostumados à tradição do ensino da GN que ora fundamenta o estudo em bases formais, ora, em bases semânticas, não são raras as vezes em que, na compreensão de muitos de nossos alunos, existem aqueles que identificam no substantivo *chuva* o SER responsável pelo acontecimento. A sobrevivência da matriz discursiva da tradição clássica na GN os leva, por meios subliminares, a dar respostas com base na lógica clássica que perpassa a justificativa de grande parte dos episódios gramaticais.

Sobre a presença da tradição ontológico-semântica na GN, Barbosa (2008, p. 369-372) destaca a fala de dois estudiosos:

Os verdadeiros impessoaes são aquelles que se não usão nunca se não na terceira pessoa do singular, como: *Amanhece, Anotece, Chove, Neva, Orvalha, Troveja, Trovôa, Venta*, etc. Os sujeitos destes verbos, que podem ser *Deos, O Ceo, A nuvem*, etc., pela maior parte se sobentendem; às vezes, porém se expressão, como: *Se amanhece o Sol, a todos aquenta; e se chove o Ceo, a todos molha.*" (SOARES BARBOSA, 1830 Apud BARBOSA, 2008, p.369).

si toda oración debe constar de nombre y verbo, erróneamente enseñan los gramáticos que existen verbos impersonales sin sujeto, [...] se engañan radicalmente, porque no vieron que el sujeto está oculto en el propio verbo o está incluso em la oración" (SÁNCHEZ, 1587 Apud BARBOSA, 2008, p.372).

Por fim, Barbosa (2008, p. 373) conclui a respeito dos chamados verbos impessoais:

Foi, portanto, o entendimento do sujeito como participante no processo representado pelo verbo que levou inúmeros autores, desde pelo menos Port-Royal, a procurar nominais que constituíssem o sujeito "oculto" de *Chover*, de *Haver*, etc. (*Chove = A chuva cai, Há homens = O mundo há* ["tem"] *homens*, etc.).

O que não devemos esquecer é que os problemas de natureza teórica da GN são oriundos do exame da atividade verbal que ocorreu a propósito dos interesses humanos em torno dos temas acerca do mundo e do SER. A gestação da GN foi uma das consequências. Ao procurar configurar o terreno específico de atuação, os gramáticos, num primeiro momento, ativeram-se à pesquisa de aspectos materiais da linguagem. Levando em consideração a fonte em que foram beber, não foram, contudo, totalmente bem-sucedidos.¹¹

A identificação desse problema nos leva, já na introdução, a delimitar o campo de ação diante de nosso objetivo em reorganizar o capítulo da concordância verbal, para atender à finalidade didático-pedagógica. Sabemos que a concordância verbal que envolve a polêmica das orações sem sujeito na GN requer um estudo mais aprofundado. Fato que determinaria um padrão de abrangência incompatível com o tratamento que o tema da impessoalidade requer.

Como assinala Gil (2006, p. 54), todo trabalho de pesquisa, para sua execução exige uma delimitação.

Frequentemente o problema é delimitado de uma maneira tão ampla que se torna impraticável chegar a uma solução satisfatória. Nem todos os aspectos do problema podem ser pesquisados simultaneamente. Torna-se necessário, portanto, reduzir a tarefa a um aspecto que possa ser tratado em um único

¹¹ Quanto a esse nível de investigação, Neves (2002, p. 44-45) nos diz que a perspectiva ontológica e lógica é a grande contribuição da filosofia aos estudos gramaticais, que vão, num feito estratégico, tratar as partes do discurso como classes de palavras, concluindo a autora: "*É assim que a sintaxe é a grande ausente do quadro gramatical inicial.*" Na página 63 do mesmo livro, completa sua exposição sobre a precariedade da sintaxe na gramática de Dionísio: "*o que constitui objeto de investigação não é o relacionamento dos termos do discurso, mas, sim, o seu isolamento, com vistas a uma classificação e ao estabelecimento de paradigmas*" Nesse momento em que se quer descolar a perspectiva filosófica da perspectiva formal, ignoram-se praticamente as discussões sintáticas, porque, neste nível, haveria inescapavelmente uma relação mais explícita com a lógica.

estudo, ou dividido em subquestões que possam ser tratadas em estudos separados.

Assim, para nos restringirmos ao nosso estudo, qual seja, o da concordância verbal dos sujeitos marcados formalmente nas orações, podemos interpretar as implicações de sua organização interna: contaminada pelas ideologias que configuraram a GN, a concordância firma a regra geral - maneira de disciplinar e impor o falar de uma classe dominante.

Contaminada ainda pela ideologia do SER, o aspecto lógico torna-se o seu traço explicativo mais forte. Quando se concorda com o núcleo, centra-se a informação no SER -, por isso, esse tipo de relação entre o nome e o verbo é a preferida, sendo considerada regra geral.

O caso particular, segundo a GN, está em oposição à regra geral, em que o verbo concorda com a parte não nuclear do sujeito (no caso do sujeito simples) ou apenas com um dos núcleos (no caso de sujeito composto).

3.2. OS DIVERSOS MODOS DE ESTRUTURAÇÃO DO SUJEITO

A maioria de, qual de nós, quantos de nós, cada um de nós, mais de um, menos de dois, cerca de dez, um dos que, que, quem, tanto...como..., nem...nem..., Nem um nem outro..., cinquenta por cento de...

Abrimos essa seção, destacando algumas das estruturas que entram na composição das orações, na função de sujeito, e que trazem a muitas pessoas dúvida quanto à concordância verbal.

Esse fato nos chamou a atenção porque, ao começarmos uma análise mais atenta dos tipos de sujeitos envolvidos na concordância, pareceu-nos que certos padrões não foram incluídos na descrição dos conhecimentos preliminares para o posterior estudo da concordância verbal. Resolvemos, por isso mesmo, rever o capítulo dedicado ao estudo do sujeito. Nosso objetivo é confirmar se as informações ali apresentadas constituem pré-requisitos necessários para se poder entender não só a regra geral, mas, e principalmente, os casos particulares de concordância verbal, segundo a GN.

Primeiramente, vejamos o que nos ensina a GN a respeito do sujeito.

Em conformidade com o que vimos na seção anterior, depois de estabelecido o respectivo conceito, informa-nos Rocha Lima que, quando o substantivo “apresentar um só núcleo, o sujeito é **simples**; havendo mais de um núcleo, chama-se **composto**” [grifo nosso]. Transcrevemos a seguir os exemplos presentes na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (ROCHA LIMA, 2008, p. 235), de autoria do próprio autor:

“A cegueira lhe torturava os últimos dias de vida (sujeito simples).”

“A cegueira e a pobreza lhe torturavam os últimos dias de vida (sujeito composto)”

O gramático estabelece ainda a diferença entre sujeito **determinado** e **indeterminado**. O primeiro tipo pode estar presente, implícita ou explicitamente, na oração.

O segundo pode ser expresso pelo emprego do verbo nas seguintes situações:

a) na terceira pessoa do plural (sem que se faça qualquer referência ao gênero e ao número da pessoa - porque assim deseja o enunciador, ou porque, embora exista o SER da ação, ele o desconhece);

b) ou na terceira pessoa do singular, acompanhado da partícula *se* (desde que o verbo seja intransitivo ou transitivo indireto).

São exemplos de sujeito indeterminado, transcritos da gramática em questão (ROCHA LIMA, 2008, p.235):

“Falam mal daquela moça.

Vive-se bem aqui.

Mataram um guarda.

Precisa-se de professores.”

Em seguida, o gramático aponta o caso de **oração sem sujeito**, em que “*com ela, referimo-nos ao processo verbal em si mesmo, sem atribuímos a nenhum ser*”. (ROCHA LIMA, 2008, p. 235). Estão aí incluídos os verbos que indicam fenômeno da natureza e *haver, fazer, ser*, empregados impessoalmente. Os exemplos são os seguintes (2008, p. 236):

“Há grandes poetas no Brasil.”

“Fazia muito frio naquela manhã.”

“Fez ontem três anos que ele se doutorou.”

“Era ao anoitecer de um dia de novembro...”

“Seriam talvez duas horas da tarde.”

“Hoje são 22 de outubro.”

Por último, discute a **colocação do sujeito na oração**. Primeiramente, a inversão em que o sujeito pode se pospor ao verbo (ROCHA LIMA, 2008, p. 237):

a) nas orações iniciadas por pronomes interrogativos;

“Como fugiu o ladrão?”

“Quando chegará o navio?”

“Por que foi embora a empregada?”

b) nas orações construídas em voz passiva com a partícula *se*;

“Vendem-se carros usados.”

c) nas orações imperativas;

“Eu não cumprirei essas ordens absurdas; cumpre-as tu, se quiseres.”

d) nas orações em que verbos discendentes introduzem o discurso direto;

“Mas isso – exclamou o sacerdote – é um sacrilégio!”

e) nas orações iniciadas com advérbio, cuja ênfase se deseja ressaltar;

“Aqui está o seu dinheiro.”

Em relação ao item (a), ao introduzir a discussão sobre a colocação do sujeito, no que tange a frases iniciadas por pronomes interrogativos, o autor só traz à luz comentários sobre os pronomes com função de adjunto adverbial, em orações com verbos intransitivos. Além disso, não menciona a função dos interrogativos *que* e *quem*, em frases com o verbo *ser* (*Quem são os assaltantes?; O que são esses princípios?*). Numa relação em que o verbo é apenas cópula entre o pronome e o substantivo, qual é o critério para identificar o sujeito? Essa deveria ser uma questão bem delimitada, como pré-requisito para o estudo da concordância, uma vez que a

GN precisa prescrever, exatamente por existir uma ambiguidade decorrente da íntima relação entre os termos, a normatização de tal concordância. Essa ambiguidade gera alguns padrões de concordância que repugna o espírito gramatical normativo, uma vez que seu critério de aceitabilidade está centrado nas ocorrências estatisticamente confirmadas nos modelos literários dos “grandes mestres da língua”.

Só no capítulo de concordância verbal os termos – sujeito e predicativo – serão identificados, mas o critério não é nem explicitado.

Além dos cinco itens de sujeitos descritos, ressalta a possibilidade de inversão do sujeito para depois do verbo intransitivo como “*aparecer, chegar, correr, restar, surgir*.” (ROCHA LIMA, 2008, p. 238)

“*Apareceu, enfim, o cortejo real.*”

“*Chegaram boas notícias!*”

“*Correm, pela cidade, os boatos mais contraditórios.*”

Introduzido por um subtítulo sugestivo – “*Uma inversão que requer cuidado*” - esclarece que a frase assim organizada

pode levar o **leitor** a interpretar como objeto direto o sujeito posposto. Convirá, então lembrar-lhe que, ao analisar uma oração, a primeira coisa que se faz é examinar a natureza do verbo (...) e, logo após, procurar o seu sujeito. (ROCHA LIMA, 2008, p. 237).¹²

Em relação ao subtítulo, que julgamos sugestivo, explicamo-nos: referimo-nos à oscilação com que a referida gramática determina a concordância do verbo. No caso de sujeito no plural, nessa situação em específico, Rocha Lima recomenda cuidado para que não se perca de vista o sujeito com o qual o verbo deve concordar - o modelo desejável. Mais adiante (ROCHA LIMA, 2008, p. 408), encontramos o preceito que justifica o critério geral para tal cuidado: “*De ordinário, quando se diz que certo termo deve concordar com outro, tem-se em vista a forma gramatical desse termo de referência.*”

Na página 409, o gramático confirma a concordância formal como o padrão.

¹² Digno de referência é a projeção do interlocutor para quem as “lições” se destinam : trata-se de um leitor, em que a condição de falante é secundária. É relevante registrar mais uma vez que este fato comprova a tese de que o objetivo da GN é fazer da escrita rigidamente monitorada o padrão para a fala, como se ela fosse de caráter tão pré-reflexivo quanto a escrita.

Cumpra-se notar que a concordância portuguesa tem caminhado no sentido de restringir cada vez mais os fenômenos ideológicos e afetivos em seu sistema, por força da autocrítica coercitiva que a gramática impõem aos que escrevem. Isso importa, sem dúvida, maior ordem e nitidez de expressão, mas atesta, de outro lado, a escassez de grandes e audaciosos artistas, que não se arreceiam de transcender limites e esquemas em seus formosos momentos de entusiasmo e de luz.

De um lado, legitima o papel coercivo da GN, segundo ele, para fins de clareza, de outro, exalta e abre espaço no seu manual para autores que extrapolam “*limites e esquemas em seus formosos momentos de entusiasmo e de luz*”.

Assim, nessa oscilação entre a forma desejável e a variação da expressão do conteúdo, entre quem pode e quem não pode transcender limites, no capítulo de concordância, por exemplo, no caso de sujeito composto antecedido ao verbo (isto é, que deveria obedecer ao **mesmo princípio formal** do sujeito simples com núcleo no plural), o gramático vai apresentar a concordância no plural, conforme defende, mas também no singular. Para efeito de ilustração, destacaremos um exemplo de sua gramática (2008, p. 390):

“*Era um auditório desigual onde se **misturava** infância e maturidade.*” (Clarice Lispector)

Feito esse breve arrazoado, antes de passarmos para a próxima gramática, apresentamos um quadro sinótico (Quadro 02) relacionado às estruturas do sujeito presentes na gramática em questão.

| |
|--|
| 1- Orações com sujeito determinado |
| <p>a) sujeito simples (apresenta um só núcleo, com possibilidade de haver outros elementos que lhe precisem o “<i>sentido fundamental</i>”);</p> <p>b) sujeito composto (apresenta mais de um núcleo);</p> <p>c) sujeito posposto nas orações</p> <ul style="list-style-type: none"> *interrogativas *de voz passiva + partícula <i>se</i> *com verbos intransitivos como <i>aparecer, chegar, correr, restar, surgir</i>. |
| 2- Orações com sujeito indeterminado |
| <p>a) verbo na 3ª pes. do pl;</p> <p>b) ou verbo INT. ou TRANS. IND. na 3ª pessoa. do singular + <i>se</i></p> |
| 3- Orações sem sujeito |
| <p>a) verbos que indicam fenômeno da natureza;</p> <p>b) verbos <i>haver, fazer, ser</i>, empregados impessoalmente.</p> |

Quadro 02 - Estruturas do sujeito na gramática de Rocha Lima

Como podemos observar, o estudo do sujeito na gramática de Rocha Lima não traz subsídio suficiente para o reconhecimento de estruturas mais complexas de sujeito, de maneira a contribuir para o funcionamento da concordância segundo os parâmetros normativos.

Vejamos na sequência, como Bechara (2001, p.409) apresenta os modos de estruturação do sujeito em sua gramática

Muitas vezes a expressão substantiva núcleo do sujeito – ou de qualquer função que tem por núcleo uma expressão substantiva – se faz acompanhar de determinantes que têm por papel expressivo *dizer algo acerca de algo com signos da língua*, isto é, com instrumentos verbais da língua. Assim para ficarmos só nos limites do grupo natural representado pelos sujeitos de enunciados, os determinantes dos grupos substantivos são: *os* (homens), *muitas* (crianças), *o* e *bom* (filho), *o* (sol).

Acrescenta ainda que os determinantes podem ser, em geral, *adjetivos ou equivalentes, artigos e pronomes demonstrativos*. Ao se relacionar com outros determinantes, podem figurar à esquerda ou à direita do determinante ou, ainda, das duas formas simultaneamente. Em virtude desse relacionamento, podem ser reconhecidos como

- a- pré-determinantes ou “*quantificador*” (à esquerda do determinante – algum, certo, vários, todo, qualquer, alguns de),¹³

ex.: *Alguns* bons momentos são inesquecíveis.

Todos os alunos saíram.

Alguns de nós não foram à festa. (2001, p. 411)

- b- pós-determinantes (à direita do determinante).

ex.: Os *seus* livros não estavam na estante.

Aqueles *dois* erros eram graves.

Vários de *meus* sobrinhos são engenheiros. (2001, p. 411)

Aqueles dois *seus* vizinhos trabalham no comércio.

Se estamos defendendo que a concordância verbal é um assunto cujo foco é o sujeito e que, por isso mesmo, é importante o domínio das diversas possibilidades formais desse termo, gostaríamos de registrar o equívoco do próprio Bechara no reconhecimento dos constituintes do sujeito da frase em negrito, (item **a**). O gramático considera como determinante o termo “*alguns*”, que na verdade é o núcleo

¹³ As orações transcritas são exemplos produzidos pelo próprio autor.

do sujeito. Esse episódio demonstra a complexidade de análise que o assunto requer, pelo menos para o aluno de ensino médio. Em outras palavras, aponta para a necessidade de sedimentar o estudo sobre a estruturação do sujeito, de modo que o estudante possa entender as demandas da concordância verbal.

Observemos inclusive que, mesmo com o deslize na identificação do núcleo e dos elementos periféricos, no caso mencionado, a concordância do verbo se dá com esse núcleo, obedecendo aos rigores de preferência normativa. É importante, todavia, fazer perceber que essa preferência não é uma arbitrariedade fortuita; tem seu fundamento enraizado nas especulações filosóficas dos gregos acerca de indagações ontológicas: acreditando-se exclusivamente na função representativa da linguagem, o SER assume, na proposição, o lugar de sujeito; é substância, é substantivo; é âmagô, é núcleo; é o SER sobre o qual o verbo enuncia algo. Tal entendimento pode possibilitar uma justificativa, em relação aos estudos da GN, “menos arbitrária” e, com tal consciência, ajudar a reter o mecanismo, inclusive, de flutuação da concordância verbal e os consequentes matizes de sentido que os contextos acenarão.

Com esses comentários, vamos finalizando a nossa breve exposição acerca do estudo na *Moderna Gramática Portuguesa* (2001) sobre o termo sintático *sujeito*. Para efeito de síntese, exporemos a seguir o quadro sinótico da apresentação feito em torno do *sujeito*.

| | |
|--|------------------|
| SUJEITO = núcleo mais constituintes (determinantes) | Pré-determinante |
| | Pós-determinante |

Quadro 03 - Estruturas do sujeito na gramática de Bechara

Pelo o que pudemos observar, o tratamento conferido é menos satisfatório do que o apresentado na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rocha Lima ainda nos fala de ordem direta e inversa dos termos *sujeito* e *predicado* (saber necessário ao estudo da concordância) e, na perspectiva da inversão, apresenta-nos um padrão de sujeito que aparecerá posteriormente no estudo da concordância: “*Não se aceitam reclamações posteriores*” (2008, p. 237). Trata-se do sujeito presente na oração que está na forma de passiva sintética, normalmente interpretado pelo senso comum como complemento verbal.

Passemos agora a investigar como Cunha e Cintra descrevem esse termo sintático: para eles, o sujeito pode ser composto de um substantivo (2001, p. 124) ou de um conjunto de palavras em que ele - o sujeito - é o núcleo de um sintagma nominal. Observam que esse tipo específico de sintagma não é uma prerrogativa do sujeito, mas, nessa condição, terá lugar **à esquerda** do verbo. Lugar justificado pelo que as GNs, como *A Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2001, p. 123), **instituem** como “*ordem direta e lógica do enunciado*”.

Prosseguindo, os gramáticos nos informam que os determinantes do sintagma nominal são os artigos, os numerais, e os pronomes adjetivos, além dos adjetivos ou expressões equivalentes, denominados por eles como “*MODIFICADORES*” (2001, p. 123).

É no tópico intitulado “*REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO*” que uma questão importante para o estudo da concordância verbal vai aparecer. Segundo nos revelam (2001, p. 124), “*Os sujeitos da 1.ª e da 2.ª pessoa, são, respectivamente, os pronomes pessoais eu e tu, no singular; nós e vós(ou combinação equivalente: eu e tu, tu e ele), etc. no plural.*”

Em outras palavras, quando o enunciador se coloca no discurso, os pronomes retos de primeira pessoa são a sua representação do termo sujeito. Em relação ao pronome *EU*, podemos por um ponto final nas considerações; em relação a *NÓS*, não há praticamente muitas possibilidades de variação (p.ex.: eu e você, eu e José; eu com dois de vocês...).

Dessa forma, esse mesmo enunciador, ao introduzir o outro com quem fala no seu discurso, tem como recurso de referência o tu/vós/você(s). O(s) sujeito(s) que fala(m) ou o(s) sujeito(s) com quem se fala estará(ão) relacionado(s) aos respectivos pronomes pessoais. E a noção dessas pessoas do/no discurso, por ser um fato recorrente, funciona com certa tranquilidade no ato comunicativo; o usuário já as tem bem internalizada.¹⁴

¹⁴ Uma parte de nosso território nacional usa o tu no plural e, mesmo essa parte abole o vós, substituindo-o por vocês; outro segmento, para referência à 2.ª pessoa, utiliza você e vocês. De qualquer forma, esse tipo de concordância verbal, relacionada diretamente às pessoas do discurso (a que fala e a com quem se fala), mesmo no âmbito da informalidade, quer de pessoas mais escolarizadas ou menos escolarizadas, não oferece dificuldade para reconhecer aquilo com que se deve concordar. A realização de *tu faz*, expressão de muitos grupos regionais/sociais em situações cotidianas, tem estreita relação com a aceitabilidade, portanto, não passa pelas relações entre os elementos da língua, mas pelas relações entre os elementos da sociedade.

Na sequência de sua exposição, os gramáticos apresentam seis diferentes estruturas de sujeito simples de terceira pessoa, introduzida pela seguinte informação: “*Os sujeitos da 3ª pessoa podem ter como núcleo:* (2001, p. 124)

a) um substantivo;

Matilde entendia disso. (A.Bessa Luís, OM, 170)

b) os pronomes pessoais ele, ela (singular); eles, elas (plural);

Estavam de braços dados, **ele** arrumava a gravata, **ela** ajeitava o chapéu. (É. Veríssimo, LS, 128.)

c) um pronome demonstrativo, relativo, interrogativo, ou indefinido:

Isto não lhe arrefece o ânimo? (A. Abelaira, NC, 35.)

Achava consolo nos livros, **que** o afastavam cada vez mais da vida. (É. Veríssimo, LS, 131.)

Quem disse isso? (F. Botelho, X, 150.)

Tudo parara ao redor de nós. (Lispector, BF, 81.)

d) um numeral;

Os **dois** riram-se satisfeitos. (L. B. Honwana, NMCT, 65.)

Ambos alteraram os roteiros originais. (N. Piñon, FD, 86)

e) uma palavra ou uma expressão substantivada;

Infanta, no exílio amargo, (T. da Silveira, PC, 357)

O **por fazer** é só com Deus. (F. Pessoa, OP, 16)

f) Uma oração substantiva subjetiva;

Era forçoso/ **que fosse assim**. (A.Sérgio, E, IV, 245.)

Valeria a pena / **discutir com Benício?** (J. Montello, SC, 16.)

É interessante assinalar, nos segmentos transcritos, a atenção conferida ao estudo do sujeito de terceira pessoa: se formos ao capítulo de concordância, verificaremos que grande parte do assunto está centrada majoritariamente na variação numérica da referida pessoa. Perceber essa informação como um componente importante para o saneamento da vastidão desse território não é fato óbvio para o estudante. Não o é tampouco para o professor que lida com esse conteúdo em sala. Historicamente não se estuda a concordância, tentando criar estratégias a fim de que o conteúdo nevrálgico seja retido. Prova disso é a passagem que transcrevemos a seguir:

Como se pode notar concordância verbal é um assunto bastante extenso e requer muito estudo e concentração, pois apresenta várias regras e algumas se diferenciam por pequenos detalhes. (FERRAZ, 2005,)

Essa fala atesta um sentimento quase generalizado de professores e alunos: a imagem da concordância verbal como um assunto extenso, impossível de disciplinar - imagem histórica que, como tal, envolve um longo e complexo processo de construção e, por isso mesmo, de difícil superação. É, inclusive, o que podemos

constatar em relação às informações percebidas por Cunha e Cintra acerca dos sujeitos de terceira pessoa: os gramáticos não conseguem extrapolar a solidez da imagem historicamente construída, de modo que pudessem usá-la como um componente a favor de uma organização mais minimalista do conteúdo em foco. O capítulo de concordância é também por eles tratado de modo elemental.

É com esse conhecimento prévio - a imagem sedimentada de um estudo vasto e difícil de disciplinar - que o estudante, fadado ao insucesso, usualmente entra no texto referido. Perceber, portanto, a incidência dos casos de terceira pessoa no estudo da reorganização e da aquisição seguras da concordância verbal é um denominador comum primordial, uma vez que é exatamente por causa do detalhamento dos casos particulares que se acredita ser esse assunto extenuante.

Aqui, novamente faremos referência aos depoimentos ouvidos, nos muitos anos de magistério, dos nossos colegas de outras disciplinas. Tem sido comum o registro da dificuldade em aprender a língua que se fala ordinariamente. Esses depoentes bem escolarizados **identificam que a orientação do ensino não é para a regra geral, mas para a exceção**. Estudar português na escola é assim uma eterna ênfase no detalhismo. Por esse motivo, julgam a disciplina desinteressante.

Na situação específica da concordância verbal, a mera apresentação dos muitos casos, sem estabelecer com clareza o que sejam casos particulares e tentar organizá-los em categorias comuns, mergulha o estudo num automatismo, cuja aspiração máxima é reter somente por memorização, não por entendimento. Por não se ter perspectiva sobre a possibilidade de “enxugamento” daquilo que se estuda, a consequência é o ciclo repetitivo do estuda-esquece.

A informação sobre o lugar das pessoas do discurso no estudo da concordância permite centrar o foco de atenção. Isto significa dizer: depois de estabelecida a regra geral (“*O verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido:*”), em relação ao sujeito composto, no que se refere, respectivamente, à primazia da primeira pessoa sobre as demais e da segunda pessoa sobre a terceira, a significativa maioria dos casos particulares de concordância verbal recai sobre a última pessoa. Essa é a primeira providência disciplinadora importante para sanear o assunto.

Para efeito de atestar aquilo que afirmamos, fomos à gramática de Cunha e Cintra (2001) levantar a proporção de casos particulares relacionados somente à terceira pessoa e aquela que, além dessa pessoa, inclui também as outras duas:¹⁵

| CONCORDÂNCIA VERBAL COM O SUJEITO SIMPLES | CONCORDÂNCIA VERBAL COM O SUJEITO COMPOSTO |
|--|--|
| Somente a terceira pessoa | |
| <p>1. com o núcleo expressão partitiva;</p> <p>2. com o núcleo numeral precedido de expressões como <i>cerca de</i>, <i>mais de</i>;</p> <p>3. com o núcleo plural aparente;</p> <p>4. com o sujeito indeterminado;</p> <p>5. com o sujeito expressões de hora (em relação aos verbos <i>dar</i>, <i>bater</i>, <i>soar</i>).</p> | <p>6. com o núcleo substantivo mais próximo.</p> <p>7. com sujeito infinitivo;</p> <p>8. com núcleos resumidos por pronome indefinido;</p> <p>9. com núcleos representados pela mesma coisa;</p> <p>10. com o núcleo formado pela expressão <i>por um e outro</i>.</p> |
| Que pode incluir também as demais pessoas | |
| <p>11. com o núcleo pronome relativo <i>que</i>;</p> <p>12. com núcleo pronome relativo <i>quem</i>;</p> <p>13. com o núcleo pronome interrogativo, demonstrativo ou indefinido (no plural) seguido das as expressões <i>dentre nós/vós</i>;</p> <p>14. com o núcleo relacionado à concordância do verbo <i>ser</i>.</p> | <p>15. núcleos ligados por <i>ou/nem/e</i>;</p> <p>16. núcleos ligados por conjunção comparativa.</p> |

Quadro 04 - Proporção de casos particulares de terceira pessoa e demais pessoas na gramática de Cunha e Cintra

Pelo exposto, podemos ver que, dos dezesseis casos particulares de concordância de terceira pessoa, somente seis envolvem também a possibilidade de ocorrência das outras duas pessoas. Em termos percentuais, sessenta e dois por cento dos casos particulares de concordância verbal estão relacionados **estritamente** ao estudo numérico da terceira pessoa (singular ou plural). Se, contudo, considerarmos os sujeitos compostos, cujos núcleos são articulados por conjunções como *nem*, *e*, *ou*, *tanto como*, *com*, em que um dos núcleos pode ser a

¹⁵ Gostaríamos de fazer uma ressalva no sentido de ratificar o que já expusemos nesta tese: o quantitativo de casos particulares varia entre as três gramáticas. Isso ocorre em função do olhar, ainda muito tênue, que os gramáticos têm a respeito da aproximação por semelhança ou do reconhecimento de diferenças entre os casos particulares, além do fato de que alguns deles não são mencionados por um ou outro autor. No caso da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha e Cintra não mencionam, por exemplo, a concordância de *fazer* e *haver* como verbos impessoais, e o sujeito da passiva pronominal. A expressão *qual de nós* foi incluída no mesmo caso de quais de nós. Aqui retomamos apenas o placar da gramática em questão, porque nosso objetivo é atestar uma proporção em que predomina o estudo da terceira pessoa – uma constante nas três gramáticas.

primeira pessoa, aumentaremos essa porcentagem e reduziremos a tarefa mnemônica do aluno. Tais ocorrências são manifestações de regra geral e podem ser integradas no conjunto de daquelas assim reconhecidas. Desse modo, ao estudar os casos particulares, o aluno-leitor poderá se ater à questão numérica de terceira pessoa (a concordância vai para o singular ou para o plural?).

Para finalizar a exposição da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* sobre o termo sintático sujeito, os autores apresentam a tradicional classificação: simples, composto, oculto (determinado), indeterminado e oração sem sujeito. Sobre o sujeito simples, vale a pena destacar as palavras de Cunha e Cintra (2001, 126), em função das reflexões que pretendemos fazer:

Quando o sujeito tem um só núcleo, isto é, quando o verbo se refere a um só substantivo, ou um só pronome, ou um só numeral, ou a uma só palavra substantivada, ou a uma só oração substantiva, o sujeito é simples. **Esse é o caso de todos os sujeitos atrás mencionados** {grifo nosso}.

Das três gramáticas, a de Cunha e Cintra é a que apresenta de modo mais criterioso um estudo do sujeito, especialmente no que se refere à terceira pessoa. Apesar disso, faremos um senão: a ênfase recai no sujeito simples, enquanto a concordância verbal trabalha também com situações complexas de sujeito simples e composto. Portanto, o conceito de sujeito não é satisfatório para atender à complexidade de saberes gramaticais que requisitam tal conhecimento, como é o caso da concordância verbal.

Nesse ponto, chamamos a atenção para o fato de que iniciamos esta seção transcrevendo alguns dos sujeitos presentes no estudo da concordância. Essa transcrição, mesmo que incompleta de estruturas, sinaliza para sujeitos que apresentam um grau de complexidade só visto no capítulo de concordância.

Tomemos para efeito de comentário um exemplo de sujeito inusitado, se considerarmos os próprios ensinamentos da GN: trata-se de sujeitos encabeçados por locuções prepositivas, do tipo *cerca de, perto de, mais de*. Essas estruturas podem confundir o aluno-leitor em relação à correta identificação dos constituintes do sujeito. Isto porque, segundo a descrição da GN, a função da preposição e da locução prepositiva é relacionar “*dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (conseqüente)*.” (CUNHA E CINTRA, p. 555). Por conseguinte, para fazer a concordância verbal com uma estrutura de tal compleição (*Mais de um homem;*

menos de dois homens), é preciso ter clareza a respeito do núcleo, já que costumeiramente um adjunto adnominal pode se introduzido pela preposição *de*.

Há ainda outra questão. Em conformidade com a função atribuída à preposição, mandam os ditames mais rígidos da vertente tradicional, em frases do tipo “*Está na hora de a onça beber água.*”, não se fazer a contração da preposição com o artigo que integra o sujeito. Não é preciso dizer que a escrita monitorada cerceia essa construção, ignorando inclusive momentos de flexibilidade de um gramático como Bechara (2001, p. 567) que, pautado no uso corrente de pessoas escolarizadas, tende aceitá-la. A escola, de todas as instituições conservadoras, é a que mais tem se mostrado persistente na manutenção dos rígidos preceitos gramaticais.

Além do mais, deve-se ter em vista que a escola tem recomendado evitar a contração da preposição *de* com o artigo que antecede o núcleo substantivo dos sujeitos de verbos infinitivos. A referida prescrição se baseia no fato de que não existe sujeito encabeçado por preposição. Na verdade, acostumados a repetir certos dizeres dogmáticos, surpreendemo-nos ao descobrir, na análise detalhada, que há frase encabeçada por sujeito constituído, não de preposição, mas de locução prepositiva, fato incompatível com o conceito que a tradição gramatical coloca sobre a função dessa classe de palavra.

Portanto, é no momento do estudo da concordância que o estudante-leitor vai se defrontar com a necessidade de identificar o núcleo. Acreditando que a mesma interdição do sujeito preposicionado rege o sujeito introduzido por locuções do tipo *cerca de, perto de, mais de, menos*, é possível que ele pense: “**Mais é o núcleo e de um homem, o adjunto adnominal, já que não existe sujeito preposicionado?**”

Em suma, defendemos que, se os sujeitos de estruturas mais complexas não forem amadurecidos com o aluno, se a correta identificação do núcleo não for feita, é provável que o entendimento do assunto seja nebuloso e sua retenção, pontual. Principalmente se levarmos em conta o contexto de apresentação pouco sistemática dos “inúmeros” casos particulares, em que a orientação é para a memorização mecanizada.

3.3. AINDA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Examinando as gramáticas que servem de base para a orientação do ensino da frase na escola, verificamos haver uma defasagem em relação às estruturas do sujeito, expostas no capítulo dedicado ao tema, e às estruturas subjetivas, presentes no capítulo de concordância verbal. Devemos, porém, considerar que um dos objetivos de se introduzir o estudo da sintaxe na escola é o de propiciar ao aluno o reconhecimento dos termos da oração como um dos pré-requisitos para o manejo mais elaborado das relações flexionais entre os termos, no que tange à norma escolar. Entendendo que tal saber é pré-requisito, defendemos que a discussão sobre a organização estrutural do sujeito deva ser alargada, contemplando, inclusive, a introdução de formas que, até então, só aparecem no estudo da concordância verbal.

A aquisição de determinado conteúdo, para não se configurar numa atividade mecânica de retenção mnemônica, implica envolvimento de subjetividade a fim de que seja possível a produção crítica do sentido. Nessa perspectiva, uma entrada orientada no texto de concordância verbal pode resultar num estudo mais eficaz. Em outras palavras, não se trata da extração de informações aleatórias, mas de delinear os limites daquilo que se tem para estudar, centrando o foco no que merece mais atenção. Essa atitude permite o salto da mera extração de informações aleatória para uma leitura orientada.

Lembremos que o ato de ler/compreender não é neuro-físico exclusivamente. Ao entrar no texto é preciso saber o que se quer achar. Afinal, mito ou não, não se trata aqui de certa maçã que cai sobre a nossa cabeça e revela uma lei gravitacional. Dificilmente se descobre aquilo que não se procura. A produção de sentido, a leitura compreensiva depende de um olhar direcionado.

4. UMA INTERFACE ENTRE O PARADIGMA MORINIANO E OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE SILVA: UM OUTRO OLHAR PARA O ESTUDO DA CONCORDÂNCIA VERBAL

Uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema. (MORIN, 2003, p. 335)

Um dos objetos do desejo, presente no imaginário dos falantes, em relação ao ensino de Língua Portuguesa, é o domínio de todas as regras de concordância verbal. Isso se deve, como já afirmamos na introdução desta tese, ao fato de a aquisição desse saber ser considerada uma instância de (des)valorização social. Além disso, pela tradição de nosso ensino, o usuário tende a acreditar que o conhecimento pode ser detido em sua totalidade, sentindo-se devedor daquele saber.

Por entendê-lo como pronto, acabado, em determinado momento, é possível que ele, sem atinar para a natureza do problema, jamais se pergunte se o tipo de organização do conteúdo com que se depara é o modo mais eficaz de o assunto ser apresentado. Nessas situações, a grande pergunta que alguém pode fazer é se, ao tentar guardar regra a regra, caso a caso, algum dia será capaz de ser bem-sucedido e se livrar do sentimento frustrante de não alcançar exatamente seus objetivos.

De nossa parte, afirmamos que a aquisição desse conhecimento, anterior a esta pesquisa, deve-se às incontáveis vezes em que, ao longo do exercício da profissão, tivemos que lidar com tal conteúdo. Contudo, cumpre assinalar que, nas atividades prévias à aula, não foram raras as vezes em que centrávamos recidivamente foco em um ou outro ponto específico da concordância, em virtude da fragilização da memória.

Por esses, entre outros motivos, ao termos contato com a obra de Silva (2009a; 2010), antes mesmo do processo de gestação desta tese, vimos, na orientação teórico-metodológica, um caminho para tentarmos chegar a uma reorganização mais produtiva do capítulo de concordância verbal da GN, fato que agora estamos efetivando com o desenvolvimento desta tese. Os motivos que nos levaram a escolher os caminhos propostos por Silva não foram, portanto, aleatórios.

Paralelamente, vínhamos tendo contato com algumas das ideias de Morin sobre a teoria da complexidade. Para esse pensador, o paradigma clássico da simplificação do conhecimento não dá mais conta da realidade que se impõe.

No âmbito da Escola, observamos que os caminhos estão desnorteados, a pedir novos rumos, nova fundamentação, nova metodologia. A Instituição escolar precisa responder, com novas proposições, a um público que, conforme vimos observando, apresenta, cada vez mais e de forma mais evidente, mecanismos de rejeição, metamorfoseados em desatenção, em esquecimento. Público que reduz os conteúdos ensinados a um parco grau de aquisição, por desconhecer o lugar do saber que a escola reproduz.

A escolha dos pressupostos teórico-metofológicos de Silva se justifica pelo modo substantivo de pôr em prática, no âmbito do que a disciplina de Língua Portuguesa pode contribuir, muito do que defende a pedagogia da complexidade proposta por Morin. Na perspectiva dessa complexidade,¹⁶ Morin reconhece que: *“existe a necessidade de ressituar o saber, que ora se encontra parcelado, mutilado e disperso”* (PETRÁGLIA, 1995, p. 68). Assim, no nosso caso, pelo viés da disciplina, desejamos provocar no aluno um olhar complexo sobre outras facetas da sociedade. E no que tange especificamente à disciplina, um olhar complexo sobre a sua própria natureza.

Todavia, as leituras de caráter puramente teórico alargam nossas concepções em direção a novos horizontes, mas quase nunca nos apontam caminhos práticos por onde começar a aventura. Quando entramos em contato com as ideias de Silva, vimos muitas afinidades entre o que este defende e o proposto por Morin.

Assim, finalizando essa breve introdução do nosso capítulo, assinalamos que, para reorganizar o capítulo de concordância verbal, adotaremos a orientação teórico-metodológica de Silva porque consideramos que ela contempla

- a) a complexidade e a incompletude do saber e daquele que o produz ;
- b) o círculo vicioso consequente e necessário à (re)formulação do saber;

¹⁶ “Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (...) A educação deve promover a ‘inteligência geral’ apta e referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global.” (MORIN, 2001, p. 38-39)

- c) a percepção de que o aprendizado exige “provocações complexas”, tais como, o desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações de similitudes e diferenças na categorização dos conhecimentos.

4.1. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

Autor das metáforas, **molecular e molar**, Silva (2009a, p. 1) explica que o estabelecimento da comparação se deve ao fato de a molécula representar um “*mínimo e individual, isto é, cada uma parece corresponder a algo que existe por si só e que, por isso, em termos de retenção e memorização, deve ser guardada uma a uma.*” Em oposição à atitude molecular de ver/agir, coloca uma outra - a molar - enquanto prática de construção de conhecimento. Primeiramente, vejamos os contornos da atitude molecular.

Segundo Silva, essa atitude se caracteriza por apresentar os conteúdos sob forma de sequência, em que os elementos internos não apresentam aparentemente nenhuma ligação. Quem organiza de forma molecular o conteúdo, geralmente, acredita que pode contemplar exaustiva e completamente todos os pontos de uma questão até esgotá-la; em outras palavras, persegue a completude. Quem percorre o circuito dessa organização, para fins de estudo, assume uma atitude que investe na própria limitação, porque percebe que não conseguirá alcançar o domínio do tão sonhado saber. O assunto parece exaustivo aos olhos do usuário, pairando sobre este, quase sempre, um sentimento frustrante; a construção do conhecimento passa à condição de tarefa quase impossível de alcançar.

Estabelecida a metáfora, Silva passa a usá-la com finalidade conceitual. Assim ele caracteriza a atitude molecular como *explosiva*, pois “dinamita” o assunto em muitas subdivisões em que as relações possíveis são diluídas. A atitude molecular é também *gasosa*, difícil de ser retida: facilmente os itens do assunto nos escapam da memória.

A atitude molecular é *frouxa*. Na crença de que o assunto pode ser esgotado, seus limites não são bem definidos. Há, nos textos moleculares, itens que, se bem definidos nos seus aspectos teóricos, poderiam ser incluídos numa mesma situação. Mas a atitude molecular persegue a completude, por isso o olhar seduzido para “detalhes, regras, exceções, subexceções do assunto”. Nesse tipo de atitude, está

pressuposta que memória e inteligência se equivalem. Como salienta Silva (2009a, p. 4):

A nossa compleição humana não está equipada de memória e capacidade de retenção infinitas. Ademais todo tema é perspectivo. Se olhado de outro ponto de vista, revelará outros aspectos do qual não poderemos dar conta. A falta é constitutiva da construção do conhecimento. É ela que faz o saber progredir.

Muitos podem não perceber, mas esse tipo de atitude - a molecular - envolve uma prática de poder, uma vez que *“O conhecimento da exceção causa ao leigo no assunto a impressão de que o estudioso atingiu um nível de detalhamento do tema, fato que o diferencia dos outros.”* (SILVA, 2009a, p. 4)

A outra atitude, que se contrapõe à molécula, é a molar. Metaforicamente, pode-se dizer que se trata de uma atitude elástica: possui a propriedade de esticar e contrair, recuperando *“a sua forma original, responsável por sustentar e impulsionar os ‘objetos’ a que estiverem ligadas”* (SILVA, 2009a, p. 1). Essa capacidade de sustentação e impulso pode ser entendida como uma habilidade que procura agrupar em categorias aquilo que, a princípio, parece não ter relação entre si, o que evita gerar um sem-fim de descrições e regras.

Do que se disse, pode-se concluir que, apesar de ter como método a análise e desdobramento de itens por semelhança e diferenças, o seu objetivo é sistematizar para reter. Por isso, essa atitude é identificada por sua elasticidade, por sua capacidade de esticar, mas também de voltar ao ponto de origem, não diluindo o cerne da questão.

A atitude molar tem também, por conseguinte, como uma de suas características, a metáfora da implosão, porque tenta *“direcionar os itens para centros de relação convergente em que semelhanças e diferenças possam ser realçadas”* (SILVA, 2009a, p. 2), unindo o aparentemente estanque. Cria-se assim uma cadeia de associação em que o estabelecimento de um item leva ao estabelecimento de outro. O que permite ressaltar a faceta líquida da atitude molar. Com densidade suficiente, decorrente da organização em categorias, pode ser retida pela memória ou, na metáfora de Silva (2009a, p. 3), em *“reservatórios mnemônicos”*.

A atitude molar é consequente de uma percepção mais madura quanto ao fato de reconhecermos aquilo que somos: *“seres em falta”*. Nossa memória é limitada e, por isso, seletiva. Independente de traçarmos estratégias retentivas, não conseguimos deter todos os aspectos de uma mesma questão. A atitude molar tem

por finalidade traçar procedimentos que, por processo de associação, procura instigar as instâncias do raciocínio para ajudar a memória a reter o máximo daquilo de que é capaz.

Em síntese, Silva (2009a) ao discutir os dois tipos de atitude – a molecular e a molar -, coloca, respectivamente, como consequência de cada uma dessas duas, o desmembramento e o agrupamento de itens de um assunto. O texto, organizado única e exclusivamente na perspectiva do desdobramento, gera um efeito de atomização. Ao marcar a configuração, como processo expositivo de apresentação de regras e sub-regras, casos e subcasos particulares, esse tipo de procedimento pode gerar um efeito psicológico como uma de suas consequências: o desânimo e até o abandono daquilo a que se propôs o estudante, qual seja, compreender e reter os casos de concordância verbal. A leitura linearizada, outra consequência da atitude molecular, tende a conduzir o leitor para o enfrentamento com a informação, como se não houvesse relação entre os tópicos do assunto.

Ao contrário, o texto de arquitetura molar impele aquele que o lê - por seu sistema de relações internas em que um aspecto leva ao outro, num processo de estabelecimento de inclusões e exclusões - a buscar relações existentes entre os itens do conteúdo, de modo a não só entender, mas retê-lo na memória.

Para finalizar essa seção, é importante que se registre aqui o lugar da arquitetura molecular como forma de organização de conteúdos. Por fornecer longas listas de exemplos, tal organização é, segundo Silva (2009a), prática para efeito de consulta, porque é mais fácil rastrear os itens arrolados no texto e encontrar o tópico do assunto que se precisar momentaneamente resolver. Contudo, como o texto de compleição molecular não apela para o estabelecimento de relações que leve ao exercício do raciocínio, posteriormente, a mesma indagação pode aparecer novamente.

Se, de um lado, a arquitetura molar torna a consulta de itens difícil, uma vez que o critério de exposição não é a sequencialidade, mas as *“relações existentes entre os itens do sistema”* (SILVA, 2009a, p. 8), por outro lado, o encaminhamento do assunto fornece melhores condições de retê-lo, fato que levaria a pessoa menos vezes à situação de consulta.

4.2. MOLARIDADE: UM PARADIGMA PARA PENSAR O ENSINO DA LÍNGUA

Até aqui falamos de duas atitudes opostas, relacionadas ao modo em geral de organizar os conteúdos. Quando falamos de atitude, estamos nos referindo, implícita ou explicitamente, a uma tomada de posição, de escolha, portanto, da condição humana de animal político, como há séculos destacou Aristóteles. O que está por trás de qualquer atitude e destas duas também é um indissociável posicionamento político, a que já aludimos, quando falamos das relações de poder, entre elas, duas bem relevantes: a de poder saber e a de saber poder.

Nesse ponto, cabe ressaltar que o ato da educação se funda numa determinada concepção de valores e de ensino e, a partir dela, busca os meios mais eficientes para efetivar os seus fins. Assim considerado, não é impróprio dizer que esses dois modos atitudinais fazem parte do paradigma de uma nova pedagogia. Esse modo de conduzir a construção do saber sobre a língua se identifica, como mais atrás ressaltamos, com a defesa do pensamento complexo que defende Morin, uma das figuras exponenciais na defesa de uma teoria da complexidade, com reflexos significativos no modo de pensar a educação. Sobre suas ideias, eis o que informa Petraglia (1995, p. 47):

Durante toda a sua vida, Morin foi animado e inspirado pela necessidade de romper com a ideia de um saber parcelado, acreditando na incompletude de todo e qualquer conhecimento. (...).

Para ele, prossegue Petraglia, *“este é o cerne do pensamento complexo: distinguir, mas não separar”*.

Quanto às suas ideias sobre escola e educação, informa-nos a autora (PETRAGLIA, 1995, p. 68) o que Morin identifica no currículo: *“Na maioria das vezes, peca tanto quantitativamente, quanto qualitativamente.”* Destacamos ainda a passagem (PETRAGLIA, 1995, p. 47) referente à relação que ele estabelece entre o homem e o conhecimento.

O pensamento que é complexo não pode ser linear (...). Tal qual o humano que é um ser complexo, pois concentra fenômenos distintos e diversos, capazes de influir em suas ações e transformar-se sempre, assim também é o conhecimento.

Ainda é digna de menção a seguinte passagem acerca do pensamento complexo:

A partir do trabalho de Morin, podemos perceber que é fundamental que na escola fiquem claras algumas distinções da prática pedagógica cotidiana: distinguir e não separar ou disjuntar; associar e interligar e não reduzir ou isolar; complexificar e não simplificar. (PETRAGLIA, 1995, p.76-77)

Sob essa ótica, percebemos que as atitudes que professora Silva fazem parte de uma pedagogia da complexidade. Pedagogia que traz, no seu bojo, uma teoria e um método para atingir a determinados saberes - como veremos na próxima seção -; um método que incita uma tomada de atitude, que instila o gérmen da curiosidade, o incômodo necessário à abertura de uma fresta em direção a uma perspectiva para além dos conteúdos que ficam restritos ao universo escolar. Um incômodo de todos os envolvidos no espaço da sala de aula. Um incômodo oportuno, porque reconhece a incompletude de qualquer domínio do saber, permitindo-o avançar.

Morin (2003, p. 335) revela a importância de não se perder de vista a estreita relação necessária entre teoria e método. Para ele o método deve ser entendido no seu sentido original e não naquilo que ele chama de perspectiva clássica, que entende como degradada, porque transformou-se num “*corpus* de receita” cujo fim é excluir todo o sujeito de seu exercício pensante. O método, nessa perspectiva, é técnica; a teoria, programa. Assim, “*o método, para ser estabelecido, precisa de estratégia, iniciativa, invenção, arte*”.

Em conformidade com essa perspectiva, o trabalho de Silva articula necessariamente teoria e método, desdobrando-se nas estratégias mnemônicas, das quais falaremos posteriormente. Como ressalta Morin (2003, p. 337-338)

Aqui a teoria não é nada sem o método, a teoria quase se confunde com o método, ou, melhor, teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo.

O método é a atividade pensante do sujeito.

Assim o método torna-se central e vital:

- quando há necessária e ativamente, reconhecimento e presença de um sujeito procurante, conhecente, pensante; (...)
- quando se sabe que o conhecimento não é a acumulação dos dados ou informações, mas sua organização; (...)
- quando se sabe que a teoria é sempre aberta e inacabada; (...)
- quando o conhecimento revela e faz renascer ignorâncias e interrogações.

Retomando Silva, destacamos um ponto alto na sua argumentação: a atitude que desmitifica o saber enquanto produto acabado e descortina a condição de todos os sujeitos envolvidos como “*seres em falta*” permite nivelar as condições do saber, investindo na autoconfiança do sujeito aprendente e pulverizando o peso de suas

carências cognitivas. Por isso, conferimos relevância às seguintes palavras de Silva (2009a, p. 5):

Os que adotam uma atitude molar conhecem o fato de sermos seres em falta, incapazes de dominar todos os aspectos, detalhes, perspectivas de um assunto ou de uma situação qualquer (...). Os que adotam a atitude molar sabem que é possível reter 85% (oitenta e cinco por cento) do que estudam e estão conscientes de que sempre algo escapará, pois a fugacidade da vida cria margem para o não previsto, para o outro não pensado, para a falta como constitutiva do desejo.

É fato que toda educação estabelece, em primeiro plano - ou acredita estabelecer - a democratização do saber. Temos ciência, contudo, de procedimentos didáticos que acabam por reforçar a ideologia de que o saber está à disposição de todos, mas adquiri-lo é condição inata reservada apenas para alguns. No artigo intitulado "*Estratégias mnemônicas: um método para lembrar (lendo texto gramaticais)*", Silva (2010, p. 2) torna essa defesa mais contundente.

Vimos observando esse mesmo fenômeno do ciclo recidivo do estuda-esquece em vários níveis de escolaridade na área do ensino das línguas. Temos tido contato com vários tipos de platéia constituídas de profissionais em formação, formados e pós-graduados na área de ensino aprendizagem de Português, e é quase unânime o relato da dificuldade em guardar o que se estuda na gramática. O que é relevante também é que esses públicos se sentem em dívida consigo mesmos por não ter uma considerável fatia dessas regras retidas. Isso para muitos deles ainda constitui evidência de falta de preparo e competência. Na verdade, o que queremos salientar com esses comentários é que a questão da retenção das regras gramaticais, no caso específico no momento, extrapola o meramente intelectual e já adentra o escopo da problemática emocional de profissionais do ensino de Língua. É nessa zona do emocional do exercício da profissão nossa de cada dia que desejamos atuar.

O que é relevante nesta pedagogia é o fato de ela também democratizar o esquecimento como parte constitutiva do conhecimento, apaziguando a autoestima do sujeito aprendente. Além do mais, ao trabalhar com as possíveis associações existentes entre os itens dos conteúdos, uma pedagogia desse porte resulta obrigatoriamente na interpelação de todos os agentes envolvidos. Nessas condições de envolvimento, pode ocorrer de o aluno se antecipar ao professor. Não são poucas as vozes a assinalar o papel do afetivo na instância do cognitivo. Assim, para finalizar a seção, transcrevemos, especificamente, as apreciações de Asmann (2001, p. 31)

Não cabe dúvida de que o cérebro necessita do abraço para seu desenvolvimento, e as mais importantes estruturas cognitivas dependem deste alimento afetivo para alcançar um nível adequado de competência. Não devemos esquecer, como Leontiev destacou há bastantes anos, que o cérebro é um autêntico órgão social, necessitando de estímulos ambientais para seu desenvolvimento. Sem aconchego afetivo, o cérebro não pode alcançar seus ápices mais elevados na aventura humana.

e de Petraglia (1995, p.71).

Então, todo conhecimento abrange características individuais, existenciais e subjetivas, além das objetivas norteadas pela razão, pois, tratando-se de experiência e ação humanas, não se pode dissociá-las da emoção. Morin afirma (...) que é preciso considerar os aspectos da paixão, dor e prazer no ato do conhecimento.

O que estamos aqui defendendo é que, ao objetivar a produtividade do saber, não se pode desprezar a autoconfiança como um componente afetivo importantíssimo para a aprendizagem. Também, nesse sentido, Silva mostra sua preocupação com as condições afetivas da cognição. Trabalhar e assumir com os alunos os limites do saber como um problema de todos faz o estudante não se excluir afetivamente da condição potencial de aprendente das diversas frentes do saber. Por isso, é muito importante gerarmos mecanismos didático-pedagógicos que invistam em métodos de aquisição do saber e que não descuidem da autoconfiança do sujeito aprendente. Na seção seguinte, discutiremos sobre um desses possíveis métodos.

4.3. UM CAMINHO PARA SER MOLAR: AS ESTRATÉGIAS MNEMÔNICAS

Toda pedagogia, como vimos discutindo aqui, se desdobra em procedimentos didáticos e traz, nas entrelinhas desses procedimentos, os seus pressupostos. Até aqui, falamos de uma pedagogia que, como todas as outras, traz desdobramentos didáticos a fim de efetivar o que defende. Assim, cabe, no caso desta tese em especial, a seguinte indagação: como agir de forma molar?

Neste ponto, em função dos objetivos a serem desenvolvidos, iremos nos reportar à indagação específica em relação a um tópico de ensino de Língua Portuguesa – a concordância verbal na GN.

Da convivência com os saberes veiculados pela GN, Silva (2010, p. 1) atesta existir um coro significativo de vozes que resumem essa experiência da seguinte forma:

É quase unanimemente compartilhada a sensação de que “*a Língua Portuguesa é muito difícil de ser aprendida*”. Tanto leigos, ex-alunos, quanto profissionais de muitas áreas compartilham dessa idéia. Cabe perguntar que Língua Portuguesa é essa que é tão difícil de aprender? Ou a que aspecto da língua se referem aqueles que acreditam no mito da dificuldade de aprendizagem do Português? Com certeza, os que nessa ideia acreditam se referem à dificuldade de aprendizado dos preceitos e da metalinguagem da gramática normativa.

Uma das grandes dificuldades de compreensão dos preceitos se deve ao perfil arquitetônico dos textos normativos. É o que explica Silva (2010, p.1):

Tal tipo de texto tem como uma de suas características principais uma compleição digito-expositiva-informacional caracterizada pela atomização dos itens preceituais. Os textos se tornam de difícil leitura e necessitam, portanto, que se tomem determinadas providências para que as regras possam ser visualizadas com mais clareza pelo leitor. Faltam ao estudante ferramentas metodológicas para abordar esses textos de forma compreensiva.

O problema, como já assinalamos, não é só a falta de compreensão dos textos, mas também a retenção. No caso em pauta, a concordância, de um modo geral, é um dos índices materiais que as pessoas mais utilizam para medir a qualidade da sua linguagem e da linguagem alheia. Por esses motivos, retê-la é, como já dissemos, um dos objetos de desejos das pessoas.

Objeto do desejo ou não, é fato necessário resolver o *“ciclo do estuda-esquece”* que *“tem sido recidivo e frustrante”* (SILVA, 2010, p. 1). Pensando nesse círculo vicioso, Silva (2010) elaborou uma metodologia com nove estratégias mnemônicas, aqui mencionadas na ordem de apresentação do autor: definição, motivação, fundação, regrão, inclusão, exclusão, discriminação, universalização e sucata mnemônica.

Antes, porém, de aplicarmos as estratégias mnemônicas ao capítulo de concordância verbal, faremos algumas considerações acerca dessas estratégias.

A primeira delas relaciona-se ao estabelecimento de dois objetivos principais delimitados por Silva (2010, p. 2).

- 1 – guiar o aluno-leitor na leitura dos textos das gramáticas normativas do português;
- 2 – ser uma espécie de fio condutor para a memória (mnemônico) que ajude o aluno-leitor a lembrar o conteúdo estudado a fim de que toda vez que precisar fazer uso das informações do assunto, essas informações lhe venham à mente através de um processo de associação por similitude e contraste sistemáticos.

A segunda consideração está relacionada ao fato de Silva (2010, p. 3) assinalar que esta metodologia exige do leitor uma grande atividade mental: trata-se do desenvolvimento de *“processo associativo que se dá através do estabelecimento de relações de semelhanças e contrastes que vão muito além da linha textual”*.

Nessas condições, o leitor tem que assumir uma atitude ativa, para investigar no texto as informações passíveis de serem incluídas num mesmo conjunto. Ele deverá procurar, por trás das diferenças arroladas – as aparentes exceções - no texto gramatical, um elo comum, aquilo que permitirá a recategorização do assunto

numa perspectiva mais econômica. Pode ser redundante repetir, mas essa metodologia contribui muito para a retenção do conteúdo gramatical: além de enxugar as informações, ativa a memória por processo de significação associativa.

A terceira e última consideração vem a propósito de assinalar que as nove estratégias não precisam figurar na ordem em que o autor as apresenta, tampouco um determinado texto gramatical requisita a aplicação de todas elas. Sobre essa questão, é relevante introduzir considerações feitas por Silva (2010, p. 5) presente em pé de página:

Todos os rótulos por nós usados para denominar as estratégias, trazem em si muito do significado que essas palavras têm na língua portuguesa, por exemplo, DEFINIÇÃO é a estratégia que visa encontrar o que o preceito quer dizer, em que ele consiste. Tomamos essa providência intencionalmente, pois ela já facilita a memorização do nome da estratégia, já que ela tem a ver com o significado corrente da palavra em nossa língua (...)

Foi proposital a escolha da terminação – *ão* presente nas designações das estratégias para fins mnemônicos também (...). Esse sufixo – *ão*, dentre outros significados em nossa língua, remete à noção de *ação*. O trabalho mnemônico que as estratégias esperam realizar é muito *ativo* cognitivamente e nada melhor do que palavras que trazem em si a ideia de *ação* para caracterizar essa atividade de processo. Ademais estabelecemos uma espécie de paralelismo rimático entre os nomes das estratégias que facilita sua lembrança. Todas essas providências têm o objetivo de tornar internamente coerente um método cujo objetivo principal é fazer lembrar o que se estudou.

Com o propósito de continuarmos desenvolvendo esta pesquisa, antes de falarmos com detalhes de cada uma das estratégias mnemônicas, vamos estabelecer, no próximo capítulo, dois conceitos necessários ao trabalho de organização molar do texto de concordância verbal. Para tal fim, retomaremos uma questão inicial, já problematizada no capítulo I desta tese. Trata-se da necessidade de estabelecer com maior nitidez o que venha a ser **regra geral** e **casos particulares**.

5. O PRINCÍPIO ONTOLÓGICO DA CONCORDÂNCIA VERBAL

A substância (...) é o ponto fixo da lógica aristotélica, cujos silogismos não funcionam se não há existência dos sujeitos das proposições (...) sem ontologia, qualquer atribuição será arbitrária, puro jogo entre acidentes que irá até o infinito da linguagem, sem que nenhuma verdade se fizesse valer, nenhuma ciência nem nenhuma filosofia fossem possíveis. O papel das categorias, a partir da substância, será assim o de fixar a linguagem às coisas naturais adentro da lógica. (BELO, 1987, p.98)

Como vimos sinalizando, o estudo da concordância verbal acena para a lacuna deixada pelos gramáticos quanto aos limites teóricos do que venham ser regra geral e casos particulares. Para que se possa, principalmente atender a fins didático-pedagógicos e organizar o assunto a partir dessas duas categorias, necessário se faz demarcar bem esses limites. Com esse propósito, a seção a seguir buscará configurar um aporte teórico que busque preencher a lacuna deixada pelos gramáticos normativos.

5.1. PRIVATIZAÇÃO E DESPRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO

Nesta seção, definiremos dois rótulos metalinguísticos cunhados por Silva ao longo dos nossos encontros de orientação. Esses dois rótulos, a nosso ver, assumem contornos fenomenológicos capazes de explicar e resgatar o elo sintático que desvendaria uma flutuação de possibilidades de concordância verbal. É essa flutuação responsável por conferir ao assunto um aspecto de vastidão intransponível que gera, para o estudante-leitor, a sensação de impossibilidade de aprendizado. O primeiro rótulo intitula-se: **privatização número-pessoal do núcleo do sujeito** e o segundo, **desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito**.

O termo *privatização*, no contexto de nossa tese, encontra sua referência primeira no dicionário. Significa “*Ato ou efeito de privatizar*”, isto é, “*que não é permitido a todos, só a alguns*”; ou em outras palavras, “*próprio de, exclusivo de*” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Deste modo, quando falamos em privatização número-pessoal do núcleo do sujeito, estamos nos referindo à propriedade exclusiva de o núcleo fazer o verbo se flexionar para a ele se conformar. Assim, o conceito de

privatização por nós utilizado na tese é o dicionarizado. Foi a partir dele que cunhamos outro: **desprivatização número pessoal do núcleo do sujeito**.

A utilização dessa terminologia tem sua justificativa a partir do seguinte objetivo: por meio desses dois conceitos, pretendemos explicar o aparentemente variado número de casos particulares. Para nós, o conceito de desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito está em relação antonímica com o de privatização e expressa o fenômeno em que o verbo não mais terá que necessariamente se conformar ao número e à pessoa do(s) núcleo(s) do sujeito.

A fim de que possamos prosseguir em nossa exposição, é necessário encaminhá-la separando dois contextos subjetivos, de maneira a tornar mais didática a nossa reflexão sobre os dois conceitos nodais de nosso trabalho. Em primeiro lugar, faremos algumas considerações sobre o sujeito simples e, a seguir, sobre o sujeito composto.

No caso do sujeito simples, a fundamentação para o modo de ver aquilo que se chama regra geral estaria numa concepção de linguagem, entendida como representação da realidade. No núcleo, estaria a representação do ser: a concordância do verbo com esse núcleo poria a essência do próprio SER em evidência. Observemos os exemplos extraídos da gramática de Rocha Lima (2008, p. 388):

“um dia um **cisne** morrerá, por certo...” (Júlio Salusse)

“Aqui outrora retumbaram **hinos**” (Raimundo Correia)

Mas existe também a possibilidade de ocorrer a concordância do verbo com o entorno do núcleo: o acidental, do ponto de vista das posições que os termos ocupam (o adjunto adnominal), que, de certa forma, ajudaria a particularizar esse SER. Vejamos o exemplo a seguir, extraído da gramática de Cunha e Cintra (2001, p.499):

“**A maior parte destes quartos** não tinham *teto, nem portas, nem pavimento.*” (C.C. Branco)

O núcleo do sujeito da frase em destaque é *parte*, palavra que está no singular. A concordância canônica, nesse caso, obedeceria à diretriz do núcleo; isto é, o núcleo no singular levaria o verbo para o mesmo número. No entanto, não é isso

que acontece no exemplo em questão, pois o verbo está no plural. O elemento do sujeito que está determinando a concordância do verbo no plural é o adjunto adnominal *destes quartos*. Desse modo, ocorre o que já denominamos aqui **desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito**. Isto significa dizer: não é mais o núcleo que determinará o número do verbo, mas outro elemento **também** constitutivo do sujeito, que gera a concordância surpreendente. Essa concordância também está a serviço de uma linguagem cujo foco ainda é a representação do SER.

Assim compreendido, a variação flexional do verbo é privativa do núcleo do sujeito. A regra geral compreende, portanto, o reconhecimento do fato de que o verbo precisa sofrer ajustes flexionais de número e pessoa para adequar-se igualmente ao núcleo do sujeito: se o núcleo está numa determinada pessoa no singular, o verbo assume respectivamente o mesmo número e a mesma pessoa; se está em outra pessoa no plural, o verbo igualmente se adequa a essa pessoa e a esse número.

É importante também destacar outra constituição do sujeito: trata-se do sujeito composto que pode ser configurado por dois ou mais núcleos substantivos no singular/plural, de acordo com o que ilustra o exemplo seguinte (ROCHA LIMA, 2008, p. 390).

“**Um gesto, uma palavra à toa** logo me despertavam suspeitas.” (Graciliano Ramos)

Também nesse caso pode ocorrer a desprivatização de um dos núcleos do sujeito composto, havendo a concordância com apenas um deles. A explicação para a desprivatização número-pessoal dos núcleos do sujeito composto obedece ao mesmo princípio ontológico utilizado para explicar a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito simples: o verbo, privativo dos núcleos do sujeito composto, deve considerar todos eles, como forma de referenciação de todos os seres. Mas, na concepção da ontologia clássica, os seres expressos pelos núcleos poderão ser hierarquizados. Em vez de o verbo concordar com o conjunto dos núcleos, ou seja, ir para o plural, concorda somente com um, ficando no singular.

“**A grandeza e a significação das coisas** resulta do grau de transcendência que encerram.”
(M. Torga)

Porque se foi distorcendo, ao longo do tempo, o foco do princípio ontológico acerca da linguagem, a GN costuma resolver a imprevisibilidade da desprivatização pelos caminhos plurais da interpretação semântico-estilística de cunho meramente subjetivo – atitude nada metódica¹⁷. Esse é o caso do exemplo que acabamos de destacar da gramática de Cunha e Cintra (2001, p.510), cuja explicação sobre a desprivatização de um dos núcleos transcrevemos a seguir:

“quando os sujeitos são interpretados como se constituíssem um conjunto, uma qualidade, uma atitude.”

Defendemos que, muitas vezes, a aceitação da norma fica comprometida pela falta de visibilidade do estudante-leitor, em torno da justificativa fundada na interpretação apresentada pelo árbitro; ou ainda pela falta de compatibilidade entre o que os dois produzem em termos de sentido. Assim, o exemplo, deslocado da obra de Miguel Torga, não produz necessariamente para o estudante-leitor o mesmo sentido apontado por Cunha e Cintra, principalmente porque deslocado do texto. Se o argumento semântico-estilístico não convencer, só resta a imposição normativa, fato que, inúmeras vezes, poderá fazer o aluno-leitor apresentar resistência, mascarada na forma de esquecimento.

A respeito da abordagem interpretativa diante dos recursos sintáticos da concordância verbal, gostaríamos de ressaltar sua validade no espaço que é próprio - o texto, território da fluidez polissêmica em que o aluno também precisa aprender a transitar. O estudo focado no fenômeno da privatização/desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito quer conferir sanidade que estruture e explique coerentemente a regra e o desvio.

A partir da análise de exemplos da GN, cremos ser possível conferir um mesmo tratamento descritivo tanto aos casos de sujeito simples como aos de sujeito composto. Vejamos os exemplos:

¹⁷ Apesar de os lógicos sonharem “com uma linguagem que pudesse ser confiavelmente exata e precisa” (VOESE, 2004, p. 32), não podemos negar que na concepção da ontologia clássica, a linguagem, tomada como representação da realidade, também não está livre de comprometimentos semânticos. E é por influência dessa tradição, que os primeiros gramáticos encontraram dificuldade em descrever com coerência estritamente linguística o quadro dos episódios sintáticos. Por isso deixaram uma lacuna referente a esse nível de articulação da língua, que permanece presente nas nossas gramáticas normativas atuais. A nossa restrição ao tratamento semântico dado às ocorrências sintáticas pela GN, portanto, está relacionada ao fato de que, no lugar da lacuna deixada pelos clássicos em torno de episódios mais complexos e mais dispersos da linguagem, os gramáticos partiram para inscrever em manuais normativos, aspectos plurais de sua subjetividade que não permitiram a sistematização necessária, compatível com um manual que se denomina didático-pedagógico.

- a) “**A maior parte de suas companheiras eram** felizes.” (C. C. Branco)
- b) “**Quantos dentre vós** que me ouvis não tereis tomado parte nas romagens para Aparecida?” (A. Arinos)
- c) “**O amor e a admiração** nas crianças compraz-se de extremos.” (A. Ribeiro)
- d) “**Um e outro é** sagaz e pressentido.” (A. Feliciano)
- e) “Afirma-se que **nem um nem outro** falou a verdade.” (Frei Luiz de Sousa)
- f) “**Tanto uma, como a outra** suplicava-lhe que esperasse até passar a maior correnteza.” (J. Alencar)

Observamos em a a desprivatização número-pessoal do núcleo de terceira pessoa do **singular** do sujeito simples, uma vez que o verbo está flexionado na terceira pessoa do **plural**, concordando com o adjunto adnominal de terceira pessoa do plural. Em b, ocorre a desprivatização número-pessoal do núcleo de **terceira pessoa do plural** do sujeito simples, já que o verbo no plural não concorda com a terceira pessoa, mas com o adjunto adnominal **de segunda pessoa no plural**.

Poderíamos chamar a atenção para o fato de que há uma diferença de ordem numérica entre as desprivatizações que ocorrem entre a e b. Mas quando a finalidade que governa o estudo é didático-pedagógico, o mais importante é fazer sobressair as afinidades. No caso da desprivatização, a percepção da constante dessimetria de relações flexionais entre o verbo e o núcleo do sujeito - movimento estruturador da desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito - é bastante significativa para a memória. Os exemplos de desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito percebidos em c, d, e e f obedecem rigorosamente ao mesmo movimento estruturador: a desprivatização ocorre em virtude de o verbo concordar apenas com um dos núcleos do sujeito composto¹⁸. Como já sabemos, a GN desdobra essas ocorrências em diferentes casos.

Do que acabamos de expor, especialmente no que se relaciona aos quatro últimos exemplos, podemos adiantar que os conceitos de privatização e desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito reduz o aparentemente variado número de casos da GN a esse dois fenômenos, mostrando que essa organização molecular do assunto não é necessária.

¹⁸ Os exemplos ilustram uma discussão de variação numérica. No entanto, mesmo quando a questão só envolve o número, optamos por identificar pelo mesmo rótulo metalingüístico – (des)privatização número-pessoal do núcleo do sujeito – todas as situações de concordância do sujeito com o verbo. O motivo de nossa opção se deve ao fato de ser a pessoa o traço morfológico mais configurador da categoria lingüística do verbo.

Em consequência, esses mesmos dois fenômenos poderão conferir também uma organização molar às ocorrências discriminadas pela GN, já que será o conceito de **privatização número-pessoal do núcleo do sujeito** o que explicará a tendência da concordância verbal, isto é, a de fazer o verbo concordar em número e pessoa com o núcleo do sujeito. Por outro lado, será o conceito de desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito o que explicará a conduta excepcional e desviante da concordância verbal, ou em outras palavras, o de fazer o verbo não mais concordar com o número e a pessoa do núcleo do sujeito. Em síntese, estamos aqui sinalizando para o fato de que as inúmeras situações “desviantes” estão sob a égide de um mesmo princípio.

5.2. CASOS PARTICULARES: A CONVIVÊNCIA DA PRIVATIZAÇÃO E DA DESPRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO

Retornando, então, ao nosso estudo, recapitulemos: a regra geral está relacionada diretamente à privatização número-pessoal do núcleo do sujeito.

E os casos particulares estariam relacionados à desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito? Parcialmente, sim. Poderíamos dizer que casos particulares são aqueles que, em decorrência da circunstância da enunciação, apresentam, consoante o aval normativo **duas possibilidades** passíveis de eleição: uma em que ocorre a **privatização** e outra em que há a **desprivatização número-pessoal do núcleo**. Para nos fazermos melhor entender, partamos de uma situação exemplar: *A maioria das pessoas **foi/foram** viajar.*

Normalmente tende-se a dizer que a segunda ocorrência é um caso particular. Mas particular de quê? Da concordância verbal? Ou de uma ocorrência específica com a qual está em oposição? Se considerarmos a existência de concordância fiel à relação núcleo do sujeito/verbo (privatização número-pessoal do núcleo do sujeito), o caso particular envolverá a necessária convivência implícita entre duas situações de ocorrência linguística: a privatização/desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito. O que significa dizer que, mesmo nas ocorrências em que há a desprivatização, a privatização marca presença como elo organizador de todos os casos.

Nesse ponto de nossa argumentação, julgamos importante repetir: já em sua origem, a gramática nasceu com fins claramente normativos, legitimada enquanto instituição com poderes para arbitrar. Os casos de desprivatização arrolados são sempre abonados pelo uso daqueles que gozam ou de autoridade, ou de “licença” poética, ou ainda dos dois componentes juntos, o que confere maior conforto no manejo do verbo. Prerrogativa que nem sempre concorre a favor do produtor comum, quando se trata de certas situações em que se requer maior rigor normativo. A ele, portanto, precisa ser dada uma orientação mais segura.

Como prova do que acabamos de afirmar, destacaremos apenas um exemplo: trata-se de uma frase construída pelo próprio Rocha Lima (2008, p.408) que, na condição em que coloca sua voz, tem no seu texto a concordância verbal legitimada: “*O estudo e explicação dessas irregularidades faz parte de uma ciência especial chamada Estilística.*”

No rigor do uso, ao falante comum não é dado o direito de defesa de sua peripécia estilística, que fatalmente sofrerá censura. Assim, o nosso estudo prevê a reorganização do texto *concordância verbal*, mas sinalizamos que, em muitos dos casos relacionados ao assunto, essas questões deverão ser ponderadas com o aluno-leitor.

5.3. UMA RESPOSTA ÀS INCONGRUÊNCIAS METODOLÓGICAS DA GN

Nesse momento, retomando as indagações feitas na página 14 de nossa tese, podemos entender e dar um nível de resposta à sequência transcrita do texto de Rocha Lima, intitulada “IRREGULARIDADES DE CONCORDÂNCIA” (2008, p.407-408), que nos parece contraditória.

Antes, porém, faremos uma ressalva: algumas das passagens transcritas a seguir já foram destacadas no capítulo I. Retomá-las tem o objetivo de facilitar a nossa interlocução.

Há, contudo, condições em que se despreza o critério da forma e, atendendo apenas à ideia representada pela palavra, se faz a concordância com aquilo que se tem em mente. A frase assim constituída e que, analisada segundo os meios de expressão, **parece** incongruente, dão os gramáticos os nomes de *constructio ad sensum* ou, helenizando a parte explicativa, *construction kata synesis*, ou abreviando, simplesmente *synesis* (em português sínese).
(...)

São desvios, quase inconscientes, que correspondem a matizes do sentimento e da idéia. O estudo e explicação dessas **irregularidades** faz parte de uma ciência especial chamada Estilística.

Acompanhemos o raciocínio e os métodos de um estilista. (...)

1) A formosura de Páris e Helena foram causa da destruição de Tróia.

2) Os povos destas ilhas é de cor baça e cabelo corredio.

3) Foi dom Duardos e Flórida aposentados no aposento que tinha seu nome.(...)

Se atentarmos bem nestas frases e nas outras já apresentas, vemos que **esses desvios aparentes** de concordância se explicam sobretudo por três motivos: um, que consiste em concordar as palavras não segundo a letra, mas segundo a ideia; outro, segundo o qual a concordância varia conforme a posição dos termos no discurso; e um terceiro, que traduz o propósito de fazer a concordância com o termo que mais interessar destacar. [Grifo nosso]

As condições de produção dessas regras no compêndio foram apagadas, por isso as situações explicativas acerca de certos casos de frases parecem incongruentes. Para tentar esclarecer melhor esse ponto, podemos afirmar que o desvio é aparente, porque privatizando ou desprivatizando o verbo em relação ao núcleo, a concordância é sempre uma reverência do verbo ao SER, mesmo que não seja naquilo que lhe é substancial, mas circunstancial. Assim, podemos afirmar com segurança que, em relação aos exemplos selecionados por Rocha Lima, só é possível flexionar o verbo na terceira pessoa do singular ou do plural. É inaceitável, para qualquer realização da frase, o ajuste do verbo a outra pessoa do discurso.

Considerando os sujeitos, por exemplo, do item A (*“A formosura de Páris e Helena foram causa da destruição de Tróia”*), ao se usar as formas verbais *fui* ou *fostes*, estaríamos quebrando o princípio primordial de referenciação do verbo em face da pessoa do sujeito, quebrando enfim o próprio conceito de frase bem formada.

Retomando os argumentos de Rocha Lima no último parágrafo por nós transcrito, podemos entrever que o aluno-leitor, ao se defrontar com os argumentos estilísticos, entende os motivos expostos, mas possivelmente não saberá se situar diante do modelo que poderá adotar. Quem procura um manual desta natureza está em busca da definição dos preceitos que ali acredita claramente estabelecidos.

Com as condições de produção histórica apagadas, ora *“irregularidade”*, ora *“desvio aparente”*, o leitor não entende bem o raciocínio daquilo que estuda. Ele, ainda mais do que nós, professores, precisa identificar a especificidade de cada situação a fim de organizar em sua memória os lugares dos respectivos casos.

Voltamos a discutir esse ponto porque entendemos que a memorização de conteúdo implica leitura, implica ressignificação: necessita de organização em

categorias, de modo a tornar viável o estabelecimento de associações - de relações de diferença e semelhança.

É pela ausência de uma delimitação sólida e explícita que Rocha Lima, conforme já vimos no capítulo I, insere entre a definição de regra geral e casos particulares, a concordância facultativa com o sujeito mais próximo e a concordância do verbo com o sujeito de voz passiva sintética. Também como vimos, pelo mesmo motivo, Bechara distribui o assunto em três categorias: concordância “*de palavra para palavra*” (formal); concordância “*de palavra para sentido*” (semântica); e “*outros casos de concordância*”. Observemos que, pela dificuldade em perceber os limites de um e de outro conceito, ao categorizar os diversos casos, o gramático emprega o pronome indefinido *outros* e ali trata de tudo que parece disperso. Cunha e Cintra dividem o estudo em regra geral e casos particulares, mas também não explicitam a distinção dos critérios que governarão a distribuição dos dois tipos de concordância.

Essa indefinição é um dos componentes geradores de um estudo de aparência pujante, sustentada pelo imaginário histórico. A prova desse argumento são, por exemplo, as palavras de Rocha Lima. Também para ele, a concordância é “um campo vastíssimo” (2008, p.407). Essa afirmação nos evidencia que os estudos gramaticais estão imersos numa cultura do detalhismo, da quantidade, do extenso, do insano e, por conseguinte, “acessível” somente a “uns poucos iluminados”.

Arriscaríamos ir mais longe dizendo que esse procedimento, inserido num quadro conjuntural maior - a cultura do patriarcalismo, enraizada ao longo dos muitos séculos – oculta estratégias de poder para inviabilizar o trânsito de “um qualquer” aos campos de saber, considerados marco divisor nas categorias sociais. Dentro dessa visão de mundo, as GNs continuam, com uma orientação didático-pedagógica elemental, a reproduzir de modo sub-reptício, os ensinamentos dos gramáticos do passado.

Conforme salienta Almeida (2010, p.20-21), a linguagem, considerada marco divisor a separar os seres humanos dos demais, foi instrumento de defesa explícita no passado: critério significativo de diferenciação entre nobres e plebeus:

Barreto (1671), assim como outros gramáticos (Cf. LIÃO, 1864, 1945, 1975; VERA, 1631), considera muito importante o conhecimento das diferentes partes da gramática para melhor conhecimento, compreensão e uso da língua portuguesa. Acredita que, em cada nação e em cada língua, há uns que falam melhor que outros, e que o dom da fala é o que faz o homem superior aos outros seres, e ainda, que é através dela que os homens expõem seus conceitos, assim como no cuidado com as palavras mostram sua superioridade. (...), pois como veio a dizer Plínio “*deve-se considerar a perfeição de uns e a barbárie de outros.*” (BARRETO, 1671:32).

Lião (1864) afirma que a maior demonstração de decisão e de entendimento dos homens são as palavras, pois elas exprimem seus conceitos e demonstram seu ânimo. Considera que os homens nobres e de *status* são os detentores do bem falar porque é tão inesperado que um homem de nobre criação produza uma palavra rústica e mal composta, como se tirar de uma bainha de ouro uma espada enferrujada. (...) Em suma, o domínio do bem falar e escrever distingue as pessoas,

já que as palavras são o toque, em que se vê o valor das pessoas e a diferença que há entre o nobre e o plebeu, do ajuizado ao indiscreto e do vicioso ao bem instituído. Onde com razão Sócrates rogado de um ateniense, que lhe quisesse ver um filho moço e examinar o para que era, mandou ao mancebo que falasse, dizendo: "Fala e ver-te-ei", dando a entender que as frestas por onde o interior do homem se vê, são as palavras.(LIÃO, 1864: prólogo).

A imagem histórica do dom, da capacidade de alguns reterem as regras do bem dizer, faz parte de um sistema de valores tão longamente construídos, de pilares tão bem alicerçados que, a nosso ver, os próprios gramáticos, ao tratarem o objeto de estudo acreditando no seu caráter elemental, não percebem, nessa arquitetura textual, um dos componentes que dificulta a acessibilidade do saber gramatical normativo. Só os privilegiados de razão conseguem deter uma numerosa lista de casos e regras. Embora defendamos que a pujança, referente ao assunto, seja aparente, em virtude do que cada um de nós já internalizou, a superação dessa imagem requer muito empenho para que se dê o movimento contrário.

Feitas todas observações para nós relevantes, passemos ao capítulo que reorganiza a concordância verbal das três GNs do Português numa perspectiva molar.

6. AS ESTRATÉGIAS MNEMÔNICAS E A MOLARIZAÇÃO DA REGRA GERAL

Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia da partitura (...) E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. (WITTGENSTEIN APUD MARCONDES, 2009, p. 108)

Ao longo desta tese, vimos fazendo uma série de apreciações acerca do apego ao detalhamento didático-pedagógico da GN. Na ilusão de tentar esgotar os assuntos estudados, os gramáticos assumem uma atitude molecularizada e não definem com clareza teórica as fronteiras do objeto de estudo. Desta feita, se considerarmos o estudante-leitor, o que percebemos é uma **fluidez** desorientadora das normas e das categorias teóricas em que os assuntos se distribuem.

A fluidez a que nos referimos, contudo, nem de longe se assemelha à **elasticidade** com que os conteúdos são tratados, quando a atitude molar é a que orienta a organização dos conteúdos. Tal propriedade é, como já assinalado nesta tese, decorrente de uma cadeia de associação em que o estabelecimento de um item leva a outro.

A atitude molar – aquela que adotaremos aqui –, no caso da concordância verbal, requisita a análise como método, fundamentada nos princípios teóricos da privatização e da desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito. Desdobrar os itens nessa etapa, utilizando como passos-guia as estratégias mnemônicas, para proceder a tal análise, tem o objetivo de, num momento posterior, reorganizá-los, com base em semelhanças e diferenças, permitindo uma sistematização mais proveitosa.

Por esse motivo, na primeira fase de reorganização do texto gramatical, identifica-se no trabalho de atitude molar a característica da **elasticidade**. Essa fase requisita bastante atenção e critério para investigar, entre os itens do assunto, o elo capaz de sustentar e impulsionar a rede de relações, que pode ser feita entre os diversos itens do assunto. Fato que, mais adiante, permitirá agrupar em categorias aquilo que, a princípio, parece não ter relação entre si. Assim a atitude molar, para fins de investigação, **estica** o conhecimento em torno do assunto, mas **condensa-o** como resultado, já que evita o desdobramento de inúmeras descrições e regras. E o mais importante: o ponto crucial da questão não se dilui.

Cabe também registrar o objetivo dos parágrafos iniciais dessa seção: retomar as informações, a nosso ver, mais relevantes a respeito da atitude molar como meio de referenciar a reorganização dos conteúdos gramaticais que iremos adotar: pelo sistema de relações internamente estabelecido – semelhança/diferença, privatização/desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito -, buscaremos estabelecer as relações existentes entre os itens do conteúdo, intitulado concordância verbal.

Na primeira fase dessa tarefa, caracterizada pela observação detalhada dos diversos itens apresentados pela GN, assumiremos uma atitude minuciosa, melhor dizendo, elástica. O propósito é buscar pontos de aproximação e afastamento entre os itens do assunto, verificando, no que decorrerá a segunda fase, a possibilidade de agrupá-los no menor número de casos possível (a compressão do conteúdo).

Vejamos a seguir a molarização do capítulo de concordância verbal, a partir da aplicação das cinco primeiras estratégias mnemônicas, já apresentadas no quarto capítulo. Por meio delas, conferiremos um primeiro nível de organização molar, verificando quais as ocorrências que podem se inseridas no conjunto de situações que se estruturam exclusivamente pelo princípio da privatização número-número pessoal do núcleo do sujeito. Fenômeno que configura a regra geral.

6.1. A DEFINIÇÃO

Chamar a atenção, logo no início do texto gramatical, para a importância de identificar o preceito do que se vai estudar é o passo inicial para uma leitura compreensiva de textos com a compleição normativa como os da GN. Por esse motivo, a primeira estratégia a ser considerada na leitura desses textos é a definição, ou seja, no caso daquilo que nos interessa aqui, o que é, segundo a GN, a concordância verbal.

Tomados por esse entendimento, fomos investigar o modo como as gramáticas aqui estudadas apresentam tal preceito. Conforme já observamos no primeiro capítulo desta tese, Rocha Lima não apresenta a definição da concordância verbal.

Decorrente desta constatação, pudemos considerar que nem sempre o preceito será explicitado na exposição inicial do assunto. Contudo, se o que nos

orienta o estudo é a atitude molar, deve-se entender que esta requer posicionamento elástico, distendendo-se na direção de outras fontes de consulta.

Assim, na ausência do preceito, no referido capítulo, devemos procurá-lo em outras partes da obra ou, até mesmo, em dicionário de linguística e de gramática. A propósito do que acabamos de afirmar, fazemos um parêntese para as seguintes questões:

- a) entendemos que esse encaminhamento envolve uma metodologia que contempla o aluno;
- b) sabemos que é comum, como parte de seu conhecimento prévio, a noção convencional de que a concordância verbal anuncia um estudo sobre o verbo e é com esse olhar que o aluno-leitor entra usualmente no texto em questão;
- c) recomendamos, já que estamos lidando com esse saber prévio, solicitar a investigação no capítulo de verbo para saber se há informações que poderiam ajudar na definição do preceito.

Dessa feita, ao examinarmos o referido capítulo, encontramos informações que podem fazer o aluno (re)construir o conceito de concordância verbal:

O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres.
É a parte da oração mais rica em variação de forma ou de acidentes gramaticais.
Esses acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco idéias: modo, tempo, número, pessoa e voz. (ROCHA LIMA, 2008, p. 122)

Para efeito do que se investiga, transcrevemos, respectivamente, o conceito de modo, de número, de pessoa e de voz em Rocha Lima (2008, p. 122-124).

O **modo** caracteriza as diversas maneiras sobre as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo (...).
O **número** e a **pessoa** são os acidentes que mostram a qual das três classes de sujeito se refere o verbo, e, ainda se tal sujeito está no singular, ou plural.
Chama-se **voz** ao acidente que expressa a relação entre o processo verbal e o do sujeito.

Pelos dados levantados, na seção dedicada ao verbo, podemos extrair com o aluno a seguinte conclusão: **porque põe em relevância cinco aspectos estritamente ligados ao sujeito, o verbo está a serviço deste.** Desse modo, é que, por existirem ligações de comprometimento entre o verbo e o sujeito, o título - mais especificamente a palavra *concordância* - vai expressar o sema de passividade do verbo dessas relações. A leitura que o aluno-leitor deverá fazer é que a concordância verbal pertence ao campo de estudo do sujeito, isto porque é este que determina o comportamento formal do verbo.

O segundo passo dessa descoberta reside em saber se o ajuste do verbo se fará em virtude da necessidade de expressão das ideias de modo, de tempo, de número, de pessoa e de voz. Com a finalidade de desfazer essa lacuna, precisamos esticar, de novo, o olhar para fora das fronteiras da obra, recorrendo a outras fontes, como por exemplo, a gramática do Bechara. Fomos verificar se ele introduz o estudo da concordância a partir de sua definição e encontramos o seguinte: “*concordância verbal é a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração*” (BECHARA, 2001, p. 543).

O conceito que nos oferece Bechara não deixa transparecer as relações de hierarquia entre o sujeito e o verbo, mas nos esclarece quanto aos limites desse estudo – o foco são o número e a pessoa -, fato que permite a formulação do preceito, assim traduzido: **estudo da forma que o verbo pode assumir, em termos de número e pessoa porque o sujeito assim o determina.**

Como última etapa desse processo, levantamos o conceito de Cunha e Cintra (2001, p. 496), para efeito de comparação. Concluímos que o ciclo sobre a formulação da definição do preceito se completou: “*A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que [o sujeito] ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito*”.

Partimos então para a segunda estratégia.

6.2. A MOTIVAÇÃO

Esta estratégia está relacionada à necessidade de se identificar a finalidade, o porquê, a função do fato gramatical. Silva (2010, p. 7) esclarece que

a colocação do motivo do uso do fato gramatical, além de fazer parte de uma espécie de esquema textual dos textos normativos, tem a função interlocucional de dar relevância ao assunto, mostrando que a instituição do preceito tem uma ou mais razões de ser.

Desta forma, como segundo passo, necessário à compreensão de qualquer conhecimento, de qualquer texto que se está lendo/estudando, é preciso que o aluno-leitor entenda o contexto de aplicabilidade daquele saber. Delineia-se, desse modo, o que se estuda e para que se estuda. Como ressalta Silva (2010, p. 8)

Saber a motivação do uso do preceito justifica a sua existência e faz com que o estudante conheça a razão de ser da convenção, ou seja, perceba que o postulado é motivado (...)

Ao retornarmos à obra de Rocha Lima (2001, p. 7), podemos verificar que, no capítulo de concordância verbal, não está demarcada a motivação do estudo. Deslocando-nos para sua introdução, destacamos as seguintes palavras acerca do conceito de gramática normativa:

É uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta.

Também em Bechara a motivação não vai ser encontrada nas linhas do capítulo em estudo, mas pode ser depreendida da sua introdução (2001, p. 52).

Cabe à *gramática normativa*, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares, de exemplaridade idiomática, para serem utilizadas em circunstâncias especiais do convívio social.

Cunha e Cintra (2001, p. 496) afirmam que “A **concordância** evita a repetição do sujeito, que pode ser indicada pela flexão verbal a ele ajustada.”

Sabemos, no entanto, que evitar tal repetição pode ser uma das motivações, mas, com certeza, podemos, pelas informações que as gramáticas acima mencionadas nos oferecem, afirmar que essa motivação não constitui a mola norteadora do estudo, visto que não se aplica a todos os casos de concordância.

A redundância de pessoa é um assunto que pode ser resolvido em relação à primeira pessoa e, em apenas alguns casos, no que se refere à terceira pessoa. Em se tratando dessa última, não são raras as vezes que é preciso retomar o pronome para evitar a falta de clareza ou ambiguidade. Tal como os outros autores, a motivação que orienta esse assunto é a mesma que norteia todas as descrições relacionadas ao uso que envolve a oralidade e a escrita, segundo se pode observar pela passagem destacada do capítulo I, da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA, 2001, p. 5): “*Uma gramática que pretenda registrar e analisar os fatos da língua culta deve fundar-se num claro conceito de norma e de correção idiomática.*”

Do exposto, podemos depreender que a motivação significativa para o estudo da concordância é a de estabelecer os padrões “aceitáveis”, evidenciando mecanismos de ajustes flexionais do verbo, de modo a equipará-lo ao número e à pessoa do sujeito, exigências do registro formal. Em síntese, estabelecer os limites do uso, pelo procedimento da normatização (um certo número de regras aceitáveis) de concordância entre o sujeito e o verbo.

Nesse momento em que se discute a finalidade do preceito, é importante introduzir paralelamente a discussão sobre os usos da linguagem na sua perspectiva social. Dizendo de outra forma, devemos situar a motivação do preceito lingüístico no contexto sócio-histórico em que é produzido.

6.3. A FUNDAÇÃO

Segundo Silva (2010, p. 15), a fundação é a descoberta de um elo, capaz de recuperar a coerência daquilo que nos parece solto. Afinal, nenhum conhecimento é um produto autônomo, mas se insere numa continuidade histórica e só tem sentido se olhado a partir do contexto que o produz. Por esse motivo, é importante ter bem definido **o quê, para quê** se lê/estuda e **o como** (o que determina tal assunto ter se configurado de determinada maneira e não de outra).

A tarefa de encontrar esse motivo subjacente para o uso da convenção exige muito esforço reflexivo e pesquisa por parte do leitor. Ele tem que levantar hipóteses e tentar comprová-las. Não é processo muito simples. Geralmente, para nós encontrarmos essa fundação, temos que sair do texto e buscar dados de sua gênese, de sua história.

A fundação é, portanto, o meio de buscar, princípios “escondidos” para elucidar o tema. É uma estratégia em que o foco é a investigação dos caminhos que levam a articular as parte no todo compreensivo.

Nesse momento, aludimos ao objetivo do capítulo dois: resgatar a parentalidade, as condições de produção desse conhecimento. A atitude molar precisa saltar para fora das margens do texto em estudo, indo, muitas vezes, achar as elucidações do que é proposto, em momento bem longínquo. As mensagens não estão delimitadas pela primeira e última palavra do texto. O processo é contínuo, a produção discursiva do conhecimento caminha em diálogo constante.

Quando fomos investigar o surgimento da GN, queríamos resposta para os princípios que a governam. Recuperamos a perspectiva ontológica de sua produção. O nome é a pedra fundamental do saber sobre a linguagem que edificará a Gramática. Revela a substância e, principalmente, a substância/sujeito-homem, descoberta que comandou toda a organização da GN, tendo sua origem nas primeiras investigações filosóficas em torno da natureza do SER. Reveladoras são as palavras de Morin (2003, p. 323) a respeito do posicionamento humano diante do modo como organiza o conhecimento de mundo.

(...) para mim, o verdadeiro caráter de individualidade não é só a singularidade fenomenal físico-química, mas a condição egocêntrica do sujeito, o fato de que ele é o único para ele computando *para si*. (...) O sujeito é o ser computante que se situa, para ele, no centro do universo, que ele ocupa de forma exclusiva. *Eu, só, posso dizer eu para mim.*

Ainda parafraseando Morin, podemos dizer que a existência do sujeito está definitivamente subordinada à sua condição egocêntrica, traduzida da seguinte forma: “*Computo ergo sum*” (2003, p. 323).

Nesse ponto dos nossos argumentos, gostaríamos de ressaltar o papel das estratégias de **definição**, **motivação** e **fundação**. São elas que vão permitir instaurar a discursividade, na medida em que permitirão ao aluno-leitor levantar um conjunto de informações esclarecedoras para que possa dialogar com o texto de concordância verbal.

A primeira dessas informações está relacionada a uma concepção de linguagem entendida como representação do pensamento e ela fundamenta toda uma teoria relacionada à verdade que se pode dizer sobre o SER. A sua realização filosófica seria uma unidade lógica: a proposição, na metalinguagem gramatical, a frase verbal, a oração.

Entendida dessa forma, a ordem interna estaria comprometida com a ordem externa do mundo. Por esse motivo, as relações de poder vão estar sempre presentes também na linguagem: com base nos princípios de um EU COLETIVO, o NÃO EU COLETIVO deve imitá-lo para tentar ser visto e aceito como SER numa sociedade de rígidos lugares sociais. Cria-se assim o conceito de correção associado intimamente à noção de boa linguagem.

O SER é, portanto, o elemento que governa o pensar; o elemento que governa o dizer, legitimando/desprezando certos falares. Situado na linguagem, o SER REPRESENTADO exerce igualmente o domínio sobre as partes do discurso. A concordância verbal, herdeira dessa conjuntura ideológica, reverenciará o substantivo/sujeito como o ponto de partida para que o processo verbal se dê, considerado nos seus aspectos de número e pessoa. Sendo a concordância do verbo privativa do núcleo do sujeito – aspiração ideal – ou não, importa que fora do SER, como já afirmamos, não há salvação.

Em síntese, conforme observamos até aqui, ao estabelecer o **preceito**, o **motivo** e o **fundamento**, procura-se dar início a um estudo mais interativo, porque propicia o reconhecimento de uma perspectiva de produção do saber que não é

casual, mas causal. Tampouco se trata de verdade eterna. Instaura-se assim o primeiro passo do estudo-leitura, em que se procura fazer com que o aluno-leitor perceba os comprometimentos sócio-históricos envolvidos “na classificação e sistematização” das “normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta.” (Lima, 2001, 7).

Esclarecidos **o que é, para o que é, por que é e qual o princípio organizador** da concordância, passemos para a identificação e aplicação de mais três estratégias: o **regrão**, a **inclusão e a exclusão**.

6.4. O REGRÃO

O texto da gramática tradicional é normativo em sua gênese. Por isso, levantadas as suas condições de produção, o regrão é, na sequência, a estratégia que visa levar o aluno-leitor à investigação de um princípio bem específico - regulador e generalizante do preceito. É a partir dele que os demais casos se explicam, por existir entre todos, ou um mesmo princípio básico, ou uma oposição que só faz sentido em relação a esse princípio regulador. Essa percepção é necessária para que o aluno-leitor possa avançar na leitura compreensiva do texto da concordância verbal.

Consoante Silva (2010, p. 9), o regrão “*é aquilo que regula, dirige, determina o uso da convenção*”. **É o que está subjacente a todos os casos, direta ou indiretamente**. Ainda parafraseando este mesmo autor, **é a regra-mãe**. No caso da concordância verbal, preconizada pela GN, ao identificarmos a obrigatória relação de ajustes flexionais de pessoa e de número entre o verbo e o(s) núcleo(s) do sujeito, estamos encontrando, sob a ótica da ontologia clássica, a regra orientadora da convenção: o princípio **da privatização número-pessoal do núcleo do sujeito**.

É importante, no entanto, salientar que, nas gramáticas examinadas, não há a distinção entre o preceito (a definição) e a regra geral (o regrão). Um conceito é tomado pelo outro. Por esse motivo, Rocha Lima (2008, p. 388) não diz o que venha a ser concordância verbal e não percebe haver uma só regra geral: “*Reduzem-se a duas as regras gerais*”.

Também pelo mesmo motivo, numa situação ainda menos esclarecedora, Bechara (2001, p. 543) coloca como único preceito para as concordâncias nominal e

verbal o fato de as duas se constituírem num mecanismo que *“consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada.”* No lugar de estabelecer a regra geral – um dos nortes do estudo, junto com o preceito -, cria categorias, tais como: *“concordância de palavra para palavra”* (critério formal), *“concordância de palavra para sentido”* (critério semântico); *“outros tipos de concordância”* (critério paradoxalmente inespecífico). Decorrente de não ter esses limites claramente definidos, ora considera o sujeito como uma unidade constituída de um ou mais núcleos, ora toma o núcleo como o próprio sujeito, conforme podemos observar nas passagens destacadas:

a) *“Sujeito constituído por pronomes pessoais”* (BECHARA, 2001, p. 555) – na situação em pauta, refere-se à primazia de uma pessoa sobre outra quando se trata de sujeito composto que envolva os pronomes pessoais retos na condição de núcleo;

b) *“Sujeito ligado por com”* - em que afirma que *“Se o sujeito no singular é seguido imediatamente de **outro** no singular ou no plural mediante a preposição com, ou locução equivalente, pode o verbo ficar no singular, ou ir ao plural para realçar a participação simultânea na ação (...)”* (BECHARA, 2001, p. 556. [Grifo nosso].

Cunha e Cintra (2001, p. 497), como já vimos, sob o título **REGRAS GERAIS** apresentam a definição de concordância verbal. Em seguida, subclassificam o assunto, introduzindo os subtítulos: *“com um só sujeito”*, *“Com mais de um sujeito”* (2001, p. 497). *“Tais subtítulos servem para desdobrar as respectivas afirmações: “O verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido.”; “O verbo que tem mais de um sujeito (sujeito composto) vai para o plural (...)”* (2001, p. 497). O que novamente se observa é o fato de eles também não perceberem os limites entre a definição (o que é) e o preceito (o regrão, a regra geral, ou ainda, a regra geradora das demais).

Por não ter demarcado claramente o funcionamento da concordância canônica, Rocha Lima se refere a duas regras gerais, como já mencionamos. Se o olhar mudar, de forma a focar a relação flexional do verbo como privativa do núcleo do sujeito, não haverá lugar para o desdobramento de duas regras gerais. Tomemos para efeito de elucidação uma ocorrência hipotética que tem como sujeito composto os núcleos *Jorge* e *José*. **Na perspectiva da emissão**, daquele que fala a respeito

do objeto **observado e representado na linguagem**, o sujeito assim constituído leva o verbo para a **terceira** pessoa do **plural**. Se a perspectiva da emissão mudar e o enunciador se colocar na mensagem junto com outrem, fazendo-se igualmente representar na linguagem, o verbo vai para o **plural**, mas para **primeira pessoa** (*eu e você, eu e ele é sempre nós*).

O conceito que traz à superfície do estudo o foco da relação privativa número-pessoal do núcleo do sujeito **sobre** o verbo permite ao aluno-leitor chegar a uma explicação mais orgânica, em que não há mais lugar para tomar, quando for o caso, o núcleo pelo sujeito, como fazem as três gramáticas aqui examinadas.

A ideia da formulação de um **preceito estruturador** que gira em torno da privatização número-pessoal do núcleo, além de reduzir “as duas regras gerais” a uma só, propicia um nível de organização mais desejável: quando a função do núcleo é posta em evidência para fins de estudo da concordância verbal, pode-se entrever uma organização mais minimalista do assunto, o que permite atender melhor às finalidades cognitivas e, portanto, retentivas.

Definido o conceito e saneados alguns problemas relevantes para a orientação do estudante-leitor, pontuaremos ainda duas questões.

A primeira refere-se à validade didática da estratégia intitulada **regrão**. Já nos referimos anteriormente aos motivos que levaram Silva a explorar a camada sonora dos signos que batizam as estratégias. Em relação à que está em pauta, destacamos duas:

a) apelar para memória auditiva, que costuma responder muito bem à estratégia do “paralelismo rimático”;

b) e, ressaltar, de forma lúdica, no caso do regrão, por meio do sufixo aumentativo, uma especificidade (o fato de ser a grande genitora das outras regras), de modo a significar e concretizar os objetivos de retenção mnemônica.

Enfim, a exploração do aspecto fônico desta e das demais estratégias, põe em evidência a motivação do signo, chamando, ao mesmo tempo, a atenção para o significante, e para a sua função significativa, no caso do regrão, o fato de ser “o elemento determinante e regulador da convenção” (SILVA, 2010, p. 9).

A segunda questão, com rentabilidade didática, que gostaríamos de ressaltar é o perfil estratégico do regrão como elemento a reclamar o lugar do núcleo enquanto foco de atenção do estudo da concordância verbal. O olhar orientado sob

a perspectiva da privatização determina, a nosso ver, uma diferença **qualitativa**, na medida em que resolve o problema metonímico de se tomar um termo pelo outro. Para sermos mais explícitos, o sujeito pelo núcleo ou vice-versa. Afinal, na frase *Maria e João não compareceram à festa*, temos dois sujeitos ou dois núcleos do sujeito? O que querem dizer, por exemplo, Cunha e Cintra (2001, p. 499), quando utilizam, em relação aos casos particulares, as expressões “*com um só sujeito*”/ “*com mais de um sujeito*” como subtítulos? Do ponto de vista didático, com o regão reclamando para o núcleo o foco na determinação da concordância verbal, a expressão do conceito fica assim mais precisa e mais proveitosa.

6.5. A INCLUSÃO E A EXCLUSÃO

No momento em que o aluno-leitor já tem condições de romper com o automatismo que historicamente lhe vem sendo imposto na apresentação dos textos gramaticais, é interessante convocá-lo para uma atitude pró-ativa.

Nessa perspectiva, a redução assume lugar de relevância quando o objetivo é a retenção das informações. Em nosso trabalho, das estratégias mnemônicas, a da inclusão assumirá um destaque especial no processo de redução quantitativo-qualitativo dos casos de concordância verbal. Afinal, muito mais do que o lugar da lembrança, a memória é o lugar do esquecimento. Por esse motivo, defendemos que o aluno-leitor, para a aquisição do referido conhecimento, deverá ser provocado a confrontar os itens, investigando as diferenças e as semelhanças, de modo a inseri-los, respectivamente em conjuntos afins.

Desse modo compreendida, a inclusão pressupõe a exclusão: itens afins poderão ser organizados num mesmo conjunto; itens diferentes serão excluídos, podendo compor em outro conjunto, caso apresentem semelhança entre si.

Como salienta Silva (2010, p. 13)

A exclusão é uma estratégia redutora e se dá através da manipulação comparativa de dados já estudados. Por ser redutora, é valiosa em termos mnemônicos. No entanto, aquilo que pode ser reduzido deve ser inferido. Essa estratégia exige esforço cognitivo por parte do estudante que precisa enxergar o que pode ser excluído e conseqüentemente reduzido.

Conforme já mencionamos, não se dá aos escritos da GN um tratamento que permita vê-los como texto, posicionamento que permitiria ao aluno-leitor estabelecer com eles uma relação dialógica, tão necessária à produção do conhecimento. A

ênfase no esforço de memorização não dá lugar às comparações, às aproximações, aos afastamentos e às diferenciações. É com essa percepção que Silva (2010, p. 13) salienta: *“Costumeiramente as gramáticas não trabalham estabelecendo relações entre os dados e as regras. Como já dissemos, as regras são apresentadas sequencialmente.”*

Assim, enquanto a inclusão requisita do estudante o exercício de processos associativos que investiguem a semelhança - o traço comum -, permitindo colocar certos itens num mesmo conjunto e excluindo outros, esses elementos excluídos deverão também ser analisados pelo aluno-leitor, com a finalidade de identificar o seu denominador, de modo a compor novo(s) grupo(s) de inclusão. Para sermos mais claros, em termos de concordância verbal, é importante problematizar com o aluno, instigando-o a verificar quais as situações que podem ser incluídas num mesmo conjunto, verificando, em seguida, se os casos excluídos poderão ser incluídos em outro(s) conjunto(s).

No que se refere à concordância verbal, **o placar quantitativo** não é, como vimos, fechado. Varia de gramática para gramática, em função de como os autores arrolam os casos. Embora não levem a termo o processo de inclusão, quando percebem certa semelhança entre casos, tomam essa providência. Comparando os placares, entrevemos que quem menos avança nesse processo é Rocha Lima e quem mais nele investe são Cunha e Cintra.

Levar o aluno-leitor a confrontar a variação quantitativa entre as gramáticas é um procedimento para fazê-lo perceber que a normatização em torno do assunto apresenta uma fluidez decorrente da subjetividade de cada autor e que ele, aluno, também deve e pode buscar uma organização coerente, um outro modo de ver e tratar tal assunto. Um modo que melhor faça sentido, ajudando-o a reter o conhecimento sobre o tema.

Para ilustrar o que estamos afirmando em relação às diferenças quantitativas das gramáticas, em decorrência da interferência subjetiva dos autores, recorreremos a uma situação de concordância verbal específica. Rocha Lima (2008, p. 392-399) trata como casos à parte os sujeitos compostos de pronomes indefinidos e de substantivos, articulados pela conjunção *nem*

- a) **‘Nem um nem outro havia idealizado previamente esse encontro’** (Tasso da Silveira);

- b) “Em todo o caso, **nem o coadjuntor nem o sacristão** lhe perguntaram nada.”
(Machado de Assis).

Em relação ao item a, Rocha Lima normatiza a concordância verbal, afirmando que esse tipo de sujeito, “*exige o verbo no singular*”. Em nota de pé de página faz, porém, a seguinte ressalva “*Só excepcionalmente se encontrará o verbo no plural*”. Quanto ao item b, admite ser um caso “*difícil de disciplinar*”, mas “*pode-se ter como norma¹⁹ empregar o verbo no plural quando os sujeitos são de terceira pessoa*”. Isso significa que a opção do autor é a concordância canônica, de privatização número-pessoal do núcleo do sujeito, secundarizando, neste caso específico, a concordância no singular, decorrente do valor semântico que dos núcleos emanam.

Bechara (2001, p. 556-557) agrupa as duas situações num só caso, a partir do seguinte subtítulo: “**Sujeitos ligados por nem ... nem**”. Apesar de tal aproximação (semelhança estabelecida em virtude da relação que articula os núcleos), marca também o contraste entre as duas ocorrências. Na série formada pelos núcleos **pronomes indefinidos** (nem) *um/(nem) outro* “*fica o verbo no singular.*”²⁰ - posicionamento que comunga com Rocha Lima. Na série formada de núcleos **substantivos** podem ocorrer, em se tratando de sujeito de terceira pessoa, tanto a privatização como a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito. Em relação a esse último caso, normatiza, hierarquiza – com a prioridade para o plural, ou ainda, para a privatização dos núcleos -, e exemplifica, sem o tom resistente de Rocha Lima, a dupla possibilidade de ocorrência, embasado na tradição literária.

- a) **Nem um nem outro** compareceu ao exame

¹⁹ Cabe aqui dizer que a função de qualquer norma é a de orientar a sociedade quanto à adequação de certos procedimentos em determinados contextos sociais. Mas, para que essa norma exerça com coerência sua função, é preciso se pautar em critérios bem definidos, caso contrário, o seu exercício fica a cargo de imprecisões que só se sobrepõem pelas relações de autoritarismo.

²⁰ É relevante ressaltar que o gramático, apesar de normatizar a ocorrência a favor da desprivatização número-pessoal dos núcleos do sujeito, não se ampara em exemplos dos intitulados “bons e exemplares mestres da língua” – argumento usual dos gramáticos para negarem a arbitrariedade com que legislam. Se o que justifica a aceitação de uma ocorrência na GN é “o bom uso da língua que os mestres nos legaram”, temos aqui um desvio do procedimento que deveria tornar inconsistente a referida normatização: o único exemplo que abona a ocorrência é produzido pelo próprio gramático. Sabemos, porém, que o determinante para a legislação dos gramáticos e a aceitação de suas normas reside no imaginário social, que aceita e endossa o lugar de onde legislam.

- b) “É a nobre dama recém-chegada, à qual **nem o cansaço de trabalhosa jornada, nem o hábito dos cômodos do mundo puderam** impedir...” (A. Herculano)
 “...**nem Deus, nem o mundo** lhes dará a mínima recompensa.”(A. Herculano)

Cunha e Cintra (2001, p. 512) são os que mais avançam em relação às inclusões, na medida em que, além dos casos já mencionados, integram no mesmo conjunto - a partir do subtítulo “**Sujeitos ligados por ou e por nem**” - o sujeito composto de núcleos substantivos e o composto de núcleos pronomes indefinidos. Vejamos os exemplos que abonam a inclusão de casos:

- a) “Por muito que o **tempo ou a paisagem** se repetissem, essa teimosia apenas a aproximava da harmonia caprichosa da imagem de sua infância(...)” (A. Herculano)
 “Fui devagar, mas **o pé ou o espelho traiu-me**” (M. de Assis)
 “**Nem a monotonia nem o tédio** fariam-na capitular agora.” (C. dos Anjos)
 “**Nem tormenta nem tormento/** nos poderia parar.” (Cecília Meireles)
- b) **Um ou outro menino** usava sapatos, a maioria, de tamanco ou descalça.” (G. Amado)²¹
- c) “**Nem um nem outro** havia idealizado previamente este encontro.” (T. da Silveira)
 “**Nem um nem outro** puderam compreender logo toda extensão e gravidade do mal.” (A. Arinos)
 “**Nem um nem outro** desejavam questionar.” (J. Paço d’Arcos)

Assim como Bechara, Cunha e Cintra assumem, com maior firmeza, no caso dos núcleos substantivos articulados por *nem*, a dupla concordância. Mas, em relação aos núcleos pronomes indefinidos articulados pela referida conjunção, apresentam posicionamento diverso. Para esses últimos, tanto a privatização como a desprivatização número-pessoal dos núcleos podem ocorrer. Tal posicionamento,

²¹ Quanto à privatização/desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito, julgamos que a transcrição das palavras dos autores falam melhor do que nós: “*As expressões um ou outro e nem um nem outro, empregadas como pronome substantivo ou como pronome adjetivo, exigem o verbo no singular (...). Não é rara, porém a construção com o verbo no plural quando as expressões se empregarem como pronome substantivo.*” (CUNHA; CINTRA, 2001, p 513-514) [grifo nosso] Estamos querendo, com isso, salientar que, apesar de os autores não apresentarem exemplos abonadores (expediente tradicionalmente criado pela GN) em relação à ocorrência dos pronomes *um ou outro* na função substantiva, consideram a possibilidade de o verbo ir para o plural, a fim de concordar com o número de núcleos (privatização numérica).

contudo, não os impedem de recorrer, para abonar a dupla ocorrência, aos escritores consagrados, apresentando mais de um exemplo.

Do exposto, podemos afirmar que, examinando mais a fundo o capítulo de concordância verbal, o aluno-leitor poderá observar que o processo de redução, gerenciado por estratégias como inclusão e exclusão, pode avançar mais.

Com o propósito de que esse fim didático-pedagógico seja atingido, nosso objetivo é

- a) investir nesse processo, tomando como base, para a investigação das inúmeras ocorrências, os conceitos de privatização e desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito, de forma a reduzir ao máximo o número de regras;
- b) ter como resultado o agrupamento do que antes era considerado diverso num conjunto de informações, de modo a superar a arquitetura textual dispersa.

Antes, porém, faremos uma ponderação: todos os casos de concordância verbal da GN são passíveis de serem analisados com a mesma detença dos cinco casos que passamos a analisar aqui. No entanto, não é nosso objetivo proceder a uma análise extenuante de todos os casos, mas, apenas por amostragem, levantar argumentos que justifiquem deslocar certas ocorrências que, a nosso ver, têm seus lugares cristalizados pela tradição da GN. Os cinco casos eleitos são, na verdade, situações em que ocorre somente a privatização número-pessoal do núcleo do sujeito. O primeiro deles refere-se à segunda regra geral – primazia do sujeito composto de diferentes pessoas do discurso - a uma só (*eu e você fomos*); a segunda refere-se à inclusão do sujeito composto, resumido pelo pronome indefinido (*Os móveis, os livros, os papéis, tudo desapareceu*); o terceiro caso está relacionado ao sujeito cujo núcleo é composto ou de pronome interrogativo, ou de pronome indefinido, ou de pronome demonstrativo, todos no singular (*Algum de nós mentiu*); a quarta inclusão é a que envolve o sujeito introduzido por locução prepositiva, cujo núcleo é um substantivo restrito por numeral (*Cerca de seis pessoas sobreviveram*); a quinta e última inclusão na regra geral é o sujeito da passiva pronominal (*Encapam-se livros*).

Passemos então à primeira etapa de molarização dos casos de concordância verbal, para fins de orientação didático-pedagógicos. Em outras palavras,

incluiremos na regra geral, pelos motivos que passaremos a discutir, ocorrências identificadas na GN como casos particulares, mas, na verdade, apresentam o verbo adequado apenas ao número e à pessoa do núcleo, sendo por esse motivo excluído da categoria de caso particular.

6.5.1. Primeiro nível de inclusão na regra geral: concordância privativa do verbo com núcleos que envolvem diferentes pessoas do discurso

Nessa etapa de nosso trabalho, as estratégias aqui já expostas nos permitem molarizar as ocorrências que poderão ser incluídas no regram. Os exemplos destacados ilustram casos de regra geral; o ajuste flexional do verbo ao(s) respectivo(s) núcleo(s) do sujeito:

“**Eu** ouço o canto enorme do Brasil.” (Ronald de Carvalho)

“**Roberto** e **o milagreiro** chegaram logo.” (Rachel de Queiroz)

“**A virtude** aromatiza e purifica o ar, **os vícios** o corrompem.” (Machado de Assis)

Nas situações de concordância verbal, em que o sujeito, composto de núcleos de pessoas gramaticais diferentes, requisita do verbo a privatização número-pessoal, é de rigor normativo considerar a primazia do núcleo de primeira pessoa do plural sobre o de segunda e a primazia deste sobre o de terceira. Não é difícil entender a hierarquia prescrita para esse padrão de concordância. Sobre a influência de uma orientação filosófica, cujo foco é o SER, parte-se sempre de uma hierarquia centrada na emissão. Se *o eu* (o SER que fala) está presente na linguagem, na forma de um dos núcleos, marca-se, em primeiro plano, na oração, a sua presença por meio do sufixo de primeira pessoa *-mos*, mas, em segundo plano, a dos demais núcleos por meio do mesmo sufixo que cumula a ideia de **plural**. O mesmo procedimento marca a presença do *tu* em sujeitos compostos, que, na ausência do *eu*, assumirá o posto hierárquico (por se tratar do SER com quem se fala). *Ele* (SER/OBJETO da observação do *eu* e também do *tu*) só privatizará o verbo na ausência dos dois extremos do circuito discursivo.

“**Eu e o papai** queremos aproveitá-lo, para conversar. (Cyro dos Anjos)

“Neste caso **tu** e mais **eles** todos sereis salvos.”²²

“**A saúde, a força, a vitalidade** faziam-me ver as coisas diferentes.”(José Lins do Rego)

Rocha Lima (2008, p. 388), Cunha e Cintra (2001, p. 497) entendem os casos de primazia das pessoas do discurso como caso de segunda regra geral. Bechara (2001, p. 555) os inclui no estudo dos casos particulares de sujeito composto.

Sob a perspectiva do princípio da privatização número-pessoal do núcleo do sujeito, podemos, por três motivos, afirmar que só há uma regra geral também no que se refere à primazia das pessoas do discurso. Primeiro porque o verbo, para atender ao perfil desse sujeito, deverá ser flexionado, privatizando, neste caso, por intermédio do número, todos os núcleos do sujeito composto.

O segundo motivo está relacionado ao conceito de caso particular tomado nesta tese. Estamos nos referindo ao fato de que as ocorrências de regra geral, na qual essa situação se inclui, não vão apresentar o princípio da privatização como traço implicitamente estruturador da segunda variação de concordância verbal, em que a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito ocorre.

Desta maneira, mesmo os sujeitos articulados por conjunções do tipo *ou*, *nem*, *tanto...como*, *assim...como* e equivalentes, com núcleos de pessoas gramaticais diversas vão apresentar apenas uma única possibilidade de concordância – a canônica – e, por isso, devem ser retirados da categoria de caso particular e incluídos na categoria do regrão.

“**Ou eu ou ela** havemos de abandonar para sempre esta casa; e isto é hoje mesmo.”

(Bernardo Guimarães)

“**Nem tu nem eu** soubemos ser nós uma única vez.” (A. Abelaira)

“É inútil acrescentar que **tanto ele como eu** esperamos que você nos dê sempre notícias.”

(Ribeiro Couto).

²² O exemplo produzido pelo próprio de Rocha Lima (2008, p. 389) vem acompanhado da seguinte ressalva: “*toa-nos um tanto artificial em razão do pouco uso do tratamento de vós, além disso, da preponderância de você sobre tu em grande parte do território nacional. Entre nós, o uso corrente culto, assim oral como escrito, parece inclinar para a concordância para a 3ª. pessoa do plural, a exemplo deste lanço de Coelho Neto: “Juro que tu e tua filha me pagam.”* A esse respeito, pronunciamos-nos, afirmando que o uso da concordância na segunda pessoa está, com certeza, ficando no passado. Aliás, o autor, com mais de um exemplo, assinala essa propensão para a neutralização do uso também em Portugal. De qualquer modo, inserimos esse padrão de concordância, porque defendemos que, em se tratando de ensino, 1 - a escola é para muitos alunos o único lugar onde se pode ter acesso ao registro mais formal da língua, 2 - porque esse registro é mais uma evidência de mobilidade da língua face às evoluções sociais. A apresentação do uso deve vir na escola acompanhada de discussão que contextualize o lugar dessa realização linguística.

Decorrente da arrumação que propomos, gostaríamos de frisar que ficam somente na categoria de casos particulares o sujeito composto de terceira pessoa. A dupla possibilidade de ocorrência permitirá ponderar apenas a questão numérica: uma das concordâncias possíveis esboça o traço da regra mãe, em que os núcleos privatizam o número do verbo. A outra se caracteriza por aquilo a que chamamos de concordância surpreendente, já que é a desprivatização de um dos núcleos que possibilita o verbo ir para a terceira pessoa do singular.

O terceiro e o mais significativo motivo, em conformidade com o fim didático-pedagógico desta tese, está relacionado à consideração de que conhecer uma língua é, fundamentalmente, conhecer os seus princípios gerais. Nessa perspectiva o objetivo orientador do saber sobre a concordância verbal é encontrar o denominador comum para fazer emergir o que realmente importa. O desdobramento da regra geral numa segunda só nubla a percepção do aluno-leitor, dificultando organização do assunto.

Aos três motivos anteriores some-se outro: trata-se do fato de que, no momento em que o aluno-leitor toma contato com esse nível de conhecimento na escola, se não menosprezarmos o seu saber, acreditando ser a primazia uma novidade para ele, não há que se conferir tanto valor descritivo à questão.

A organização tipicamente molecular da GN, portanto, não permite que este fenômeno possa ser visualizado. É a atitude molar de investigação que revela o fato; o que permite ao aluno-leitor centrar o foco de atenção no que anteriormente estava disperso, otimizando o seu aprendizado, à proporção que reduz para reter.

6.5.2. Segundo nível de inclusão: concordância privativa do verbo com núcleo pronome indefinido de função coesiva

O próximo caso particular a ser incluído na regra geral refere-se às situações de concordância verbal, introduzidas pelos gramáticos com os respectivos subtítulos: “Sujeitos resumidos” (LIMA, 2008, p. 393), “Concordância no aposto” (BECHARA, 2001, p. 565) e “Sujeitos resumidos por um pronome indefinido” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 511). São exemplos entendidos pelos gramáticos como caso de sujeito

composto, cujos núcleos são resumidos por pronomes indefinidos, na função sintática de aposto.

Inseriremos esse caso na regra geral, não sem antes fazermos algumas considerações, a partir do que as gramáticas definem como o aposto.

A primeira ponderação refere-se ao fato de termos percebido, no confronto das gramáticas, uma confusão conceitual entre o sujeito e o aposto, em virtude da mesma capacidade referencial e relacional. Ao consultar Rocha Lima e Bechara, percebemos flagrantes contradições entre eles na compreensão dos dois termos.

Sobre o aposto, Rocha Lima (2001, p. 255) nos informa:

Um substantivo (ou pronome) pode-se fazer acompanhar imediatamente de outro termo de caráter nominal, a título de individuação ou esclarecimento. (...) É importante acentuar que o substantivo fundamental e o aposto que se lhe junta designam sempre *o mesmo ser*. (...)

Do que acabou de ser explanado, fica uma questão instigante: se os dois termos designam o mesmo ser, em que bases são estabelecidos os respectivos critérios de substantivo fundamental e de aposto?

Segundo Rocha Lima, o aposto ainda pode individualizar o substantivo a que se refere ou “*fazer enumeração*” (2008, p. 256). Vamos nos restringir a este último, porque é ele que nos interessa para efeito do estudo da concordância verbal.

Com o foco de atenção voltado para esse aposto, destacamos as palavras de Rocha Lima: “*Casos há em que o aposto, expresso por um dos pronomes indefinidos **tudo, nada, algo, alguém, ninguém, outrem, quem?** ou, ainda, por **o mais, o restante**, etc. – sintetiza vários substantivos ou pronomes fundamentais.*”

Em seguida apresenta exemplos, dos quais destacamos o seguinte:

“Sobrevivente do naufrágio, ele conseguiu salvar algum dinheiro; porém jóias, roupas, documentos, o mais submergiu com o navio.”

O motivo dessa escolha não foi aleatório. Interessa-nos não só ilustrar, mas discutir o comentário tecido pelo gramático em “*Observação*”:

Se a ordem dos termos da oração fosse esta: ‘*Sobrevivente do naufrágio, ele conseguiu salvar algum dinheiro, porém o mais – jóias, roupas, documentos – submergiu com o navio*’, os três substantivos passariam a funcionar como apostos a ‘o mais’ que então seria o sujeito. (ROCHA LIMA, 2008, p.256).

Pelas informações aqui postuladas, poderíamos concluir, em princípio, que a posição dos termos determina a função sintática: primeiro o sujeito, depois o aposto.

Mas temos, no entanto, um problema de referência que desconstrói o argumento relacional no exemplo apresentado: na primeira versão o sintagma nominal “o mais” não corresponde à designação feita ao mesmo ser, portanto não se trata de aposto. O termo convoca o leitor ao exercício da pressuposição que pode suscitar uma leitura, mais ou menos, nos seguintes moldes: joias, roupas e documentos submergiram com o navio e o mais que, nesse contexto, não interessa enumerar. A segunda versão, sim, “o mais” tem com os substantivos desdobrados uma correspondência no mesmo ser. Continuando a examinar a relação sujeito-aposto, percebemos ainda, no confronto da exposição de Rocha Lima com a de Bechara (2001, p. 456-457), mais um problema. Para este, um dos apostos, o explicativo, possui a “missão” de *“tão-somente explicar o conceito do termo fundamental, razão pela qual é em geral marcado por pausa, indicada por vírgula ou por sinal equivalente (travessão e parêntese)”*

Um dos valores “secundários” desse aposto é a enumeração que ocorre

quando a explicação consiste em desdobrar o fundamental representado por um dos pronomes (ou locução) tudo, nada, ninguém, cada um, um e outro, etc, ou por substantivo:

Tudo – alegrias, tristezas, preocupações – ficava estampado logo no seu rosto.

Dois coisas o encorajavam, a fé na religião e a confiança em si.

Dois cousas se não perdoam entre os partidos políticos: a neutralidade e a apostasia. [Marques de Maricá] (BECHARA, 2001, p. 457)

Segundo Bechara (2001, p. 457), às vezes esse tipo de aposto precede o fundamental:

*“A matemática, a história, a língua portuguesa, **nada** tinha segredo para ele”.*

E prossegue em sua exposição: *“em todos estes exemplos, o fundamental (tudo, duas coisas, nada) funciona como sujeito das orações e, por isso, se estabelece a concordância entre ele e o verbo”* (BECHARA, 2001, p. 457). Fica registrada aqui mais uma vez, principalmente levando em consideração o último exemplo, a nebulosidade de critérios envolvidos na compreensão daquilo que seja ou não fundamental e, por conseguinte, na perspectiva da GN, do que seja núcleo do sujeito e do que seja aposto.

Vejamos agora o posicionamento de Cunha e Cintra em relação ao mesmo termo sintático. Para eles, *“Aposto é o termo nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou de apreciação”*

(2001, p. 155). Quanto ao valor de relação, “*O aposto tem o mesmo valor sintático do termo a que se refere* [grifo nosso]. *Pode, assim, haver: “aposto no sujeito.”* (2001, p. 157) e, prosseguindo, afirma a possibilidade de presença do aposto nos demais termos sintáticos.

O que nos chama a atenção é o fato do emprego da preposição no subitem “*aposto no sujeito*”, como se esse fosse um elemento interno aos termos sintáticos dos quais participa.

No conjunto das gramáticas, queremos chamar a atenção para a dificuldade em identificar e definir teoricamente o perfil do aposto, a ponto de haver, entre Rocha Lima e Bechara, uma oposição frontal de conceito relacionado ao que é fundamental. Cunha e Cintra, por confundirem a noção de valor com a de relação, afirmam a identidade entre os dois, de tal forma a considerarem o aposto um elemento interno a certos tipos de sujeito.

A esse argumento some-se outro: no capítulo da concordância verbal, observa-se a abstenção do uso metalinguístico da palavra aposto em muitas passagens do texto gramatical, fato que pode sinalizar, de certa forma, para o cuidado dos autores em relação ao terreno escorregadio em que pisam.

Rocha Lima (2008, p. 393), com o propósito de intitular o tema concordância verbal com pronomes indefinidos resumidores de núcleos substantivos, utiliza o subitem “*Sujeitos resumidos*” para declarar o seguinte: “*quando a vários **sujeitos** se seguir uma das **palavras de síntese** – nada, tudo, algo, alguém, ninguém, etc. -, fica o verbo no singular, mesmo que **entre os sujeitos** haja algum ou alguns no plural*” [grifo nosso]. O mesmo procedimento têm Cunha e Cintra (2001, p. 511) em relação ao subitem – “*Sujeitos resumidos por pronomes indefinidos*”. O que os coautores proferem não é diferente do que Rocha Lima expressa: “*Quando os **sujeitos** são resumidos por um pronome indefinido (como tudo, nada, ninguém), o verbo fica no singular, em concordância com esse pronome.*” Observemos que os exemplos de Cunha e Cintra (2001, p. 511) não contribuem para elucidar o limite entre o aposto e o sujeito:

“*O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era **tudo** de um cinzento de borralho.*”(Raquel de Queirós)

“*Letras, ciências, costumes, instituições, **nada disso** é nacional.*” (Eça de Queirós)

Tampouco os comentários, seguidos de exemplo, permitem o esclarecimento entre os termos mencionados.

A mesma concordância se faz quando o pronome anuncia os sujeitos:
Tudo o fazia lembrar-se dela: a manhã, os pássaro, o mar, o azul do céu, as flores, os campos, os jardins, a relva, as casas, as fontes, sobretudo as fontes, principalmente as fontes. (Almada Negreiros) (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 511).

Chamamos a atenção ainda para o fato de que, numa sequência de núcleos do sujeito, o último deles não pode ser separado do verbo por vírgula, por se tratar de componente que é parte de um constituinte essencial da oração. Essa é uma regra que não é explicitada para o termo considerado aposto, mas o que verificamos é o mesmo tratamento.

“As cidades, os campos, os vales, os montes, **tudo era** mar” (Antônio Vieira)

“os caminhões devastadores, as chuvas, o cupim, a polícia, a mesquinhez de verbas [...], **nada disso conseguiu** liquidar completamente a gloriosa Vila Rica de Albuquerque...”(Carlos Drummond de Andrade)

Pela exposição presente nas gramáticas, percebemos, mais uma vez, a confusão conceitual entre núcleo e sujeito e o cuidado de os gramáticos não fazerem referências desnecessárias ao aposto, pronome indefinido, no capítulo de concordância verbal, evitando, desse modo, ressaltar contradições.

Talvez por isso Bechara (2001, p. 565) não inclua o chamado aposto, nas funções recapitulativa e enumerativa, no estudo da concordância verbal, principalmente, no que tange à noção de termo fundamental. Com o subtítulo “*Concordância no aposto*”, pronuncia-se da seguinte maneira: “*Quando a um sujeito composto se seguem, como apostos, **expressões de valor distributivo**, como cada um, cada qual, o verbo, posposto a tais expressões, concorda com elas.*”[grifo nosso]. Eis o exemplo que o embasa.

“*Pai e filho **cada um seguia** por seu caminho.*” (Epifânio Dias)

Creemos, dessa feita, que nessa ambivalência de percepção semântico-sintática em torno do sujeito e do aposto, todo esse tipo de discussão abona o falante que, também usando de sua lógica, interpreta os pronomes indefinidos como o núcleo coesivo dos demais a que se equivale. Tais pronomes, apesar de

neutralizarem a forma dos outros núcleos, reforçam o conteúdo semântico expresso pelo conjunto. Isso é o que podemos observar com os exemplos seguintes:

*“Comandantes, oficiais, soldados, **ninguém** escapou com vida.”* (Carneiro Ribeiro)

*“Uma bolsa a ímpar de dobrões de outro, um palácio, criadagem, coches, vinhos generosos, estiradas sem termos de matas, vinhas, pastos e terras de semeadura, **nada** disso faz com que um rico seja mais afortunado que o mínimo dos vizinhos.”* (Antônio Feliciano Castilho)

Lembremos que, para o não teórico, para aquele que é realmente responsável por colocar a língua em funcionamento, um dos grandes nortes de sua enunciação é o aspecto semântico. O chamado aposto se impõe na concordância do verbo pela força expressiva, mas também pela capacidade material coesiva que o termo exerce.

Todo esse contexto enunciativo flagrado por nós nas gramáticas não constitui, a nosso ver, portanto, problema para o falante de escolaridade mediana. Em razão inversa, este responde à situação com destemor, com espontaneidade de quem é “apenas” usuário da língua. Para ele, trata-se de **um sujeito simples** em que a concordância, mesmo na norma culta, transcorre sem grandes complicações.

Aproveitamos esse momento, não para dar um depoimento de quem está metapositionado, mas para protocolar, enquanto falante, que, ao resgatar a memória cotidiana de pessoa comum e de professor, não lembramos de ter registrado dúvida de concordância verbal em referência ao sujeito em questão, no universo de escolaridade com que lidamos. Se essa concordância envolvesse tamanha complexidade, principalmente na condição de falante, em que o saber pré-reflexivo, inúmeras vezes, não acode no tempo certo, fatalmente essa situação apareceria em pauta de dúvida e discussões de muitos – professores e alunos. Sabemos inclusive que, do ponto de vista de um manual que “dita” normas, a GN não esgota todos os casos de concordância, (aliás, nenhum manual de produção do saber esgota tudo), mas apenas os que parecem relevantes, segundo certos olhares coibidores de determinadas manifestações de subjetividades.

Apesar de nosso trabalho não ter por objetivo reinventar a roda, muito menos a roda teórica, deseja, sim, contribuir, conforme já mencionamos, com um sujeito coletivo desejante de uma melhor qualidade de vida idiomática, de maneira que a

linguagem deixe de ser o “arame farpado” mais eficiente a ferir o tecido identitário do falante.

Nessa perspectiva, apesar de acharmos que o caso dos “*sujeitos resumidos por pronomes indefinidos*” não requer do usuário grandes esforços para o emprego do uso normativo, uma estratégia que leve à reflexão e geração de explicações mais regulares contribui para desenvolver um pensamento mais autoconfiante sobre a linguagem.

Em síntese, nossos argumentos pretendem caminhar no sentido de tomar este caso como expressão de **sujeito simples**, cuja característica é ter um núcleo que anula sintaticamente os núcleos anteriores e, ao mesmo tempo, reforça os conteúdos por eles expressos. Além do mais, de acordo com os limites definidos nesta tese em relação aos casos particulares, verificamos que a ocorrência em pauta de discussão só apresenta uma possibilidade de concordância, aquela considerada por nós como o traço estruturador da privatização. Por esses motivos, julgamos plausível a inclusão deste caso na regra-mãe. A nosso ver, pode-se interpretar, pelo menos para efeitos mnemônicos, como caso de concordância do verbo em terceira pessoa para adequar-se ao núcleo do sujeito que, ao retomar os núcleos anteriores, coloca-se na condição de sujeito simples.

6.5.3. Terceiro nível de inclusão: concordância privativa do verbo com núcleo pronome interrogativo, indefinido ou demonstrativo no singular

A próxima inclusão está relacionada aos núcleos pronomes interrogativos ou indefinidos, empregados **no singular** e identificados pela GN como casos particulares. Observemos os exemplos seguintes:

*“Quando as nuvens começaram a existir/**qual de nós** estava presente?” (C. Meireles)*

*“**Nenhum de vós**, ao meu enterro,/Irá mais dândi, olhai! do que eu!” (A. Nobre)*

*“**Algum de vocês** fará o favor de levar-me à casa.” (Rocha Lima)*

Os exemplos destacados são considerados por nós regra geral, pelo mesmo motivo que acabamos de expor em relação à ocorrência da seção anterior: o verbo sofre um único tipo de ajuste flexional, concordando em número e pessoa com o

respectivo núcleo do sujeito. Dessa forma, não existe o traço da privatização como elemento estruturador implícito das situações de desprivatização, oposição interna, necessária à caracterização dos casos particulares.

Todavia, com a preocupação de normatizar e de fundamentar estatisticamente, a partir dos “chamados bons exemplos”, o que considera os modelos a serem seguidos, a GN, ao incluir nos casos particulares de concordância verbal o sujeito em pauta, acaba promovendo um desalinhamento no seu processo descritivo. Essa é uma atitude parecida com aquela tomada por alguém quando, ao distribuir os seus pertences num armário, entende que o processo da arrumação apenas pressupõe dispor os objetos nas prateleiras, ao invés de tentar arrumá-los em categorias mais gerais. Às vezes, dependendo da maneira como são dispostos os objetos, ao passar os olhos, temos a impressão de armário arrumado, porém, num exame mais atento, verificamos a falta de funcionalidade na distribuição.

Partindo dessa premissa, percebemos que, apesar de as ocorrências serem incluídas na categoria de caso particular pela GN, não existe uma descrição baseada num princípio estruturador regular. Parece-nos que o que determina a inclusão dos sujeitos constituídos de núcleos pronomes interrogativos, demonstrativos ou indefinidos, no singular, é a semelhança com a superfície estrutural dos sujeitos constituídos por termos de mesma classe gramatical, só que no plural - *algum(ns) de nós, muito(s) de vocês, quanto(s) de vós*. Fato que fará toda a diferença no processo de rearrumação dos casos de concordância. É relevante perceber que é o fato de o núcleo e o adjunto adnominal estarem no plural que vai possibilitar a privatização e a desprivatização número pessoal do núcleo do sujeito.

“**Muitos de nós** andam por aí, querendo puxar conversa com vocês.” (C. D. Andrade)

“**Quais de vós** sois, como eu, desterrados no meio do gênero humano?” (A. Herculano)

“*Estou falando, portanto, com aqueles dentre vós que trabalham na construção.*” (R. Braga)

O nosso argumento de que a descrição dos casos de concordância verbal feita pela GN se sustenta em critérios de superfície - a semelhança aparente - encontra sua fundamentação no encaminhamento conferido ao assunto nas duas das três gramáticas aqui referenciadas: em Rocha Lima, (2008, p.395) e em Cunha e Cintra (2001, p. 503 e 504), a normatização de um sujeito sucede ao outro.

Bechara sequer faz menção ao sujeito, cujo núcleo tem em sua configuração ou pronomes interrogativo, ou indefinido, ou demonstrativo no singular.

6.5.4. Quarto nível de inclusão: concordância privativa do verbo com núcleo substantivo numeral ou núcleo substantivo restrito por numeral de sujeito encabeçado por locução prepositiva.

Para fins do que vamos dizer, partamos dos seguintes exemplos:

“**Mais de um jornal** fez alusão nominal ao Brasil.” (A. Herculano)

“... e afinal depois de tanto trabalho, de tantas palavra e canseiras, fugiram-lhe nada **menos de três!**” (Ferreira de Castro)

“Ainda assim, restavam **cerca de cem viragos...**” (J. Ribeiro)

“ **Mais de um oficial, mais de um general** foram mortos nesta batalha.” (Carneiro Ribeiro)

”Saíram à praia **obra de oito mil homens.**” (J. de Barros)

De imediato, gostaríamos de chamar a atenção para a organização do sujeito em pauta nas gramáticas aqui referidas. Rocha Lima (2008, p.393-400) trata em dois tópicos distintos esses casos, que considera como particulares. Primeiramente normatiza o sujeito constituído da locução prepositiva *mais de um*, que deve ir para o singular, “*concordando com o substantivo que acompanha a expressão*”; num outro tópico, normatiza as demais expressões: “*Postas antes de um número no plural para indicar quantidade aproximada, estas expressões requerem a concordância no plural, exceto com o verbo ser em que há vacilação.*”

Desse modo, sem perceber o papel do núcleo como elemento que governa o comportamento do verbo, orienta-se pelo critério de diferenças aparentes, ou seja, as formas que vão para o singular e as que vão para o plural.

Bechara (2001, p. 560) só cataloga o sujeito constituído da locução prepositiva seguida do numeral *um* (*mais de um*) e é o único que considera isoladamente a possibilidade de o sujeito levar o verbo para o plural. Além do mais, apresenta exemplo isolado dessa realização, fato que não abona, segundo os critérios da própria GN, tal realização.

“Sei que há **mais de um** que não se envergonham dela.” (A. Herculano)

Cunha e Cintra (2001 p. 499-500) inserem todas as ocorrências num só caso, deixando entrever nesta situação a preponderância do núcleo sobre os demais constituintes do sujeito. É a passagem destacada a seguir que nos permite entrever o que acabamos de afirmar:

Enquanto o sujeito de que participa a expressão *menos de dois* leva o verbo ao plural, o sujeito formado pela expressão *mais de um* ou *mais que um*, seguidos de substantivos, deixa o verbo de regra no singular (2001, p. 500)

Retomando os exemplos destacados no início da seção, podemos afirmar que todos eles são casos de regra geral: a flexão dos verbos atende criteriosamente aos imperativos dos núcleos, não apresentando como oposição à preferência normativa a possibilidade de desprivatização.

6.5.5. Quinto nível de inclusão: concordância privativa do verbo com o núcleo do sujeito de passiva pronominal

Para discutir essa quinta inclusão, partamos novamente de uma situação exemplar:

Concerta-se geladeira. / Consertam-se geladeiras.

Pela variação de número que sofre o verbo, podemos evidenciar que a necessidade de ajuste flexional está relacionada aos imperativos do sujeito. Temos, dessa feita, um caso de regra geral, em princípio como outro qualquer. Se o verbo estabelece uma relação privativa com o núcleo do sujeito, por que então a tendência de a GN tratar esta ocorrência como um caso particular (BECHARA, 2001, p. 563) ou como um caso fora da regra geral (LIMA, 2008, p. 390)?

Para tentar entender porque a GN inclui essa ocorrência ora no conjunto dos casos particulares, ora em situação atípica, fomos investigar o lugar que essa estrutura ocupou nas preocupações dos primeiros gramáticos da língua portuguesa. Verificamos que, desde o início, já havia preocupação em buscar uma explicação coerente para a estrutura em foco. Segundo nos informam Osório e Martins (2010, p. 1),

Herdeiros da tradição greco-latina, os autores das primeiras gramáticas da língua portuguesa pretenderão, assim, descrever as construções com *se* quando tratam de categoria de **voz**, partindo, desse modo, dos *verbos* como

classe de categorias “autônomas”. Esta perspectiva, fortemente morfológica das primeiras gramáticas, necessita, aqui, de ser sublinhada, na medida em que orienta a descrição linguística a partir dos itens lexicais isolados, sem se preocupar em estudar unidades combinatórias maiores. Como consequência, os planos das relações sintáticas e/ou semânticas acabam por ser subordinados ao morfológico o que, no caso específico das construções com *se*, conforme se verá, trará dificuldades aos autores para explicarem a correlação morfológica e semântica desses enunciados.

Da análise feita em obras com fins normativos, produzidas entre 1536 e 1870 (OSÓRIO; MARTINS, 2010, p.14), significativos são os dados fornecidos pelos estudos de Bernardo Bacellar (1783) e de Jerônimo Barbosa (1807 e 1822). No debate travado, ao longo do tempo, por aqueles que se dispuseram a dar respostas acerca da construção oracional em que aparece o pronome *se*, serão os argumentos desses dois autores “*repetidos, posteriormente, tanto na gramaticologia portuguesa, quanto na brasileira.*” E quais seriam esses argumentos? Osório e Martins (2010, p.14) nos explicam que os gramáticos dos séculos XVIII e XIX defendem

que as construções com *se* sejam passivas, referindo-se (i) ao caráter obrigatório da concordância entre o sintagma e o verbo; (ii) e a correspondência semântica da passiva de *se* com a passiva participial como “prova” da passividade das primeiras.

Assim, seguindo a orientação que se firmou, a partir da frase na passiva analítica (ou participial), outras versões, em decorrência do ato enunciativo, podem ocorrer:

1. Todos os quadros expressionistas foram vendidos pelo negociante.
2. Todos os quadros expressionistas foram vendidos.
3. Venderam-se todos os quadros expressionistas.

Na voz ativa (O negociante vendeu todos os quadros expressionistas.), o foco da informação está no sujeito. Na passiva participial (1), o sujeito foi deslocado - e secundarizado – para a posição de agente da passiva. Na passiva participial (2), o agente da passiva é neutralizado e o foco de atenção recai no sujeito paciente. Na passiva pronominal (3), existe, segundo a vertente tradicional, uma equivalência semântica em relação à participial (2), em que o sujeito, a nosso ver, está mais contundentemente neutralizado, a ponto tomá-lo como objeto direto.

Do que discutimos aqui, verificamos que, no conjunto dos casos de concordância verbal estudado pela GN, esse é o único de voz passiva. Todo o restante do estudo está centrado na voz ativa. Em outras palavras, será o critério da voz que, nessa situação em específico, abrirá lugar na GN para acomodar o caso

fora da regra geral. Todavia, pelo o que acabamos de expor, as ocorrências de frases na passiva pronominal são situações de regra geral, sendo nessa categoria inseridas, fato que permite reduzir o quantitativo a ser retido.

Das inserções que até aqui fizemos, resulta o seguinte quadro de inclusão na regra geral.

| REGRA GERAL: ESTADO DE PERMANÊNCIA | |
|--|--|
| Privatização número-pessoal do núcleo do sujeito | |
| <i>“A <u>virtude</u> <u>aromatiza</u> e <u>purifica</u> o ar, os vícios o <u>corrompem</u>.”</i> (M. Assis) | |
| NÍVEIS DE INCLUSÃO | |
| 1ª) Núcleo de diferentes pessoas do discurso | Ou tu ou eu <u>estaremos</u> em casa. Nem ele nem eu <u>sabemos</u> do livro. Tu assim como eu <u>esperamos</u> notícias suas. Tu e ele <u>sabeis</u> de minha sinceridade. Você e ele <u>sabem</u> de minha sinceridade. |
| 2ª) Núcleo pronome indefinido, com função coesiva | Conselhos, apelos, choros, nada me <u>faria</u> voltar atrás. |
| 3ª) Núcleo pronome interrogativo, ou indefinido, ou demonstrativo no singular ²³ | Quem de nós já <u>viu</u> um OVN? Qual de vocês já <u>recebeu</u> a nota? Nenhum de vocês <u>conhece</u> minha história. Aquele entre todos <u>era</u> o mais entusiasmado. |
| 4ª) Núcleo (substantivo numeral ou núcleo substantivo restrito por numeral) de sujeito encabeçado por locução prepositiva | Obra de meia tonelada <u>se</u> <u>perdeu</u> . Mais de uma pessoa <u>assistiu</u> à barbárie. Menos de duas pessoas <u>estiveram</u> presentes. Cerca de mil candidatos <u>fizeram</u> a prova. Perto de cinquenta não <u>receberam</u> o salário. |
| 5ª) Núcleo do sujeito de frase de passiva pronominal | Não <u>se</u> <u>perdem</u> cinco contos , como <u>se</u> <u>perde</u> um lenço. |

Quadro 05 - Regra geral: estado de permanência

O Quadro 05 organizado, a partir do foco da privatização número-pessoal do núcleo do sujeito, permite-nos visualizar a constância de um mesmo fenômeno para todas as ocorrências: a partir do comportamento constante do verbo que se flexiona em conformidade com as características do núcleo, temos cinco exemplos de um mesmo princípio estruturador da concordância verbal. Essas situações que ilustram

²³ A fim de poder identificar as estruturas que levam o verbo para o singular e as que levam o verbo para o plural, é importante ter condições de identificar a estruturação dos sujeitos, principalmente os núcleos cujas palavras não possuem referência no mundo biossocial, ou seja, aquelas que pertencem ao universo das palavras gramaticais (p. ex., quem, qual). É importante também perceber a estrutura encabeçada por locução prepositiva, identificando o núcleo e o seu determinante. Em relação a este último tipo de sujeito (p. ex., mais de um, menos de dois), a dificuldade de perceber a concordância do verbo está, em alguns casos, na questão semântica, daí a importância do núcleo, como referência para entender a concordância verbal.

o ajuste comportamental do verbo em relação ao núcleo – a regra geral - serão por nós aqui identificadas por uma característica comum: o **estado de permanência** do verbo.²⁴

²⁴ A reorganização das ocorrências de concordância verbal possibilitou-nos visualizar três comportamentos do verbo diante do sujeito, resultados do fenômeno da privatização/desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito. Tais comportamentos foram denominados por meu orientador, respectivamente, **estado de permanência, dubiedade de conduta e permanência do estado**. O primeiro, o estado de permanência, refere-se exclusivamente ao comportamento do verbo que se flexiona em número e pessoa de acordo com o perfil do(s) núcleo(s); em outras palavras, o sujeito gera um comportamento verbal em que a única realização é a privatização número-pessoal do número do sujeito. O segundo, a dubiedade de conduta, está relacionada à flutuação em número e pessoa do verbo, decorrente de um determinado perfil de sujeito: no caso do sujeito simples, o verbo concorda em número e pessoa ou com o núcleo, ou com o adjunto adnominal; no caso do sujeito composto, o verbo pode concordar em número e pessoa com apenas um núcleo, ou com a totalidade deles. Nessas situações, a privatização e a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito serão concorrentes. O terceiro comportamento verbal, a permanência do estado, está relacionado ao fato de a GN normatizar exatamente como possibilidade a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito. Apesar da normatização de tal ocorrência, a privatização número-pessoal do núcleo do sujeito estará presente em ausência como possibilidade. Exatamente por esse motivo, tal fato poderá gerar dúvida ao usuário quanto à escolha adequada a fazer.

7. AS ESTRATÉGIAS MNEMÔNICAS E A MOLARIZAÇÃO DOS CASOS PARTICULARES

— Não sou daqueles que...

— Daqueles que o quê? Qualquer coisa, contanto que atravessasse de uma vez essa traiçoeira pinguela gramatical em que sua oratória lamentavelmente se havia metido de saída. Mas a concordância? Qualquer verbo servia, desde que conjugado corretamente, no singular. Ou no plural. (SABINO, 1965, p. 139)

Com o intuito de continuarmos reorganizando os itens da concordância verbal, vamos agora analisar os casos particulares. Para tanto, introduziremos mais uma estratégia que nos permitirá situar para o aluno-leitor, do ponto de vista didático-pedagógico, o lugar da desprivatização.

7.1. A DISCRIMINAÇÃO

Vimos insistindo aqui que a língua, em conformidade com as demais produções culturais, não é um componente estático. Ela funciona sob a lógica dos mesmos valores sociais que se refazem e que se ressignificam. Para resguardar, porém, os interesses e as aquisições imateriais de um grupo hegemônico, a língua, assim como todo conjunto de valores da sociedade, sofre regulações. No caso da atividade linguística, uma providência reguladora que a tradição vem tomando está relacionada ao recorte que a ela se faz, a fim de tomá-lo como “a língua”. Isso, todavia, não impede a fluidez e a diversidade que lhe é própria, diversidade presente, inclusive, dentro do próprio padrão recortado.

Partindo do pressuposto do recorte e da regulação se funda a regra geral, cujo propósito seria o de responder pela padronização do maior número de episódios linguísticos. Mas, quando se normatiza, faz-se, por menor que seja, concessão. Então, que concessões são feitas, no âmbito da concordância verbal, para resolver ocorrências linguísticas destoantes da regra geral? Respondendo a essa pergunta, podemos dizer que, para o diverso, será preciso identificar motivos diferentes.

É nisso que consiste a estratégia de DISCRIMINAÇÃO. Assim a DISCRIMINAÇÃO é a diferenciação de motivos particulares que fazem

com que haja razões especiais para a instituição dos preceitos. (SILVA, 2010, p. 13-14))

Nesse ponto de nossa tese, cabe retomar as palavras de Silva no que se refere ao método das estratégias mnemônicas. “*As estratégias são, como já dissemos, passos-guia, fios condutores para ajudar o leitor a proceder a leitura do texto gramatical.*” (SILVA, 2010, p. 11) Trata-se, portanto, de um procedimento didático–pedagógico pensado com a finalidade de acionar saberes e atitudes pró-ativas para a interpretação e resolução das dificuldades gramaticais.

Não são gratuitas as palavras proferidas por Silva (2010) que introduzem a **discriminação** no contexto das nove estratégias. A produção de sua metodologia adveio da observação do arcabouço estrutural dos textos gramaticais. No que diz respeito à discriminação, além de ajudar a situar o leitor diante de casos em que se diz que a regra geral não pode ser aplicada, é, literalmente, uma “estratégia” de redenção.

Tomemos, para nos fazer melhor entender, duas situações de uma mesma regra (ROCHA LIMA, 2008, p. 397). Trata-se de núcleos articulados por expressões do tipo *tanto...como..., assim...como..., não só...mas também...*

“**Não só a nação, mas também o príncipe, estariam pobres**” (A. Herculano)

“(...) **tanto uma, como a outra, suplicava-lhe que esperasse até passar a maior correnteza.**” (J. Alencar)

Estes casos admitem a flexão do verbo em terceira pessoa, quer seja no plural para atender os princípios da regra geral, privatizando numericamente o núcleo, quer no singular, desprivatizando-o e quebrando o princípio regulador.

Todavia a possibilidade de desprivatização numérica do núcleo, como alternativa, é legitimada pelos gramáticos, por representar uma ocorrência atestada nos textos dos escritores considerados exemplares “no bom manejo da língua”. O termo *caso particular*, utilizado pela GN, é assim a nomenclatura redentora; a justificativa do motivo diferenciador que permite a coexistência pacífica ao lado da regra geral. É assim que a GN acomoda a diversidade presente no próprio corpus eleito. Ariscaríamos dizer, inclusive, que, em algumas situações, percebe-se o tom reticente de um ou outro gramático, diante de algumas situações, porque o ideal mesmo seria a padronização da modalidade.

Como essa padronização é impossível, mesmo no universo de recorte proposto, as ocorrências “desviantes” deverão obedecer a dois princípios sagrados: o abono em autor (con)sagrado (SER que desfruta de reconhecimento do segmento social hegemônico) e a observação do princípio representativo (e ontológico) da linguagem. As ocorrências linguísticas por nós destacadas passam então a conviver praticamente em pé de igualdade porque, além de serem fundamentadas nos “bons autores”, põem em destaque, insistimos, não a essência do SER, mas um aspecto representativo que lhe é circunstancial.

As estratégias até aqui arroladas são um dos componentes que servirão de instrumento para conferir uma organização molar à maioria das situações dos chamados casos particulares. Some-se a esse fato a análise atenta ao estudo da concordância verbal que nos permitiu formular os conceitos, já expressos nesta tese, de privatização e de desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito.

Desta feita, a discriminação será a estratégia responsável por levar o aluno-leitor a perceber na desprivatização número-pessoal do(s) núcleo(s) do sujeito, um princípio diferente, mas que justifica a convivência lado a lado com as ocorrências canônicas, ou seja, obedientes ao preceito da regra geral.

Vejamos, então, a molarização dos casos particulares do capítulo de concordância verbal.

7.2. A MOLARIZAÇÃO DOS CASOS PARTICULARES

A fim de procedermos à molarização dos referidos casos, utilizaremos, para orientar nossos procedimentos, os seguintes passos: as estratégias do regrão (cuja finalidade reside em investigar, em cada situação exemplar, a ocorrência da privatização número-pessoal do núcleo do sujeito); a estratégia da discriminação, ou, em outras palavras, o motivo diferenciado que leva ao estabelecimento de uma concordância distinta da canônica (referimo-nos à desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito); e as estratégias da inclusão e da exclusão. A utilização dessas duas últimas encontra sua justificativa no propósito didático-pedagógico de nosso trabalho: apontar um caminho que acene para um princípio redutor do número espoliante de casos particulares. Para atingir esse propósito, buscaremos analisar quais as ocorrências que apresentam um mesmo perfil estrutural, de modo que a

diversidade de casos particulares forme um conjunto de exemplos, variado apenas na aparência

Para que possamos dar maior evidência aos traços comuns percebidos entre os casos discriminados pela GN, optamos por inscrever os itens em quadro comparativo.

A propósito do que fazem Rocha Lima e Bechara, optamos também por não estabelecer diferença, na reorganização do conteúdo, entre sujeitos simples e composto, como propõem Cunha e Cintra. Todavia, os motivos que nos levam a assumir tal atitude são diferentes dos dois primeiros gramáticos: não se trata aqui de exposição aleatória de casos particulares, mas de deslocamento de foco que, segundo nosso método de estudo, recai sobre a análise do núcleo. Assim, repetimos, estamos considerando casos particulares aquelas situações de concordância verbal em que existe uma dupla convivência, uma em ausência e outra em presença de duas possibilidades de concordância do verbo com o sujeito. A primeira obedece ao traço da regra geral, caracterizado pelo fenômeno da privatização número-pessoal do(s) núcleo(s) do sujeito. A segunda apresenta um traço marcado por uma conduta surpreendente do verbo que não mais concordará com o núcleo, em sua totalidade, mas com o adjunto adnominal ou, no caso de sujeito composto, apenas com um dos núcleos. A regra geral é, portanto, o princípio estruturador.

| CASO PARTICULAR | | |
|---|--|---|
| Dubiedade de conduta | | |
| INCLUSÃO | | |
| Privatização e desprivatização número pessoal do núcleo do sujeito | | |
| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | REGRÃO (privatização número pessoal do núcleo do sujeito) | DISCRIMINAÇÃO (desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito) |
| 1 – Núcleo coletivo ou partitivo + adj. adn. no pl. a maioria de, a maior parte de, uma multidão de, a metade de, um bando de etc. | “ A maior parte deles já não <u>vai</u> à fábrica.” (B. Santareno) | “ Uma porção de moleques me <u>olhavam</u> admirados.” (J. L. Rego) |
| 2 – Núcleo pron. Interrogativos, demonstrativos, indefinidos no PL + adj. adn. | “(…) quantos dentre vós estudam conscienciosamente o passado?” (J. Alencar) | “ Quais de vós sois , como eu, desterrados no meio do gênero humano?” (A. Herculano) |
| 3 – Núcleos articulados pelas seguintes séries: assim, assim como, bem como, tanto como, não só ... mas também, tanto quanto. | “ Tanto um como outro se <u>ocupavam</u> em mercadejar.” (Ribeiro Couto) | “ Tanto uma, como a outra, suplicava-lhe que esperasse passar a maior correnteza.” (Alencar) |
| 4 - Núcleos ligados por com . | “ O pontífice, com todos os membros do consistório , mal <u>puderam sair</u> suplentes.” (M. de Assis) | “ A viúva de Agnaldo, com os dois filhos, está conseguindo arrombar a caixa-forte(…)” (C. dos Anjos) |
| 5 - Núcleos subst. coord. por e . | “O romeiro é livre como a ave do céu: respeitam-no o besteiro e o homem d’armas ; dá-lhe abrigo o vilão sobre o seu colmo, o abade no seu mosteiro, o nobre no seu castelo.” (A. Herculano) “Repeti-as, porque se me <u>oferciam</u> vida e honras a troco de perpétuas infâmias.” (A. Herculano) | “Em tal sorriso o passado e o futuro <u>estava</u> impresso.” (A. Herculano) <u>Habita-me</u> o espaço e a desolação. ” (V. Ferreira) |
| 6 - Núcleos pronomes indefinidos coord. por e . Núcleo substantivo, antecedido de pronomes adjetivos indefinidos, coordenado por e | “ Um e outro <u>tinham</u> a sola rota.” (M. Assis) “Mas uma e outra coisa <u>existiam</u> em estado latente, mas existiam.” (M. de Assis) | “ Uma e outra <u>obedecia</u> logo e, à que fazia ouvidos moucos, ele enviava uma pedrada.” (M. de Assis) Uma e outra coisa lhe <u>desagradava.</u> ” (M. Bernardes) |

Continua.

| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
|--|---|---|
| 7- Núcleos substantivos coordenados por nem . Pronomes indefinidos substantivos coordenados por nem . | “É a nobre dama recém chegada, à qual nem o cansaço de trabalhosa jornada, nem o hábito dos cômodos do mundo puderam impedir... ” (A. Herculano) “ nem um nem outro desejavam questionar. ” (J. Paços d’Arcos) | “... nem Deus, nem o mundo lhes <u>dará</u> a mínima recompensa.” (A. Herculano) “ Nem um nem outro falou a verdade.” (Frei Luís de Sousa) |
| 8- Núcleos substantivos coordenados por ou . Pronomes substantivos indefinidos coordenados por ou . | “ O mal ou o bem dali <u>teriam</u> de vir.” (Diná Silveira de Queirós) | “a quem a doença ou a idade <u>impossibilitou</u> de ganharem o sustento...” (A. Herculano) “Anteontem perguntou-me qual deles levaria; respondi-lhe que um ou outro lhe <u>ficava bem</u> .” (M. Assis). |

Quadro 06a: Inclusão na dubiedade de conduta²⁵

| EXCLUSÃO | | |
|---|--------|---|
| Migração: permanência do estado | | |
| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| - Pronomes indefinidos adjetivos coordenados por ou + núcleo no singular | ? | Um ou outro rapaz virava a cabeça para nos olhar. (R. de Queiroz) “ Um ou outro vaga-lume <u>tornava mais vasta a escuridão.</u> ” (C. Lispector) |

Quadro 06b: Exclusão da dubiedade de conduta

²⁵ Exporemos nesse momento, os critérios de formatação do sexto quadro analítico. Como o objetivo central é reduzir o máximo de ocorrência num mesmo comportamento estrutural, ou seja, situações que apresentem a possibilidade de concorrência da privatização e da desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito (fenômeno identificado como **dubiedade de conduta**), a **inclusão** será a estratégia que orientará a organização do conjunto em questão. Assim, a primeira coluna horizontal indica a inclusão dos exemplos em que a dubiedade será o eixo organizador. A segunda coluna horizontal é tripartida, sendo o primeiro compartimento reservado à descrição das ocorrências e os outros dois dedicados, respectivamente, ao registro da privatização (a permanência da regra-mãe) e ao da desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito (discriminação). O eixo da verticalização nos dará o panorama de incidência desta dubiedade de conduta. Utilizaremos o recurso da cor azul para fazer ressaltar, nessa dubiedade, a presença da regra-mãe como princípio estruturador do estudo. A cor verde será utilizada para sinalizar os casos de discriminação em que a desprivatização é a opção normatizada pela GN. Tais casos, no entanto, convivem em ausência com a privatização, como traço estruturador. O registro dessas situações estará sinalizado no quadro por uma nova coluna horizontal que indicará a exclusão da ocorrência. Esta migrará para um terceiro quadro, por nós identificado como **permanência do estado**. O recurso visual para destacar o fenômeno e as respectivas ocorrências será a utilização da cor verde.

Neste ponto da reorganização dos casos particulares, desejamos fazer três ponderações a respeito do que o quadro já nos permite ver. Primeiro, se estamos buscando um elo estrutural, capaz de explicar e reduzir o número espoliante de casos de concordância verbal para fins mnemônicos, observamos, até o item oito, uma constante: trata-se daquilo a que chamaremos aqui **dubiedade de conduta** do verbo diante do núcleo.

O verbo pode flexionar-se em conformidade com o(s) núcleo(s) - **concordância canônica** -, ou pode atender aos apelos de um dos núcleos, no caso do sujeito composto, ou ainda flexionar-se em conformidade com o adjunto adnominal. Nas duas últimas opções, trata-se de **concordância não canônica**. O núcleo, portanto, é o elo estruturador, porque é o foco de referência da concordância verbal. Todas as oito situações podem, portanto, se reduzir a um só caso descritivo porque são regidas pelo mesmo mecanismo. Em outras palavras, o que temos até aqui são exemplos diversos que ilustram o mesmo comportamento estrutural em que convivem, como possibilidade, a privatização e a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito.

A segunda questão está relacionada aos sujeitos cujos núcleos são articulados pelas conjunções **nem** e **ou**. No nosso trabalho, já chamamos atenção para a maneira como cada um dos três gramáticos percebeu ou não a relação de identidade dessas ocorrências. Naquele momento, nosso objetivo era evidenciar o movimento intuitivo de “molarização” de Bechara e, em especial, de Cunha e Cintra. Agora, retomaremos a mesma situação, mas com outro objetivo: o de situar, na nossa proposta de molarização, a ocorrência do sujeito composto, cujo perfil compreende os pronomes adjetivos indefinidos articulados pela conjunção **ou**, seguidos de núcleo substantivo singular.

Rocha Lima (2008, p. 392), tratando como casos isolados os núcleos dos sujeitos articulados por **ou** e **nem**, assim se pronuncia em relação aos núcleos pronomes indefinidos: “*a expressão um ou outro, seguida ou não de substantivo, reclama o verbo somente no singular*”. Da mesma forma se manifesta em relação ao sujeito **nem um nem outro**: “*Também a expressão nem um nem outro, seguida ou não de substantivo, exige {grifo nosso} o verbo no singular.*” Em nota de pé de página, porém, faz a seguinte ressalva: “*Só excepcionalmente se encontrará o verbo no plural.*”

Com ponto de vista idêntico, em relação aos núcleos articulados por *ou* (normatização que só aparecerá na seção de concordância nominal (2001, p. 548), Bechara se pronuncia: “Com *um ou outro*, o substantivo também fica no singular e invariavelmente no singular aparece o verbo de que a expressão serve de sujeito.” Também (2001, p. 557) em relação ao sujeito composto por pronomes indefinidos, articulados por *nem*, assume o mesmo posicionamento de Rocha Lima, normatizando, como única possibilidade, a desprivatização e abonando o uso com exemplo próprio: “***Nem um nem outro compareceu ao exame.***”

Cunha e Cintra (2001, p. 513-514), como já vimos, tentando reduzir o número de casos, identificam certas semelhanças entre as concordâncias, quer de núcleos substantivos, quer de pronomes indefinidos *um/outro*, articulados por **ou** e por **nem**. Especificamente, no que se relaciona às expressões *um ou outro* e *nem um nem outro*, “empregadas como pronome substantivo ou como pronome adjetivo, exigem **normalmente** {grifo nosso} o verbo no singular “, apresentando-nos os exemplos como:

Um ou outro porco era cevado e as salgadeiras do Corrocovo suavizavam o inverno. (C. de Oliveira)

Anteontem perguntou-me qual deles levaria; respondi-lhe que **um ou outro** lhe ficava bem. (Machado de Assis)

No entanto, ao contrário do que afirmam os outros dois gramáticos, ponderam: “***Não é rara*** {grifo nosso}, *porém, a construção com o verbo no plural quando as expressões se empregam como pronome substantivo:*” Apesar da observação, os autores apresentam somente exemplos referentes a *nem um nem outro*.

Nem um nem outro puderam compreender logo toda a extensão e gravidade do mal. (A. Arinos)

Nem um nem outro desejavam questionar. (J. Paço d’Arcos)

Em relação à concordância verbal dos sujeitos compostos *nem um nem outro* e *um ou outro*, adotaremos aqui as orientações de Cunha e Cintra, pelos motivos que passamos a expor:

- a) porque das três gramáticas em análise, para efeito de estudo e consulta, a *Nova gramática do Português Contemporâneo* é a que mais se recorre, inclusive por ser considerada a mais didática;
- b) os autores gozam, ainda hoje, de voz de autoridade suficiente para orientar e atestar uma determinada conduta face aos assuntos normativos, quando existem discordâncias ou omissões em relação às gramáticas de Rocha Lima e de Bechara;
- c) é relevante ressaltar os propósitos da referida gramática em termos “*de guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo, escrita [...], para o presente momento de evolução da língua*” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. XIII) – finalidade que justifica a inserção das referidas ocorrências, em virtude de suas respectivas existências, enquanto variação, nos registros formais da atualidade;
- d) e por fim, porém não menos importante, reside o objetivo daquilo que nos interessa aqui: para efeitos didático-pedagógicos, a orientação de Cunha e Cintra nos permite incluir, num mesmo conjunto, o máximo de casos em que o verbo apresenta idêntico comportamento flexional – a dubiedade de conduta. Dizendo de outra forma, apesar de os autores não apresentarem exemplos, no momento em que têm poder para legislar por própria conta e risco, afirmam haver a privatização e desprivatização do núcleo do sujeito.

Depois de feitas as duas primeiras ponderações, passemos à terceira. Ela está relacionada ao exemplo presente na última compartimentação do quadro em estudo (diferenciado pelo recurso da cor). Nele aparece a estrutura de sujeito composto em que um dos núcleos foi elidido e o outro está presente no singular. O sujeito composto, com um dos núcleos em elipse, permite que o verbo se desprivatize para concordar como o outro núcleo em evidência. E é essa ocorrência que a GN elege como a desejável. Esse tipo de eleição, portanto, será excluído do conjunto de situações que ilustram o mesmo fenômeno – a dubiedade de conduta.

Mas a desprivatização é um conceito que se constitui em oposição à privatização. Mesmo sendo a desprivatização do verbo a única opção normatizada pelos gramáticos, a privatização está latente. Por essa subjacência, em diversos momentos, o sujeito com tal perfil (*um ou* outro + substantivo no singular) suscita a dúvida para muitas pessoas. Ainda, pelos motivos expostos, podemos dizer que, em tal situação, ocorre um fenômeno denominado **permanência do estado**: a

privatização coocorrerá em ausência com a desprivatização em presença, funcionando, metaforicamente falando, de modo especular. Como explica Silva: (2010, p.13)

A estratégia da EXCLUSÃO funciona como um contraespelho que refrata, de forma invertida, algum dado obtido no estudo. É essa inversão contraespecular que pode revelar a regra a ser obtida através da associação por contraste. Frequentemente a regra inferida a partir do processo de exclusão é formulada com a partícula **não**. Isso se dá pelo fato de se estar levando em consideração dados que já foram obtidos no estudo. Pegaremos esses dados e diremos que a nova regra se constrói a partir da negação da regra conhecida.

Diante do exposto, deslocaremos essa ocorrência para um terceiro quadro, a ser organizado, cuja essencialidade é o fenômeno da **permanência do estado**. Por isso ele não foi considerado o nono exemplo de um mesmo fator descritivo.

Retomando o que até então discorremos sobre o perfil comportamental do verbo face às estruturas do sujeito, temos até aqui três critérios de distribuição dos casos de concordância. Aqueles em que o verbo se mantém permanentemente flexionado em conformidade como o núcleo, fenômeno denominado **estado de permanência**. Aquele em que o verbo apresenta um comportamento dúbio, ora concordando com o núcleo, ora concordando apenas com um dos núcleos, ora, com o adjunto adnominal, fenômeno intitulado **dubiedade de conduta**. E as ocorrências em que o verbo se desprivatiza, mas subjaz a esse fenômeno comportamental a privatização, fato identificado como **permanência do estado**.

A seguir, dando continuidade à reorganização dos casos particulares, passemos à concordância do verbo **ser**. Antes de continuarmos apresentando o quadro de redução, gostaríamos de fazer algumas ponderações que justifiquem manter o referido verbo no conjunto dos casos em que **a dubiedade de conduta** é o fator relevante de tal arrumação. Para tanto, voltaremos a estabelecer uma conexão entre os estudos da concordância verbal e a **fundação** ontológico-organizadora da GN. Essa discussão nos interessa na medida em que nos permite explicar os casos marcados pela **dubiedade de conduta**.

7.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE A CONCORDÂNCIA DO VERBO SER

Do ponto de vista da ontologia clássica, uma declaração do tipo *Pedro é homem* é considerada a frase primeira. A proposição, como os filósofos a chamavam, tinha grande importância para tais estudos. Os filósofos entendiam que, por meio dela, podiam-se exprimir os juízos formulados pelo pensamento. Objeto da lógica aristotélica, a **proposição** se constitui na atribuição de um predicado (P) a um sujeito (S), em que S é P.

Aristóteles foi o primeiro filósofo a sistematizar os constituintes da proposição. As categorias aristotélicas ou termos são palavras que aparecem na proposição e representam tudo o que pensamos e dizemos. Assim, o **sujeito** (o SER) é uma substância ou a matéria-potência; o **predicado** se refere à estrutura e ao modo de ser da substância, ou ainda, são as propriedades atribuídas ao sujeito.

Aristóteles considera que os predicados são intrínsecos ao modo de existência do SER, já que este pode ser conhecido porque possui, por exemplo, propriedades como qualidades e quantidades. A conexão entre sujeito e predicado se faz por meio de uma palavra de mesma raiz: não é por acaso que o verbo **ser** representa também o estado permanente do SER (por exemplo, Garfield é gato). Quando, contudo, o atributo é o sujeito, o que é o sujeito, o que é o atributo, numa circunstância específica da enunciação? Observemos o exemplo a seguir:

O maior trabalho que tenho é os pastores com quem trato.” (Francisco Rodrigues Lobo)

O maior trabalho que tenho são os pastores com quem trato.

Os pastores com quem trato é o maior trabalho que tenho.

Os pastores com quem trato são o maior trabalho que tenho.

A fim de tentar dar resposta à nossa indagação, fomos ao *Dicionário de Linguística* (DUBOIS, 1973) levantar o conceito de **predicativo**, termo utilizado pela GN para nomear o atributo referente ao sujeito que se encontra no predicado. Encontramos a seguinte referência:

Para a gramática tradicional, predicativo é a maneira de ser ou a qualidade que o enunciado reconhece como pertencente a alguém ou a alguma coisa por meio de um verbo expresso ou subentendido: em *Nosso homem é louco*, *louco* é predicativo de um sujeito com o qual é relacionado por meio do verbo *ser* ou de um verbo similar (*parecer*, *tornar-se*). (...) O predicativo, em geral, coloca-se depois do verbo: *Ele é trabalhador*; mas a inversão é frequente em vários casos: (...) [uma delas ocorre] quando expresso por um pronome interrogativo ou relativo: *Quem é você?* Não é isso que você parece.

Consoante a informação do dicionário, podemos entender que a palavra gramatical (pronomes interrogativo e relativo) é o predicativo, a lexical é o sujeito. Em posição inversa estão Rocha Lima, Bechara, Cunha e Cintra. Vejamos na sequência o pronunciamento de cada um deles:

Tendo por sujeito o pronome interrogativo *quem*, o indefinido *tudo*, ou um dos demonstrativos neutros *isto*, *isso*, *aquilo*, o (*que*), e por predicativo um substantivo no plural -, é costume por neste número o verbo *ser*, mas não escasseiam exemplos em que ele aparece no singular. (LIMA, 2008, p. 504)
 Todavia, em alguns casos, o verbo *ser* se acomoda à flexão do predicativo, especialmente quando se acha no plural. São os seguintes os casos em que se dá essa concordância:

(...)

b) quando o sujeito é constituído pelos pronomes interrogativos *quem*, *que*, o *que*:

O que são comédias? (C. C. Branco)

Quem são os convidados?

Não sei quem são os vencedores. (BECHARA, 2001, p. 558)

Em alguns casos o verbo *ser* concorda com o predicativo. Assim: 1ª) Nas orações começadas pelos pronomes interrogativos substantivos *que?* e *quem?*

- *Que são seis meses?* (M. de Assis)

Quem teriam sido os primeiros deuses? (A. Sérgio)" (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 505)

Todos os gramáticos elegem o termo à esquerda do verbo como sujeito. Em frase como *O que são essas coisas?* A ordem é sujeito, cópula e predicativo. Em consequência dessa eleição, nos moldes normativos, em situações como essa, a concordância vai se dar com o termo que possui natureza representativa - o predicativo, fato que justifica a GN legislar a favor da desprivatização.

O confronto entre a identificação do que venha ser sujeito e predicativo, no dicionário de Dubois e nas três gramáticas aqui em estudo, só reforçam nossos argumentos, na medida em que expõem a fragilidade das fronteiras ontológico-sintáticas desses termos. Fragilidade evidenciada pelo confronto entre posicionamentos que evidenciam contradições.

Apesar das diferenças na identificação dos termos em relação aos gramáticos, Dubois (1973), no mesmo verbete, chama a atenção para o fato de que a relação sujeito/predicativo, quando tem como cópula o verbo *ser*, nem sempre é de

perfeito *alter ego*, remetendo-nos para os seguintes verbetes: *pertença*, *identidade* e *inclusão*.

Chama-se *pertença* o emprego predicativo do verbo *ser* exprimindo que um ser ou objeto faz parte de uma classe, como na frase – João é professor (João pertence à classe dos professores), por oposição aos sentidos de identidade e de inclusão.

Sentido de identidade é o emprego predicativo do verbo *ser* exprimindo a identidade de duas unidades, como Essa criança é Pedro (em que criança e Pedro são “identificados”), em oposição ao sentido de *pertença* e *inclusão*.

Sentido de *inclusão* é o emprego predicativo do verbo *ser* exprimindo a inclusão num conjunto como em Os professores são funcionários, o que significa que os membros da classe dos “professores” estão incluídos entre os membros da classe dos “funcionários”. O sentido de *inclusão* opõe-se ao sentido de *pertença* e de *identidade*.

A partir das considerações que acabamos de fazer e das referências do *Dicionário de Linguística*, encontramos no conceito de identidade o argumento que reforça o nosso entendimento em torno do que orienta os casos de concordância do verbo *ser*, presentes na GN, isto é, a questão ontológico-sintática dos termos sujeito e predicativo. Antes, porém, de observarmos as sequências de concordância no quadro organizacional, vamos fazer uma ressalva.

Quando a oração tem o verbo *ser* como cópula, os gramáticos usam, como critério para identificar o sujeito e o predicativo do sujeito, a ordem das palavras, em que o primeiro ocupa posição à esquerda do verbo. Apesar de termos argumentado no sentido de mostrar a fragilidade tanto do critério posicional, quanto do critério da força representativa, adotaremos as orientações da GN, a fim de, didaticamente falando, termos um instrumento referencial para o estudo da concordância do verbo *ser*. Trabalhar com esse referencial, não significa um olhar cego para as suas contradições. Do ponto de vista didático-pedagógico, tem-se tornado muito pouco produtivo inculcar determinados conceitos lacunares em olhos atentos e problematizadores, como são os de muitos alunos. Assim, mesmo do ponto de vista didático, estamos buscando uma coerência teórica para o estudo: a concordância verbal é um assunto sobre o substantivo-sujeito. Além disso, devemos considerar que o ensino-aprendizagem não deve continuar investindo na crença da existência de respostas absolutas, mas, e principalmente, na problematização de outras respostas possíveis. Afinal, como se tem dito à larga: “mais importante do que as respostas são as indagações.” Diríamos nós, as indagações são resultado de um processo de conhecimento verdadeiramente produtivo.

Quando argumentamos, chamando a atenção para a complexidade que encerra a identificação das fronteiras entre os dois termos, queremos evidenciar que a variação de concordância verbal com o predicativo ainda é uma questão relacionada ao substantivo-sujeito: o predicativo determina o núcleo substantivo-sujeito, só que presente no predicado. Na verdade só existem dois contextos de concordância verbal que competem com o substantivo - núcleo do sujeito: a concordância com o adjunto adnominal e a concordância com o predicativo. Ambas as situações estão referenciadas no substantivo – núcleo do sujeito, ou, ontologicamente falando, na identificação do SER. Ainda em outras palavras, tanto o adjunto adnominal como o predicativo são determinantes do núcleo do sujeito. Assim todos os exemplos que constam no quadro organizacional e que tomam os termos sujeito e predicativo como referência foram retirados das gramáticas em estudo e estão em conformidade com as funções sintáticas identificadas por seus autores. Feitas as ressalvas, continuemos com o nosso processo de análise.

Continuação do Quadro 06

| CASO PARTICULAR (VERBO SER) | | |
|---|--|---|
| INCLUSÃO: dubiedade de conduta | | |
| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| 9 - Núcleo pronome pessoal e núcleos substantivos próprios na função (ou posição?) de sujeito ou de predicativo | <p>“Todo eu <u>era</u> olhos e coração.” (M. de Assis)</p> <p>Ovídio é muitos poetas ao mesmo tempo, e todos excelentes.” (A. F. de Castilho)</p> | <p>“O Brasil, senhores, <u>sois</u> vós.” (R. Barbosa)</p> <p>“Na minha terra o rei <u>sou</u> eu.” (A. Herculano)</p> <p>“(…) meu caminho não <u>sou</u> eu, é outro é os outros.” (C. Lispector)</p> |
| 10 - Pronomes <i>indefinidos, ou demonstrativos neutros</i> , (na posição de suj. ou predicativo do suj.) | <p>“Tudo <u>é</u> alegrias.” (Bechara)</p> <p>“Tudo que aí esta é os dotes do meu irmão.” (G. Dias)</p> <p>“Tudo <u>é</u> flores no presente.” (G. Dias)</p> | <p>“Tudo isto <u>eram</u> sintomas graves.” (M. de Assis)</p> <p>“Isto não <u>são</u> conversas para ti, pequena.” (F. Namora)</p> |
| 11 - Núcleos <i>substantivos</i> na função de sujeito ou predicativo | <p>A Justiça [é tudo], é as virtudes todas...” (A. Garrett)</p> | <p>“O horizonte das terras mais afastadas <u>são</u> cordilheiras agras.” (C.C. Branco)</p> |

Quadro 06c - Inclusão na dubiedade de conduta: verbo ser

Pelo o que o quadro nos acenou, só a questão ontológico-identitária entre o sujeito e o predicado estará presente nos casos de concordância do verbo *ser*, arrolados pela GN.

As demais sentenças, em que o verbo também é cópula (*os professores são funcionários* e *João é professor*), porque envolvem, não a identificação dos termos sujeito e predicado, no sentido estrito, mas a inclusão de uma categoria subgenérica numa categoria mais geral e um SER (João) que pertence a uma subcategoria não oferecem dúvidas quanto à questão da concordância.

Exatamente porque a relação entre sujeito e predicado é outra, as sentenças em que há a relação de inclusão e de pertença não requisitam a dúvida do falante de língua materna, quanto ao fato de a concordância poder recair sobre sujeito ou predicativo. Observemos que em “*Justiça são as virtudes todas*”, os elementos do predicativo compõem todos os traços identitários de sujeito. Por essa configuração tão intimamente imbricada, outra realização é possível: *Justiça é as virtudes todas*.

Examinando, portanto, o quadro de concordância do verbo *ser*, a partir da estratégia da fundação, ou seja, da atividade que leva à investigação de seus princípios ontológicos, percebemos que tanto o sujeito como o seu predicativo, na condição de íntima relação de identidade, competem em termos de coerção formal sobre o comportamento verbal: somente o substantivo próprio (principalmente em se tratando de substantivo-pessoa) e o pronome pessoal requisitam exclusividade sobre o comportamento flexional do verbo. Mas essas duas categorias gramaticais também vão gerar um sentimento muito tênue na percepção do falante em relação aos limites do que seja o sujeito e o predicativo do sujeito. Tudo isso, em virtude da relação identitária, conforme acenam os seguintes exemplos : *Ovídio é muitos poetas; Muitos poetas é Ovídio; Ovídio sou eu; Eu sou Ovídio*. A propósito dos exemplos, tornamos a indagar: o que é o sujeito; o que é o predicativo do sujeito? Em outras palavras, a privatização e a desprivatização estão relacionadas à identidade que envolve os dois termos, na medida em que um termo é desdobramento da especificidade do outro. Desse modo, as questões de concordância sofrem determinações em decorrência da palavra que ontologicamente mais representa esse SER. Para quem não está metapositionado, o termo ontologicamente mais forte seria entendido como sujeito.

Pelo exposto, a **dubiedade de conduta** marca significativa parte das situações de concordância do verbo **ser**, que ocorrerá em função não das posições sintáticas, mas dos valores ontológicos: primeiramente, para fazer a referida concordância, deve-se observar a presença do pronome pessoal (O Brasil são **vocês/Vocês** são o Brasil – termo que remete mais explicitamente à natureza do SER)), em segundo plano, a presença do substantivo próprio (**O Brasil** é muitas coisas juntas/Muitas coisas é **o Brasil**). Ambos – o pronome pessoal e o substantivo próprio - se sobrepõem a todas as palavras que se colocarem nas frágeis posições de sujeito ou de predicativo do sujeito. Em terceiro plano, recomenda-se observar a proeminência das palavras lexicais sobre as demais palavras gramaticais (Tudo são **flores**/Tudo é **flores**, sendo a primeira ocorrência a preferência normativa). Em quarto plano, palavras lexicais (substantivos comuns) competem entre si quanto à concordância com o sujeito ou com o predicativo.

Cunha e Cintra, (2001, p. 506), ao justificar a concordância que se processa quando se têm em questão os pronomes, *isto*, *aquilo*, *tudo*, nos confirmam os motivos ontológicos que, a nosso ver, valem para as situações de concordância do verbo *ser*, pontuadas pela GN:

Tal concordância explica-se pela tendência que tem o nosso espírito de preferir destacar como sujeito o que representamos por palavra nocional, pois esta alude a realidades mais evidentes.

Esse princípio está presente também nas situações em que a desprivatização é a única opção normatizada, conforme podemos verificar no *Quadro 06d*:

| EXCLUSÃO: Migração para permanência do estado | | |
|--|--------|--|
| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| Pronomes interrogativos | ? | “O que <u>são</u> comédias?” (C.C. Branco) “Quem <u>eram</u> os convidados?” (Bechara) |
| Sujeito de expressão numérica com predicativo no singular. | ? | “Oito anos sempre <u>é</u> alguma coisa.” (C. D. Andrade) “Quinze anos <u>era</u> muita coisa, mas para elas zito, ainda era um menino.” (A. Dourado) “Sessenta mil homens <u>é</u> para casa tão pequena.” (Rebelo Silva) |

Quadro 06d -: Exclusão da dubiedade de conduta: verbo ser

O princípio lógico-representativo da realidade, como podemos constatar, determina ainda a concordância verbal de frases em que o sujeito(?) é constituído por pronomes interrogativos e o predicativo (?), por substantivo (“*Quis saber quem eram os meus pais e o que faziam*”, *O que são comédias*”). Também, em “*Oito anos sempre é alguma coisa.*”, se considerarmos, consoante a GN, que a expressão de maior valor ontológico é o substantivo *coisa* (núcleo do predicativo do sujeito), o verbo se desprivatiza do núcleo do sujeito, flexionando-se em conformidade com o núcleo do predicativo.

A necessidade de a GN legislar a favor da desprivatização (o verbo concorda com o predicativo), advém da possibilidade subjacente da concordância com o sujeito. Afinal, o aluno-leitor no processo de interiorização da norma canônica, poderá tê-la como contraponto, estendendo suas indagações para as seguintes situações: *O que são comédias?* ou *O que é comédias?* *Quinze anos são muita coisa?* ou *Quinze anos é muita coisa?*

Em função do que explanamos, podemos concluir que, pelo fato de a GN firmar como norma a desprivatização número-pessoal, excluiremos as duas situações em pauta do conjunto de ocorrências cujo comportamento do verbo se

caracteriza pela dubiedade de conduta, para incluí-las num terceiro conjunto em que a permanência do estado será o perfil.

Continuando a sequência de estudo do verbo *ser*, existe um tipo concordância que se faz com a oração substantiva reduzida de infinitivo. Examinando os exemplos das três gramáticas, podemos verificar tratar-se de orações subjetivas em que a cópula relaciona a oração principal (correspondente ao predicado) à sua subordinada (o sujeito oracional). Em outras palavras, temos aqui a estrutura oracional, sujeito e predicado, com presença do predicativo do sujeito. A correspondente estrutura sofre as mesmas determinações da oração simples com sujeito composto.

Em se tratando de sujeito oracional composto e predicativo no singular, o verbo se desprivatiza do sujeito, concordando com o predicativo. Observemos os exemplos a seguir:

“E [dizer] e [fazer] era um relâmpago.” (C.D. de Andrade)

“[Olhar] e [ver] era para mim um recurso de defesa.” (J. Lins do Rego)

“[Fazer] e [escrever] é a mesma coisa.” (J. de Araújo Correia)

“[Vê-lo] e [amá-lo] foi obra de um minuto.” (R. de Quirós)

Os três autores estudados são unânimes quanto à normatização da concordância do verbo com os sujeitos infinitivos, embora Rocha Lima, Cunha e Cintra acrescentem uma nova informação, no que diz respeito a esses sujeitos:

Fica no singular o verbo que se refere a vários sujeitos expressos por orações, quer iniciadas por conectivo, quer reduzidas. (...) No caso de os sujeitos exprimirem contraste de ideias, usa-se o plural. (ROCHA LIMA, 2008, p. 398)

Quando os sujeitos são dois ou mais infinitivos, o verbo fica no singular. (...) Mas o verbo pode ir para o plural quando os infinitivos exprimirem ideias contrárias. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 511)

Pelo o que vimos, no que se relaciona aos verbos de ligação nas orações subordinadas substantivas subjetivas, permanece a mesma relação identitária entre sujeito e predicativo, observada nas orações absolutas. O verbo substantivado, na função de núcleo do sujeito vai concorrer com o predicativo no plural, cujo núcleo é um substantivo. Se existe uma relação de identidade entre os dois termos, é o predicativo na condição de núcleo substantivo, portanto, que dá “substância ou corpo” ao sujeito.

Esse fato novamente nos remete à fala de Cunha e Cintra, já transcrita nessa tese, quando os autores justificam a tendência de o verbo ajustar-se à palavra com maior valor ontológico, nas posições reversíveis de sujeito e predicativo do sujeito. Melhor dizendo, o SER é mais evidente no substantivo (núcleo do predicativo) do que na substantivação (núcleo do verbo-sujeito). Assim, pelo o que observamos no conjunto de exemplos colhidos nas gramáticas, tais concordâncias podem ser justificadas pela força ontológica que o núcleo substantivo, constituinte do predicativo, confere ao sujeito. Observemos os exemplos e as respectivas versões:

- a) “[**Usar a razão**] e [**amar**] são duas coisas que não se ajuntam.” (Antônio Vieira)
 [**Usar a razão**] e [**amar**] são coisas conciliáveis.
- b) “[**Olhar**] e [**ver**] era para mim um recurso de defesa.” (J. Lins do Rego)
 [**Olhar**] e [**ver**] eram para mim recursos de defesa.
- c) “[**Fazer**] e [**escrever**] é a mesma coisa.” (J. de Araújo Correia)
 [**Fazer**] e [**escrever**] são atitudes idênticas.

Em virtude de nossa exposição, não podemos concordar com os autores, quando afirmam ser fator determinante a flexão do verbo na terceira pessoa do plural, no caso do verbo-cópula, para se ajustar aos núcleos dos sujeitos oracionais, que expressam ideias contrárias. Se nos detivermos no predicado das frases transcritas, notaremos que os núcleos substantivos do predicativo têm maior força ontológica do que os verbos na função de núcleo do sujeito.

Em todas as frases exemplares, temos o predicativo, que, por ser predicativo, reforça a identidade do sujeito, como faz o adjunto adnominal. O sujeito e o predicativo, semelhantes ou distintos no aspecto circunstancial, aproximam-se pela identidade do SER *coisa*, do SER *recurso*, do SER *atitude*. Na perspectiva do que acabamos de expor, se os núcleos do sujeito não têm reforçados pelos respectivos atributos seu *status* de substantivo, tornando-se uma entidade mais abstrata, perde a prerrogativa de privatizar o verbo em número e pessoa; em situação contrária, os núcleos do sujeito e o predicativo, harmonizados sintaticamente um com o outro, permitiram a realização da concordância canônica. Assim o panorama para essas ocorrências está organizado na continuação do Quadro 06.

| CASO PARTICULAR | | |
|--|---|--|
| INCLUSÃO: dubiedade de conduta | | |
| DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DO VERBO SER | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| 12 - Sujeito infinitivos | [Olhar] e [ver] eram para mim recursos de defesa. | “[Olhar] e [ver] era para mim um recurso de defesa.” (J. Lins do Rego) |

Quadro 06e - Inclusão na dubiedade de conduta: verbo ser II

Sobre a concordância do verbo *ser*, temos ainda uma questão a ponderar: o seu emprego nas orações sem sujeito. Esse será o assunto da próxima seção.

7.4. A SUCATA MNEMÔNICA

Dissemos, na introdução e no capítulo III da tese que o objeto de nossa pesquisa seriam as orações cuja concordância verbal se dá com o sujeito marcado formalmente na oração. Assim o que a GN denomina como orações sem sujeito não farão parte do nosso estudo.

Além do mais, conforme salienta Silva (2010, p.18), toda área de produção do saber formal apresenta determinadas situações difíceis de disciplinar. Em se tratando de linguagem, especialmente por seu caráter dispersivo, tentar disciplinar todos os fatos, numa só etapa, significa, muitas vezes, não avançar.

Há casos que não podem ser explicados. Na maioria das vezes, eles discrepam das regras formuladas por conta daquilo que o uso faz deles ou porque as autoridades legisladoras das normas da língua padrão decidiram. Para esses casos, reservamos em nossa metodologia um compartimento que denominamos de SUCATA MNEMÔNICA. A SUCATA MNEMÔNICA é aquele resíduo que não coube em nenhuma estratégia por nós estabelecida e que, por isso, para ser retido, deve ser memorizado. Costumeiramente, esse resíduo se constitui de menos de dez por cento do estudado.

Nesse momento, cabe lembrar que esta pesquisa tem por primeiro objetivo a redução das muitas regras de concordância verbal apresentadas pela GN, a fim de, como segundo objetivo, poder permitir que a aquisição desse conhecimento escolar não se dê de modo oneroso, sobrecarregando a memória do aluno-leitor.

Sabemos que a memória onerada cria precários mecanismos de retenção. Em conseqüência, fica no seu acervo parte muito aquém do conhecimento que, de alguma forma, foi possível guardar, pelas poucas conexões de significâncias de um estudo que explora apenas o que a memória permite reter.

Como reconhecemos a importância de o estudante ter acesso aos padrões normativos de concordância, referentes a usos frequentes do verbo *ser* (*São oito horas./ Hoje são cinco / é dia cinco./De casa ao trabalho são trezentos metros.*), *fazer* (*Faz cinco anos.*) e *haver* (*Havia muitas casas velhas.*), a sucata mnemônica é, pelo menos momentaneamente, a estratégia que, no estudo em questão, sinaliza para o que deve simplesmente ser memorizado. No entanto, cremos ser bastante estimulante, para o aluno-leitor, perceber que o quantitativo já não representa um massacre mnemônico. Por isso mesmo, apesar da delimitação de nosso estudo, não expurgaremos os verbos relacionados a *ser*, *fazer* e *haver* do acesso de conhecimento necessário ao aluno-leitor.

7.5. O LUGAR DO PRONOME RELATIVO NO QUADRO DA CONCORDÂNCIA VERBAL

Em virtude do exposto, retomemos o andamento explanatório de nosso estudo. Vejamos, agora, a concordância das orações que envolvem pronomes relativos.

| CASO PARTICULAR | | |
|--|--|---------------|
| EXCLUSÃO: migração para o estado de permanência | | |
| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| Sujeito relativo que - retoma sujeito da or. principal | “Foram eles que criaram o Brasil...” (G. Amado) | ? |
| Sujeito relativo que retoma a) sujeito da principal ou b) predicativo da principal | “Por que a verdade é que somos nós os que fabricamos os próprios aspectos da natureza (...)” (J. Ribeiro) “Éramos dois sócios que entravam no comércio da vida com diferente capital.” (M. Assis) | ? |
| Sujeito relativo quem ou sujeito relativo quem , que retoma sujeito da principal | “Fui eu quem a matou. ” (A. F. de Castilho) “Sou eu quem prendo aos céus a terra.” (G. Dias) | ? |
| Sujeito pronome relativo que a) núcleo do predicativo b) adjunto adnominal do predicativo | “O homem fora um dos que não resistira a tal sortilégio.” (F. Namora) “Este era um dos que mais se doíam do procedimento de D. Leonor.” (A. Herculano) | ? |

Quadro 06f – Exclusão da dubiedade da conduta: pronome relativo

Antes de darmos início às explicações necessárias à organização que pretendemos conferir à concordância do pronome relativo, gostaríamos de fazer uma observação, relacionada ao fato de o estudo da concordância verbal estar quase que exclusivamente centrado na oração absoluta. São apenas dois os contextos em que a GN se atém a estudar a concordância dos sujeitos presentes no período composto. O primeiro deles, como vimos, é o caso dos sujeitos oracionais; o segundo está relacionado aos sujeitos (pronome relativo) das orações adjetivas.

Sabemos que o pronome relativo introduz uma oração adjetiva. O seu papel é retomar o termo em função substantiva antecedente a ele. Numa oração como *Fui eu // que pedi o dinheiro*, o único termo, de função substantiva, possível de ser retomado pelo relativo é o pronome *eu*. A retomada do pronome pessoal pelo

relativo vai permitir ao segundo exercer, no interior da oração subordinada, a função de sujeito. Nesse contexto sintático, a concordância do verbo com o termo que o pronome relativo substitui, no interior da oração subordinada, revela uma situação de privatização número-pessoal do núcleo do sujeito. A ocorrência presente no primeiro compartimento de estudo dos relativos, por conseguinte, será inserido no quadro do estado de permanência – a regra geral.

As demais situações também serão incluídas no mesmo quadro. Só que elas apresentam uma particularidade digna de menção. Há, com exceção de uma ocorrência, uma dupla possibilidade de concordância, mas não caracterizam dubiedade de conduta do verbo. Isto porque este vai sempre concordar com o sujeito, não ocorrendo, portanto, o fenômeno da desprivatização. A variação de concordância está relacionada ao termo recuperado pelo relativo.

Para analisarmos o seu contexto sintático, partiremos dos seguintes exemplos:

a) *Fui eu// que comprei o livro.*

Na ocorrência presente em –a, o relativo retoma, na oração principal, o único termo de função substantiva, que também exerce a função de sujeito na oração subordinada. Já que só há um termo para ser retomado, a concordância será única.

b) *Fui eu a única pessoa // que comprei/comprou o seu livro.*

Fato diferente acontece em –b, o pronome relativo, sempre na função de sujeito, pode retomar, da oração principal, ou o sujeito (*eu*) ou o predicativo (*a única pessoa*).

c) *Sou eu // quem trata/trato dos animais.*

O pronome quem é o único que possui envergadura formal de pessoa. Esse pronome, por sua especificidade, pode recuperar um antecedente, desde que na função substantiva-pessoa, indo o verbo para o número e a pessoa do termo retomado por ele. Mas pode também, por seu corpo substantivo de terceira pessoa do singular, levar o verbo para o mesmo número e pessoa. Dessa forma, também esse pronome pode apresentar duas possibilidades de concordância, mas sempre na função de sujeito da subordinada.

d) *A enfermeira foi uma das profissionais // que mais se importou/importaram com a fragilidade da criança.*

A ocorrência –*d* tem na oração principal o predicativo do sujeito, composto de núcleo, acrescido de adjunto adnominal. O relativo, sempre na função de sujeito da subordinada, pode retomar ou o núcleo do predicativo, ou o seu adjunto adnominal. Fato que também gera duas concordâncias, em conformidade com a norma canônica.

Do exposto, depois de analisadas as concordâncias relacionadas ao emprego dos pronomes relativos *que* e *quem*, incluiremos essas ocorrências no quadro reservado exclusivamente à privatização número-pessoal do núcleo do sujeito. Apesar de duas possibilidades de concordância, motivadas pelo comportamento do pronome relativo, o verbo se mantém sob o controle do sujeito da oração subordinada, fato que caracteriza o estado de permanência.

A seguir, em virtude da análise que fizemos sobre o estudo da concordância verbal nas gramáticas por nós estudadas, podemos apresentar a nova organização do assunto, em outras palavras, o placar qualitativo. Assunto da última seção desse capítulo.

7.6. RESUMO MNEMÔNICO

Da molecularização nublante para a molarização revelante/relevante – o placar qualitativo: 1X2

Das **25 (vinte cinco)** ocorrências por nós analisadas, ao longo de todo o nosso trabalho, **22 (vinte e duas)** apresentam a concordância verbal em conformidade com a regra geral. Isto significa dizer: sofrem o fenômeno da PRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO, já que este núcleo determina a pessoa e o número do verbo.

Contudo, **10 (dez)** destas **22 (vinte e duas)** ocorrências apresentam exclusivamente a privatização como única realização e, por isso, vamos inseri-las na **regra geral - estado de permanência -**, conforme observamos no *Quadro I*:

| REGRA GERAL: ESTADO DE PERMANÊNCIA | |
|---|--|
| Privatização número-pessoal do núcleo do sujeito | |
| 1- A chuva <u>descia</u> torrencialmente / Vales e montanha <u>sofreram</u> a devastação das chuvas. | |
| INCLUSÃO | |
| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | EXEMPLOS |
| 2 - Núcleo de diferentes pessoas do discurso | Ou tu ou eu <u>estaremos</u> em casa. Nem ele nem eu <u>sabemos</u> do livro. Tu assim como eu <u>esperamos</u> notícias suas. Tu e ele <u>sabeis</u> de minha sinceridade. Você e ele <u>sabem</u> de minha sinceridade. |
| 3 - Núcleo pronome indefinido, com função coesiva | Conselhos, apelos, choros, nada me <u>faria</u> voltar atrás. |
| 4- Núcleo pronome interrogativo, ou indefinido, ou demonstrativo no singular | Quem de nós já <u>viu</u> um OVN? Qual de vocês já <u>recebeu</u> a nota? Nenhum de vocês <u>conhece</u> minha história. Aquele entre todos <u>era</u> o mais entusiasmado. |
| 5- Núcleo (substantivo numeral ou núcleo substantivo restrito por numeral) de sujeito encabeçado por locução prepositiva | Obra de meia tonelada <u>se</u> perdeu. Mais de uma pessoa <u>assistiu</u> à barbárie. Menos de duas pessoas <u>estiveram</u> presentes. Cerca de mil candidatos <u>fizeram</u> a prova. Perto de cinquenta não <u>receberam</u> o salário. |
| 6- Núcleo do sujeito de frase de passiva pronominal | Não <u>se</u> <u>perdem</u> cinco contos , como <u>se</u> <u>perde</u> um lenço . |
| 7- Núcleo sujeito relativo que - retoma sujeito da or. principal | Fui eu // que <u>fiz</u> a pesquisa. |
| 8- Núcleo sujeito relativo que RETOMA a) sujeito da principal ou b) predicativo da principal . | Nós éramos duas pessoas // que <u>se</u> <u>sentiam</u> perdidas naquele ambiente. Nós éramos duas pessoas // que nos <u>sentíamos</u> perdidas naquele ambiente. |
| 9- Núcleo sujeito pronome relativo que RETOMA c) núcleo do predicativo da oração anterior ou d) adjunto adnominal do predicativo | Nós não somos um daqueles políticos // que <u>pratica</u> somente a falácia. Nós não somos um daqueles políticos // que <u>praticam</u> somente a falácia. |
| 10- Núcleo sujeito pronome relativo quem ou pronome relativo quem RETOMA sujeito da principal | Fui eu quem <u>comprou</u> o livro. Fui eu quem <u>comprei</u> o livro. |

Quadro I - Regra geral: estado de permanência

Dentre as **22** (vinte e duas) ocorrências, **12** (doze) estão enquadradas no **caso particular I - dubiedade de conduta**: ou seja, além de sofrerem o fenômeno da PRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO, podem também gozar do direito de usufruir da prerrogativa da DESPRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO, isto é, o verbo pode não ter que moldar seu número e pessoa ao número e pessoa do núcleo do sujeito (*Quadro II*).

| CASO PARTICULAR I: DUBIEDADE DE CONDUTA | | |
|--|--|---|
| INCLUSÃO | | |
| DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DAS OCORRÊNCIAS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| | EXEMPLOS | |
| 11 – Núcleo coletivo ou partitivo + adj. adn. no pl. | A maior parte dos papéis se <u>perdeu</u> na água. | A maior parte dos papéis se <u>perderam</u> na água. |
| 12 – Núcleo pron. Interrogativos, demonstrativos, indefinidos no PL + adj. adn. | Quantos dentre nós <u>trabalham</u> mais do que o necessário? | Quantos dentre nós <u>trabalhamos</u> mais do que o necessário? |
| 13 – Núcleos articulados por séries aditivas. | Tanto <u>um como outro</u> não se <u>preocuparam</u> em chegar na hora marcada. | Tanto <u>um como outro</u> não se <u>preocupou</u> em chegar na hora marcada. |
| 14 - Núcleos ligados por com . | A galinha <u>com os pintinhos</u> <u>ciscavam</u> no quintal da vizinha. | A galinha <u>com os pintinhos</u> <u>ciscava</u> no quintal da vizinha. |
| 15 - Núcleos subst. coord. por e . posposto ao verbo. | <u>Brilhavam</u> a lua e a estrela no mesmo infinito. | <u>Brilhava</u> a lua e a estrela no mesmo infinito. |
| 16 - Núcleos pronomes indefinidos coord. por e . Núcleo substantivo, antecedido de pronomes adjetivos indefinidos, coordenado por e . | <u>Um e outro</u> <u>tinham</u> bem a noção do tempo. Mas uma e outra coisa não se <u>relacionam</u> necessariamente. | <u>Um e outro</u> <u>tinha</u> bem a noção do tempo. Uma e outra coisa não se <u>relaciona</u> necessariamente. |
| 17- Núcleos substantivos coordenados por nem . Núcleos pronomes indefinidos substantivos coordenados por nem . | <u>Nem o pai nem o irmão</u> <u>souberam</u> do acidente com o filho mais novo. Nem um nem outro <u>perceberam</u> a falha do juiz. | <u>Nem o pai nem o irmão</u> <u>soube</u> do acidente com o primo mais novo. Nem um nem outro <u>percebeu</u> a falha do juiz. |
| 18- Núcleos substantivos coordenados por ou . Núcleos pronomes substantivos indefinidos coordenados por ou . | <u>O açúcar ou o sal</u> <u>faziam</u> mal ao paciente. Qualquer que fosse o vestido, um ou outro <u>lhe ficavam</u>. | <u>O açúcar ou o sal</u> <u>fazia</u> mal ao paciente. Qualquer que fosse o vestido, um ou outro <u>lhe ficava</u> bem. |

Quadro II - Caso particular I: dubiedade de conduta

| CASO PARTICULAR I: DUBIEDADE DE CONDUTA | | |
|---|---|---|
| INCLUSÃO | | |
| DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| 19 - Núcleo pronome pessoal ou núcleos substantivos próprios na função (ou posição?) de sujeito ou de predicativo | Ele <u>era</u> os olhos e a cabeça da empresa. O Brasil <u>é</u> muitas culturas ao mesmo tempo. | A cabeça e os olhos da empresa <u>era</u> ele . Muitas culturas ao mesmo tempo é o Brasil . |
| 20- Núcleos pronomes indefinidos, ou núcleos demonstrativos neutros, (na posição de suj. ou predicativo do suj.) | Tudo <u>é</u> flores. | Tudo <u>são</u> flores. |
| 21 - Núcleo substantivo comum na função de sujeito ou predicativo | A jogada armada <u>foi</u> as esperanças frustradas da torcida. | A jogada armada foram as esperanças frustradas da torcida . |
| 22 – Núcleos de sujeitos infinitivos | Ver e sentir o cheiro <u>eram</u> os primeiros passos da degustação. | Ver e sentir o cheiro <u>era</u> o primeiro passo da degustação. |

Quadro IIA - Caso particular I: dubiedade de conduta (verbo ser)

Só nas **03** (três) ocorrências seguintes, a opção única é a DESPRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO, isto é, o verbo não molda seu número e pessoa ao número e pessoa do núcleo do sujeito, conforme podemos constatar (*Quadro III*):

| CASO PARTICULAR II: PERMANÊNCIA DO ESTADO | | |
|---|----------|---|
| INCLUSÃO | | |
| DESCRIÇÃO ESTRUTURAL DAS OCORRÊNCIAS | REGRÃO | DISCRIMINAÇÃO |
| | EXEMPLOS | |
| 23- Pronomes indefinidos adjetivos coordenados por ou + núcleo no singular | ? | Um ou outro homem <u>contemplava</u> a planilha. |
| 24- Núcleo pronomes interrogativo | ? | O que <u>são</u> batistérios ? Quem <u>eram</u> os Deuses gregos ? |
| 25 – Núcleo no plural determinado por numeral + predicativo no singular | ? | Sessenta pessoas não <u>é</u> suficiente para ocupar o salão. |

Quadro III - **Caso particular II: permanência do estado**

Considerando tais padrões, vimos serem três os perfis comportamentais do verbo diante do sujeito, em outras palavras, serem **três** os casos de concordância verbal.

O primeiro deles, com dez ocorrências, está determinado pelo fato de o núcleo privatizar, em número e pessoa, o verbo que se mantém **em estado de permanência**. No segundo caso, o verbo apresenta um comportamento de **dubiedade de conduta** com doze ocorrências. E, finalmente, o terceiro caso, configurado pela **permanência do estado**, apresenta três ocorrências de desprivatização, normatizadas pela GN.

7.7. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS SOBRE O RESUMO MNEMÔNICO.

Tendo apresentado o panorama da nossa reorganização, ressaltamos a importância de se observar, para fins aplicativos²⁶, os sujeitos cujo perfil permite ao verbo a possibilidade da dubiedade de conduta (ocorrência da PRIVATIZAÇÃO, e da DESPRIVATIZAÇÃO NÚMERO-PESSOAL DO NÚCLEO DO SUJEITO).

O primeiro perfil está relacionado ao sujeito simples que apresenta ou um núcleo coletivo-partitivo (*uma **porção** de batatas, **metade** das pessoas*) ou um núcleo no plural (**quais** dentre nós, **alguns** de nós), seguido de um adjunto adnominal no plural. Esse adjunto é sempre introduzido pela preposição *de*²⁷ (e respectivas contrações flexionadas), conforme se pode verificar na seguinte estrutura subjetiva: *A maioria dos homens chegou//chegaram; Muitos dentre nós não conseguiram//conseguimos chegar.*

O segundo perfil de sujeito simples é aquele atrelado, pelo verbo *ser*, ao seu predicativo. Nesse caso o que vai orientar o comportamento dúbio do verbo é a força ontológica de um desses dois termos. Recuperemos alguns exemplos: *As maiores esperanças é você; Mário foi muitas facetas profissionais.*

O terceiro perfil envolve a estrutura do sujeito composto, em que ocorrem núcleos ligados por conectivos de valor aditivo, tais como: *nem, como, tanto ...como* etc. O verbo pode se ater aos dois núcleos ou pode concordar apenas com um deles. É o que o exemplo seguinte ilustra: *Nem um nem outro chegou// Chegaram.*

Ainda em relação ao sujeito composto – quarto perfil -, outro componente que gera a dubiedade de conduta do verbo é o fato de os núcleos aparecem, na maior parte das vezes, pospostos ao verbo, fato exemplificado pela seguinte ocorrência: *Chegou//Chegaram o bem e a paz nesta casa.*

Uma última questão relevante para a finalidade aplicativa está relacionada à orientação que se deve dar ao aluno, no sentido de fazê-lo perceber a discussão a ser travada. No conjunto relacionado à dubiedade de conduta e à permanência do

²⁶ Quando estamos falando em *fins aplicativos*, estamos nos referindo aos expedientes utilizados para que o aluno-leitor possa “visualizar” as estruturas de sujeitos envolvidos na concordância verbal.

²⁷ Queremos chamar a atenção sobre a relevância da ocorrência da preposição *de* na referida estrutura, mesmo no caso de *quantos dentre nós, quais dentre vós*, é essa preposição que figura, já que *dentre* é resultado da contração de *de+entre*.

estado do verbo, das quinze estruturas de sujeito, apenas **uma** coloca em pauta, para efeito de concordância, a privatização e a desprivatização do núcleo em número e pessoa. Essa proporção ganha visibilidade em consequência da migração das estruturas de sujeito de composto, em que vigora a primeira pessoa do discurso, para a situação do estado de permanência, ou seja, para a regra geral. Também a proporção que envolve o caso de permanência do estado é significativa: das dez ocorrências, seis envolvem apenas a discussão numérica.²⁸

Por último, resta-nos ressaltar que o título dessa seção acena para comentários sobre o placar qualitativo da concordância verbal(2X1) que serão feitos agora.

Antes, porém, faremos uma distinção a respeito do sentido que estamos atribuindo às palavras *caso e ocorrência* no nosso estudo. Para nós, a primeira palavra expressa as relações que nomes, pronomes e adjetivos mantêm entre si e, em virtude desses arranjos, determinam, segundo os ditames normativos, o comportamento flexional do verbo. Estamos aqui nos referindo ao eixo do paradigma dessas relações. Por outro lado, as ocorrências são o revestimento variado desses poucos padrões presentes no eixo paradigmático. Desse modo, podemos afirmar serem as ocorrências manifestações, no nível sintagmático, das estruturas do sujeito e de suas relações com o verbo na perspectiva da GN.

²⁸ Mesmo constatando a predominância numérica na discussão da concordância verbal, optamos por identificar pelo mesmo rótulo metalingüístico – (des)privatização número-pessoal do núcleo do sujeito – todas as situações de concordância do sujeito com o verbo; inclusive aquelas em que a dubiedade de conduta contempla apenas a questão numérica. O motivo de nossa opção se deve ao fato de ser a pessoa do verbo o traço morfológico mais configurador dessa categoria lingüística.

CONCLUSÃO

(...) ver a floresta em vez das árvores. (SCOTT, 1983, p. 115)

Começaremos dizendo que esse trabalho nos trouxe algumas angústias no andamento de sua realização. À proporção que aprofundávamos nossos estudos, fomos percebendo a envergadura do tema e a necessidade de fazer certos recortes.

Mesmo hoje, com as evidências nos sinalizando, cada vez mais, para a incompletude, como componente constitutivo e produtivo do conhecimento, vimos-nos, por vários momentos, resvalando, tentados por um desejo que resistia em acreditar não sermos capazes, por motivos de diferentes ordens, de darmos todas as respostas sobre o tema. A resistência era filiada a uma ideologia que reinou e ainda reina, ao longo de muitos séculos, fragilizando a consciência e o emocional e fortificando a crença utópica do saber absoluto à disposição.

O conhecimento precisa de lacunas para poder operar, por isso, a falta é seu traço constitutivo produtor e, por que não dizer, mais expressivo. Este trabalho nos ajudou a avançar em direção a uma consciência da necessidade de se abandonar a ideologia da completude.

A propósito de tais reflexões, gostaríamos de introduzir um pequeno relato sobre a relação existente entre o pesquisador e o seu objeto de estudo. Trata-se do depoimento de Holmes (1983, p. 17). Segundo nos conta

Por volta de 1910, Millikan e Ehrenhaft estavam interessados em medir a carga do elétron. Millikan seguiu a predição de Rutherford quanto ao valor provável da carga, **descartou a parte de seus resultados que mostravam desvio do valor provável**. Esses resultados, ele deve ter pensado, são produto de erro. Ehrenhaft, por outro lado, tentando tarefa semelhante, viu-se com uma massa de informações conflitantes. Registrou **tudo**, mesmo os dados que podem ter sido resultado de erro: estava sendo meramente um anotador **objetivo** dos fatos, **mas seus resultados levaram à confusão**. A conclusão “honestá” de Ehrenhaft levou-o a crer que havia partículas que carregavam o dobro da carga do elétron, bem como partículas que carregavam cargas menores, até um milésimo daquela do elétron. **Suas conclusões não levaram a nada, simplesmente à confusão**. O valor de Millikan, “trabalhado” para dar **um erro de menos de um por cento, foi útil como base para outros cálculos da Física atômica**. Ehrenhaft morreu na obscuridade; Millikan recebeu o Prêmio Nobel. {grifo nosso}

Com esse relato, Holmes nos chama atenção para uma outra crença: o mito da objetividade pura, intimamente ligado à ideologia da completude: no afã de se chegar ao saber integral, considera-se necessário registrar e explicar, de forma

mais isenta possível, todos os dados do fato observado. Eles precisam ser todos registrados porque o imaginário produz uma expectativa de respostas definitivas, isentas do olhar que os colhe e que os explica.

É exatamente essa visão sobre o conceito epistemológico de ciência que Holmes refuta. Ao olhar sobre a construção de um conhecimento objetivo e absoluto, ele contrapõe outro: a noção de sujeito e de valor trabalhado. Tal valor pressupõe a interferência do sujeito, para fins de avaliar o nível de recorte que o objeto deve sofrer, de modo a ganhar uma certa transparência que o fenômeno não tem em sua constituição primeira.

O nosso objetivo didático-pedagógico de conferir ao estudo da concordância verbal uma organização molar encaminhou-nos para a compreensão da necessidade do recorte e do valor trabalhado. Por esse motivo, registramos aqui a consciência de não termos coberto toda a complexidade que o assunto concordância verbal suscita, embora tenhamos a consciência de que 95% dos casos foram trabalhados. Tal tarefa, considerada numa só etapa, seria inexecutável.

Como dissemos na nossa introdução, um dos objetivos – primeiro nível de recorte - era tratar dos casos recorrentes nas três gramáticas, referências para a orientação do ensino da frase. O segundo nível de recorte estava relacionado ao nosso objetivo central: buscar um elo estrutural que conferisse coerência à dispersão quantitativa dos casos de concordância verbal. Para tanto, apartamo-nos da abordagem estilística com que a GN vem explicando a maior parte das ocorrências lá presentes, em oposição à regra geral de concordância. Tal procedimento se justificou em virtude de considerarmos esse expediente improdutivo, do ponto de vista da sistematização que o assunto requer.

Não negamos que a variação de estruturas de concordância implica matizes de significação e, por isso mesmo, constitui-se num rico recurso de expressividade. Mas se não fundarmos as bases do monumento, como pensar nos acabamentos? É preciso, portanto, propiciar ao aluno-leitor condições de ele entender o mecanismo estrutural da concordância e dominar seus mecanismos básicos para, em etapa posterior, ater-se aos aspectos semântico-estilísticos que a variação do padrão acarreta.

O último nível de recorte que operamos estava relacionado aos chamados verbos impessoais. Essa decisão se deve ao fato de termos percebido a envergadura que esse estudo requisita, fato que nos faria ramificar o foco.

Assim, tivemos de conviver com a falta para fins de preservação do foco temático. Essa atitude traduz uma outra concepção de objetividade, diferente daquela que traz para seu corpus de análise um amontoado de informações, acreditando cobrir todos os aspectos de que o assunto se compõe. Portanto, aprender a lidar com a falta representou para nós não só crescimento acadêmico, mas também amadurecimento pessoal.

Quanto ao nosso objetivo geral, por defendermos que os textos gramaticais não podem ser abordados de modo semelhante àqueles feitos nas seções de um manual técnico, de onde se extraem informações topicalizadas, procuramos, no caso da concordância verbal, inseri-los numa abordagem textual em que seu conhecimento fosse contextualizado, do ponto de vista da condição de sua produção histórica. Esse, a nosso ver, é um componente importante, sonegado aos textos gramaticais, que, por terem suas implicações apagadas, vem impedido uma relação dialógica e, portanto, de significação com o aluno-leitor.

Em decorrência da conformação expositiva do texto gramatical, com apresentação de normas desdobradas em muitos itens, sem elos de relação significativa entre eles, a aquisição dos saberes prescritos fica muito onerosa para a memória. Dentre outros aspectos, sem motivação mnemônica, a consequência é o baixo aproveitamento que o aluno apresenta na aquisição das inúmeras regras relacionadas à concordância verbal.

A aproximação que há pouco fizemos da GN com os manuais técnicos, no entanto param aqui. Eles foram pensados com a finalidade de estarem à disposição, a qualquer momento, para consulta de procedimentos a serem tomados, em face de certas necessidades operacionais. Em relação ao saber gramatical, a situação é bastante diferente. Mesmo que as GNs estejam à disposição, os saberes que elas trazem são cobrados para além do curto momento de uma necessidade pontual; são saberes que balizam o ser humano a partir de certa inserção social, de forma impiedosa. A cobrança advém dos juízos de valores, em virtude da relação (de poder) íntima que se faz entre o SER e a sua linguagem.

Assim, entendemos que os valores atribuídos aos usos normativos não advêm de critérios centrados em estruturas de maior ou menor qualidade gramatical, mas de espaços sócio-históricos hegemônicos que prestigiam suas representações culturais.

Admitindo que o conhecimento sobre os estudos da linguagem não é uma construção que se opera na neutralidade, fomos investigar as bases histórico-ideológicas de constituição da GN. Remontamos aos estudos dos primeiros pensadores gregos que, ao investigar o mundo, colocaram a ordem do SER no centro de suas preocupações. A linguagem, portanto, não podia passar ao largo de tais discussões, uma vez que os gregos, desde muito cedo, compreenderam que o *logos* era parte do SER. Determinada por interesses políticos concernentes ao momento, a visão de uma elite de pensadores opera delimitações na compreensão da linguagem e do SER. A concepção cidadã do SER e da linguagem em questão era aquela própria da cidade – da retórica e da ciência. Foi essa a herança que a primeira GN absorveu, permitindo a redução da língua grega a uma restrita instância de sua realização. Tal herança ainda é um legado à sociedade moderna.

Em outras palavras, descobrimos a ordem de fora do mundo, interferindo significativamente na ordem interna da GN. Confirmamos a nossa hipótese de que o SER, identificado como substância, tem seu correspondente no substantivo, categoria gramatical primeira que governa toda a ordem da GN desde os seus primórdios. Assim, recuperar e entender o papel do SER na ordem interna dos elementos língüísticos, mais especificamente, na função de substantivo/sujeito, foi fundamental como ponta de lança para a consecução de nossa pesquisa. Mudamos, então, a nossa perspectiva: a concordância verbal não é um assunto extensivo ao verbo, mas um assunto que se relaciona ao sujeito.

Do que dissemos, foi fundamental para a concretização de nosso trabalho a descoberta de seus princípios fundadores: uma visão de mundo que projetou um SER, de fora do enunciado, capaz de exercer seu poder político de tal maneira que culminou com o poder de interferir e selecionar aquilo que pudesse ser considerado modelo de língua. Sob a perspectiva da emissão, o sujeito língüístico é o ponto de partida da predicação que a ele é atribuída; é um ser substantivo tão poderoso que, em relação ao nosso assunto, avassala o verbo fazendo-o conformar-se à pessoa e ao número do sujeito.

Por esse caminho, encontramos um viés que nos permitiu contextualizar o tema e prosseguir avançando em nossos estudos. Passamos, então, a investigar os sujeitos apresentados pelo capítulo de concordância na GN. A primeira questão que problematizamos foi a de identificar o critério que permitiu a GN estabelecer as categorias de regra geral e caso particular. Tentamos buscar os princípios que delimitavam essa fronteira. Não fomos bem-sucedidos, uma vez que em nossa análise encontramos certas ocorrências, identificadas pela GN, como casos particulares, mas, na verdade, obedecem exclusivamente ao padrão canônico de concordância. Vimos também uma certa confusão conceitual quanto aos rótulos metalinguísticos, referentes aos sujeitos e aos núcleos. Ao mencionarem, por exemplo, a concordância do verbo com dois sujeitos, os gramáticos estão, na verdade, referindo-se a dois núcleos.

O encaminhamento das estratégias mnemônicas (SILVA,2009), vistas como ferramenta pedagógica para o estudo da concordância com o aluno-leitor, acabou por nos dar a referência que procurávamos para delimitar as fronteiras conceituais relacionadas à regra geral e ao caso particular. Isto porque a identificação do princípio generalizante – que corresponde à estratégia do *regrão*, aquela que orienta o leitor a investigar o princípio norteador do estudo - deu-nos subsídios para chegarmos a tal entendimento. O que governa a concordância verbal é o núcleo do sujeito. É a partir desse princípio que os demais casos se explicam, uma vez que há subjacente a todos, ou um mesmo princípio básico, ou uma oposição que só faz sentido em relação ao princípio regulador. A esse princípio, que tem o núcleo do sujeito como governante do processo de concordância verbal, demos, em conformidade com Silva, o nome de **privatização número-pessoal do núcleo do sujeito**. A concordância do verbo em número e pessoa é privativa do núcleo.

Dentro do âmbito que delimitamos operar, o estabelecimento dos rótulos metalinguísticos, mencionados no parágrafo anterior, e os respectivos conceitos foram fundamentais para alavancar e sustentar a reorganização do capítulo de concordância verbal. Os conceitos de privatização e desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito permitiram-nos aclarar o funcionamento da regra geral e dar contornos ao conceito de caso particular.

Com os rótulos metalinguísticos bem definidos, fomos, por meio deles e do exame atento, categorizando as ocorrências, e, em consequência, identificamos, três

comportamentos verbais, relacionados a quatro estruturas de sujeito. A essas diferenças comportamentais do verbo, Silva nomeou, respectivamente, **estado de permanência** (presença constante da privatização), **dubiedade de conduta** (coocorrência da privatização e da desprivatização) e **permanência do estado** (a privatização subsiste em ausência com a desprivatização, normatizada pela GN).

Com esse segundo nível de rótulos e seus respectivos conceitos, chegamos finalmente à molarização dos casos de concordância verbal. Ao placar quantitativo que levantamos, nas três gramáticas em estudo, opusemos um placar qualitativo de **2 X 1**.

Esses conceitos nos permitiram organizar o conteúdo, sistematizado, a partir da perspectiva do núcleo, fato que propiciou economia descritiva e consequente economia mnemônica. Desta maneira, o foco de atenção em torno do assunto foi deslocado do olhar elemental para o global, em que os seguintes aspectos se destacaram: manifestações de concordância em conformidade exclusiva com o princípio da privatização número-pessoal do núcleo do sujeito; manifestações em conformidade com a privatização e a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito; manifestação em conformidade somente com a desprivatização número-pessoal do núcleo do sujeito.

Essa reorganização do assunto pode contribuir significativamente para desfazer a imagem negativa que a tradição do ensino (molecularizado) de Língua Portuguesa vem nublando: trata-se da crença de que o estudo da concordância se caracteriza pela exceção. O assunto, reorganizado na perspectiva molar, permitiu desvendar esse mito, evidenciando a presença maciça da regra geral, mesmo ao lado das ocorrências que constituem caso de dubiedade de conduta, totalizando das 25 ocorrências, 22(vinte e duas) situações a favor da regra geral.

Da constatação desse fato decorre outra consideração. As gramáticas aqui analisadas são o ponto de partida, no que se relaciona a esses e outros saberes normativos, para a orientação escolar. Os casos de concordância, considerados não canônicos, somente são abonados pelos gramáticos se fundamentados por aqueles considerados os mestres da língua. Isto significa que, ao lado da concordância ortodoxa, poderá ocorrer a aceitação de ocorrências, legitimadas em condições de produção totalmente diferente. Ao artista, em nome da criatividade, cabe a infração,

o desvio. Daí podermos dizer que, nessa situação, a infração é aceita por causa dos fins e do lugar de onde fala o enunciador.

Mas na produção dos textos escolares, dos textos escritos formais – decorrentes das exigências do nosso trabalho -, ou ainda, dos falares professorais, dos falares juristas, como se comportam os sensores que temos dentro de nós, ao ouvirmos certas flutuações, mesmo que abonadas pelos gramáticos? Como nos comportamos quando ouvimos pessoas e lemos nos textos de nossos alunos concordância do seguinte tipo: *“Em tal sorriso o passado e o futuro estava impresso.”* (A. Herculano)?

Será que nos embasaríamos em fundamentos estilísticos para redimir seu produtor?

Tais indagações sinalizam para a necessidade de orientar os alunos que nossas produções orais e escritas sofrem interditos, em virtude das finalidades de nossos textos e dos lugares sociais onde estamos. Daí, dizermos ao nosso interlocutor: na dúvida, pró-regra geral. Portanto, para fins didáticos, de caráter pratico-mnemônico, é importante conferir relevo ao lugar do estado de permanência do caso na privatização número pessoal do núcleo do sujeito.

A nossa reorganização procurou prestar um serviço que fosse além da retenção do conteúdo. Por meio do elo estrutural – da relação núcleo/verbo- , conferir relevância à regra geral. A partir da constante de sua presença, o aluno-leitor poderá ver a concordância verbal, na perspectiva normativa, como um estudo, acima de tudo, de preceitos gerais e não de casos particulares como vem sendo visto pelo imaginário daqueles que estudam o assunto. Dessa forma, estaríamos migrando do detalhismo molecular para o minimalismo molar, além de resgatar os aspectos preconizados pela língua culta, como passíveis de serem logicamente explicáveis. Isso significa: conferir coerência interna ao estudo da concordância já que a constatação do estado de permanência do caso, na privatização número-pessoal do núcleo do sujeito, é claramente uma extensão da origem ontológica que gerou a servidão do verbo ao sujeito.

Neste ponto de nossas considerações, damos por encerrado o valor que nos propusemos trabalhar.

Dialogando com um verso de uma música,²⁹ diríamos: Nem tudo que tem final acaba. Com essa referência, finalizaremos nossa tarefa, retomando à discussão inicial do texto de nossa conclusão: ao instaurarmos níveis de transparência ao objeto estudado, acreditamos estar abrindo a possibilidade de outros interessados no tema darem prosseguimento à investigação. O diálogo com as nossas contribuições pode conferir níveis mais avançados de transparência ao assunto. Afinal, nas lacunas, o conhecimento vai progredindo...

²⁹ O verso original é: “Nem tudo que acaba tem final”. O título da música é “*Não é normal*”, gravada pelo grupo Nx Zero. Disponível em <http://letras.terra.com.br/nx-zero/1886432/>, acessado em 03/11/2011.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. M. Uso e norma: variação da concordância verbal em redações escolares. 2010. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- ANDRADE, C. D. Aula de português. In: *Boitempo II*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. 5. ed. Petrópolis, 2001.
- BAGNO, M (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.
- BAGNO, M. *A norma oculta*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, M. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BARBOSA, J. M. Verbos impessoais? In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. vol. 1., 2005, pag. 369-376. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4573.pdf>, acessado em 02/11/2011.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl., 10. impr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BELO, F. *Linguagem e filosofia: algumas questões para hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.
- BRAGA, R. Nascer no Cairo, ser fêmea do cupim. In: - *Ai de ti, Copacabana*. 2. Ed. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1960. p. 197-200.
- BUESCU, M.L.C. A Língua Portuguesa, mãe e não madrasta. Uma busca equívoca mas eficaz: a gramática universal. In: BASTOS, N.B. (org.) *Língua Portuguesa. História, Perspectiva, Ensino*. São Paulo, EDUC, 1998. p. 13-31.
- CAMARA JUNIOR, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática: referente a língua português*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986
- CÂMARA JUNIOR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.
- CASEVITZ, M.; CHARPIN, F. A herança Greco-latina. In: BAGNO, M. (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 23-53
- CASTRO, G. (coord.). *Ensaio de Complexidade*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed; 3. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUBOIS, J. e outros. *Dicionário de linguística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

ENES, J. *Linguagem e ser*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

ESTRADA, A. A. Os fundamentos da teoria da complexidade em Edgar Morin. *Akrópolis*. Umuarama, v. 17, n. 2, p. 85-90, abr./jun. 2009. Disponível em <http://www.revistas.unipar.br/akropolis/article/view/2812/2092>.

FRAGA, G. Prefácio In: ENES, J. *Linguagem e Ser*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

FERRAZ, J. E. B. *Concordância verbal*. 2005. Disponível em <http://www.juliobattisti.com.br/tutoriais/josebferraz/concordanciaverbal001.asp>, acessado em 02/11/2011.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed., 7. Reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HOLMES, J. Ensinando professores a ler: o problema da compreensão de textos acadêmicos. *Cadernos PUC* nº 16, *Linguística*. EDUC/Cortez, São Paulo, 1983.)

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1a. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 3 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LEITE, M. Q. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONDES, D. *Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MARIAS, Julian. *História da Filosofia*. 5. ed. Porto: Edições Sousa & Almeida, s/d.

MELO, G. C. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez;Unesco, 2001.

NEVES, M.H.M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

NEVES, M.H.M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- OSÓRIO, P.; MARTINS, Edson. *O Se Apassivador/Indeterminador: de Fernão de Oliveira a Manuel Botelho*. Disponível em <http://ubiletras.ubi.pt/wp-content/uploads/2010/ubiletraspdf/Osorio-paulo-Martins-edson-apassivador.pdf>, acessado em 02/11/2011.
- PERINE, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PERINE, M. A. *Para uma nova gramática do português*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1995
- PETRAGLIA, I. C. *Edgard Morin: a educação e a complexidade de ser e do saber*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- POSSETI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- SABINO, F. *A companheira de viagem*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1965. Disponível em http://www.releituras.com/fsabino_eloquencia.asp, consultado em 03/11/2011.
- SCOTT, M. Lendo nas entrelinhas. *Cadernos Puc*, n 16, Lingüística leitura., Sp Educ 1983.
- SILVA, M. *Atitude MOLAR X Atitude MOLECULAR: duas formas de organizar conteúdos em geral*. 2009a. Disponível em http://www.profmauriciodasilva.pro.br/pdf/MOLAR_MOLECULAR_COMPLETO.pdf, acessado em 02/12/2011.
- SILVA, M. *Estratégias mnemônicas: um método para lembrar (Lendo textos gramaticais)*. 2010. Disponível em http://www.profmauriciodasilva.pro.br/pdf/ESTRATEGIAS_MNEMONICAS_METODO.pdf, acessado em 02/11/2011.
- SILVA, M. *Línguaafiada*. Niterói: Intertexto, 2005.
- SILVA, M. *O fio da meada: acentuação gráfica, hífen, vírgula, crase*. Niterói: Intertexto, 2007.
- SILVA, M. *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa e quejandos: acentuação gráfica, o uso do hífen, classe de palavras, período simples, a vírgula, a crase*. Niterói: Intertexto, 2009b.
- SILVA, M. *Repensando a leitura na escola*. 3. ed. rev. e amp. Niterói: EdUFF, 2002.
- SILVA, R.V.M. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

SILVA, T. T.. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, M.B. Concepções de linguagem e ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, N.B. (org.) *Língua Portuguesa. História, Perspectiva, Ensino*. São Paulo, EDUC, 1998. p. 53-60.

VIERA, S.R.; BRANDÃO, S.F. *Ensino de gramática: descrição e uso*. 1. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

VOESE, I. *Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa*. vol. 13, São Paulo: Cortez Editora, 2004.